

Anderson Caetano dos Santos

**O MOVIMENTO NEGRO NA OBRA DE LUIZ SILVA (Cutí) E
AS QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS.**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Literatura da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Celso Alano
da Cruz.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Anderson Caetano dos
O MOVIMENTO NEGRO NA OBRA DE LUIZ SILVA (Cutí) E
AS QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS / Anderson Caetano dos
Santos ; orientador, Prof. Dr. Claudio Celso Alano
da Cruz , 2019.
137 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Literatura,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Literatura. 2. Identidade negra. 3. Movimento
negro. 4. Luiz Silva (Cutí). I. , Prof. Dr. Claudio
Celso Alano da Cruz. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Literatura. III. Título.

“O movimento negro na obra de Luiz Silva (Cuti) e as questões afro-brasileiras.”

Anderson Caetano dos Santos

Esta DISSERTAÇÃO foi julgada adequada para a obtenção do título

Mestre EM LITERATURA

Área de concentração em Literaturas e aprovada na sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Dr. Claudio Celso Alano da Cruz (UFSC)
ORIENTADOR(A)

Profº Dr. Marcio Markendorf
COORDENADOR DO CURSO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcio Markendorf (UFSC)
PRESIDENTE

Profª Drª Simone Pereira Schmidt
(UFSC)



Profª Drª Fátima Costa de Lima
(UDESC)

A todos que me têm incentivado, nessa
caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Elizete Brum dos Santos e José Ari dos Santos.

Ao Prof. Dr. Claudio Celso Alano da Cruz, meu orientador.

À Profa. Dra. Simone Pereira Schmidt, por recomendar-me as leituras elementares para elaboração do projeto de pesquisa.

À Secretaria de Pós-Graduação em Literatura, pelas informações precisas em relação ao programa de pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me auxiliar com uma bolsa em nível de Mestrado de 24 meses.

Aos parentes, amigos, professores e pessoas que me apoiaram durante esta jornada acadêmica.

Eu sou poeta negro

*Eu sou o poeta negro
De muitas lutas
As minhas batalhas
Têm a duração de séculos
As minhas amadas vêm de muito tempo
São muitos os seus nomes
Minhas mãos foram feitas para amá-las
Acariciando-as
Minhas mãos não ficam juntas
Para adorar os deuses,
Nem para bater nos demônios
Mas para apertar as amadas ao meu corpo
Senti-las em mim
Como se fossem minhas
Minha boca não fuma cigarros
Nem diamba
Com ela gozarei nos lábios e
nos seios das amadas
Cantarei
E protestarei contra a injustiça*

(Solano Trindade, 1962)

RESUMO

A presente dissertação investiga os aspectos que contemplam a identidade negra no livro *Negros em Contos* (1996). Cuti possui uma vasta produção dentro da literatura afro-brasileira, sendo autor de poemas, de contos, de teatro e de crítica literária. O livro de contos captura a representação do afro-brasileiro a partir do período de redemocratização do Brasil, nos anos 80 do século XX. Os ambientes narrativos transitam pelos centros de militância e/ou pelo cotidiano dos personagens inseridos na cidade de São Paulo. As relações interpessoais e/ou inter-raciais demonstram o dia-a-dia de personagens negros, incluindo os problemas enfrentados por eles, tais como: desemprego, analfabetismo, desigualdade social, violência, racismo, dificuldades financeiras e exclusão social. A dissertação está dividida em três capítulos: “O Movimento Negro no Brasil”, “Considerações sobre a literatura produzida por Cuti” e “Negros em Contos”. O primeiro capítulo destaca a trajetória do movimento negro no Brasil. O segundo capítulo traz considerações biográficas e bibliográficas de Cuti. No terceiro capítulo, os contos analisados são “O Batizado”, “O Negrinho” e “Vitória da Noite”.

Palavras-chaves: Identidade negra. Movimento negro. Luiz Silva (Cuti).

ABSTRACT

The present dissertation investigates the aspects that contemplate the black identity in the book *Negros em Contos* (1996). Cuti has a vast production in Afro-Brazilian literature, authoring poems, short stories, theater and literary criticism. The book of short stories captures the representation of Afro-Brazilian from the period of redemocratization of Brazil, in the 80's of the twentieth century. The narrative environments go through the centers of militancy and/or the daily life of the characters inserted in the city of São Paulo. Interpersonal and/or interracial relationships demonstrate the daily life of black characters, including the problems faced by them, such as: unemployment, illiteracy, social inequality, violence, racism, financial difficulties and social exclusion. The dissertation is divided into three chapters: “O Movimento Negro no Brasil”, “Considerações sobre a literatura produzida por Cuti” and “Negros em Contos”. The first chapter highlights the trajectory of the black movement in Brazil. The second chapter brings biographical and bibliographical considerations of Cuti. In the third chapter, the stories analyzed are “O Batizado”, “O Negrinho” and “Vitória da Noite”.

Keywords: Black identity. Black movement. Luiz Silva (Cuti).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	52
----------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADTC - Ato das Disposições Transitórias Constitucionais
AI-5 - Ato Institucional nº 5
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CNPIR - Conselho Nacional de Participação da Igualdade Racial
CONAPIR - Conselho Nacional de Participação da Igualdade Racial
CS - Convergência Socialista
FCP - Fundação Cultural Palmares
FECONEZU - Festival Comunitário Negro Zumbi
FNB - Frente Negra Brasileira
GTI - Grupo Interministerial para a Valorização da População Negra
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LIT-QI - Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional
MMIRDH - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
MNU – Movimento Negro Unificado
MNUCDR - Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPPIR - Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNDH - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
TEN - Teatro Experimental do Negro
TPB - Teatro Popular Brasileiro
UCHC - União Cultural dos Homens de Cor
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UHC - União dos Homens de Cor
UNEGRO - União dos Negros pela Igualdade
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFRA - Centro Universitário Franciscano
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL.....	31
2.1 A PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (1889-1937).....	35
2.2 A SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (1945-1964).....	39
2.3 A TERCEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (1978-2000).....	44
2.4 A QUARTA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (2000-DIAS ATUAIS).....	55
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA PRODUZIDA POR CUTI.....	59
4. NEGROS EM CONTOS	69
4.1 “O BATIZADO”	70
4.2 “O NEGRINHO”	88
4.3 “VITÓRIA DA NOITE”	106
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
5. CONCLUSÕES	123
REFERÊNCIAS	127
ANEXO A – BIBLIOGRAFIA DE CUTI (LUIZ SILVA).....	135
ANEXO B – Capa do livro – <i>Negros em Contos</i>	137

1. INTRODUÇÃO

A história e a literatura dos negros no Brasil remetem, comumente, às origens do país como nação colonizada, escravocrata e formada socialmente a partir da pluralidade cultural. Compreender esse cenário histórico e literário significa ir além dos estereótipos difundidos no senso comum brasileiro. A presença dos negros na nossa constituição e as suas múltiplas relações com a sociedade configuram-se como importantes temas de investigação de teorização ao longo da história do Brasil.

Logo após a independência política em relação a Portugal, era preciso construir uma nação, um ideário de identidade nacional, isto é, um sentimento de nacionalidade que confirmasse o corpo político, o país reconhecido como tal. Assim sendo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) realizou um concurso para a escrita da História do Brasil. Karl Friedrich von Martius (1794-1868), o vencedor, recomendou que se desse valor ao variado patrimônio natural, à História dos nativos, que nos diferenciavam em relação a Portugal.

Na mesma linha proposta por Karl Friedrich von Martius, seguindo, além disso, as sugestões de Almeida Garret (1799-1854) e Ferdinand Denis (1798-1890), a literatura do período, de tendência romântica, assumiu um compromisso em delinear tal identidade. Surgiram, então, os romances, por exemplo, de José de Alencar (1829-1877), com ênfase para os romances históricos e os indianistas. O rio Paquequer que aparece em *O guarani* e, ao mesmo tempo, a figura de Peri, o índio, cumprem com esse objetivo. Cabe lembrar que Peri, no entanto, não traz as características do nativo, do aborígine, aquele que habitava a terra antes da chegada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520), ele apresenta, na verdade, traços de um cavaleiro medieval europeu, à semelhança dos modelos colhidos por José de Alencar nos romances portugueses, franceses, entre outros.

A vida urbana e os tipos regionais também são assunto dos romances de José de Alencar. Entretanto, a crítica afirma que tanto *O gaúcho* quanto *O sertanejo* têm o mesmo motivo, as mesmas descrições, os mesmos detalhes, não se estabelecendo uma efetiva diferenciação entre as diversas regiões do país.

Nesse grande panorama que se tenta traçar da vida brasileira, os prosadores românticos ainda reservaram um espaço destacado para o descendente do africano, na verdade, para uma escrava miscigenada, Isaura, personagem central do romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1825-1884). Contudo, Isaura não é representativa da

negritude brasileira, a sua pele é branca, ela é criada dentro da casa grande, alfabetizada e protegida da senhora. Ainda que enfrente graves problemas após a morte da dona da casa, Isaura despertara a paixão de um homem branco e o seu final é feliz, ao lado dele.

O negro propriamente dito não foi tomado como tema da literatura daquele período, permanecendo, pois, em um contexto marcado pela marginalização histórico-social, somando-se, mais tarde, as influências teóricas racistas, que promoviam uma concepção de sociedade democrática do ponto de vista social, surtiram efeitos complexos no que tange à produção acadêmica brasileira sobre o negro. Durante o século passado, a produção do conhecimento a respeito da presença dos negros no Brasil passou por uma grande ruptura epistemológica ao propor análises, que iam além da concepção do negro como sinônimo de escravo, da interpretação vitimada e dos pressupostos da coisificação do negro, sobretudo, conforme se pode ver nos estudos de Zilá Bernd (1992), quando se ocupa da dessacralização operada pelo Modernismo brasileiro. Naquele momento, pesquisas em áreas como a sociologia, a história e a literatura trouxeram à tona discursos em que os negros surgem como *sujeitos* da sua própria história.

“Mario de Andrade integra pela primeira vez o mito do indígena aos mitos africanos para explicar a formação do brasileiro, representado no romance por Macunaíma [...]” afirma Zilá Bernd (1992, p. 47). Neste sentido, a obra do referido autor representa uma tentativa de superação do discurso hegemônico, branco, que busca a sua substituição pela presença dos excluídos – Macunaíma nasceu preto retinto, na tribo Tapanhumas, é, portanto, negro e índio –, até então marginalizados pela cultura dominante. Outros romances, de acordo com Zilá Bernd (1992), produzidos já no período de abertura política, pós-64, tematizam a diversidade cultural brasileira, dando relevância à figura do negro como matriz dessa pluralidade étnica. Assim sendo, a autora refere *Utopia selvagem: saudades da inocência perdida* (1982), de Darcy Ribeiro (1922-1997) e *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro (1914-2014).

Nesse interregno, destaca-se um campo do saber – a literatura afro-brasileira propriamente dita, ou seja, aqueles textos produzidos por escravos ou seus descendentes – remetendo às obras elaboradas por Domingos Caldas Barbosa (1739-1800), Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Luis Gama (1830-1882), Machado de Assis (1839-1908), Castro Alves (1847-1871) e Cruz e Sousa (1861-1898) – destacados os mais importantes, desde a segunda metade do século XVIII, conforme Cuti (2010), assim como Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares

Fonseca (2011). Aqueles escritores principiaram a problematizar a temática e a inserção de protagonistas e personagens afro-brasileiros.

Cumprе referir a única biografia de um escravo brasileiro, ainda que escrita em língua inglesa e, recentemente, traduzida para a língua portuguesa. É um documento histórico, que apresenta, provavelmente, matizes literários, mas requererá maiores estudos e pesquisas para que se possa dimensionar adequadamente a sua importância para a história da escravidão e das formas de resistência a ela. Trata-se de *Biografia de Mahommad Gardo Baquaqua*, que nasceu na África em 1845, sob o nome de Mahommah Gardo Baquaqua, foi trazido como escravo para o Brasil, desembarcado em Pernambuco, mais tarde vendido para um navegador no Rio de Janeiro. Em viagem, fugiu para Nova Iorque, viveu nos Estados Unidos, Haiti, Canadá e o último registro de sua existência encontra-se na Inglaterra. No livro, Baquaqua lança luzes sobre os costumes, as estruturas familiares, os castigos, a brutalidade imposta ao negro, enseja novos temas para que se compreenda o horror da escravidão que vigorou durante tantos anos no país.

Em “Panorama da Literatura Afro-Brasileira” (1995, p. 2), de Edimilson de Almeida Pereira, afirma-se que “A Literatura Afro-brasileira escrita nesse sistema é simultaneamente Literatura Brasileira que expressa uma visão de mundo específica dos afro-brasileiros”.

Como reação a essa situação, depois de séculos de exclusão sociocultural, em que apenas alguns autores destacavam-se, ainda que o mote das suas produções literárias não fosse especificamente a condição negra, à sua história tem se articulado mais recentemente uma produção literária denominada afro-brasileira, constituída por escritores que salientam os assuntos pertinentes ao sincretismo cultural em nosso país causado pela diáspora africana. Ademais, contempla como temática o racismo existente na sociedade brasileira, expresso pelos altos índices de marginalidade e a subcondição humana vivida pela maioria dos afro-brasileiros, segundo Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca (2011).

Conforme já referido, o estágio inicial da literatura brasileira foi centrado nas figuras dos índios e das paisagens naturais como foco das narrativas, sobretudo do período romântico, configuradas como elementos diferenciadores da cultura europeia, eleição feita pelos autores da época, uma vez que a língua portuguesa era partilhada pelo colonizador e pelo povo brasileiro, que recém conquistara a independência política. Desse modo, as narrativas afro-brasileiras foram ocultadas, quer seja sob a forma temática, uma vez que o negro somente apareceu de modo mais efetivo no início do século XX, quer seja do

ponto de vista de autores de descendência afro, havendo expoentes de rara grandeza como Machado de Assis, ainda que não recorrentes. Assim, a ascendência afro da nossa sociedade permaneceu longe dos holofotes e dos considerados cânones da literatura brasileira.

Nos anos em que o Romantismo foi a nota dominante em nossa literatura, a escravidão ainda vigia no país, sendo oficialmente abolida somente em 1888, quando já se registrava o ideal realista, parnasiano, que trouxe, em seu bojo, o melhor da literatura produzida por Machado de Assis, o jovem gago, epilético e mulato do Morro do Livramento no Rio de Janeiro. Dessa forma, enquanto autores como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) apresentavam as suas produções literárias, o negro ocupava posição subalterna, sendo-lhe até mesmo negado o *status* de cidadão, com a aparição, raramente, como criado da casa ou da fazenda com a execução de funções que, frequentemente, não lhe exigiam raciocínio ou perspicácia.

Com relação à produção artística-cultural afro-brasileira presente na teia social destaca-se, segundo Eduardo de Assis Duarte:

“[...] a existência de vazios e omissões que apontam para a recusa de muitas vozes, hoje esquecidas ou desqualificadas, quase todas oriundas das margens do tecido social. Desde o período colonial, o trabalho dos afro-brasileiros se faz presente em praticamente todos os campos da atividade artística, mas nem sempre obtendo o reconhecimento devido. [...] Em outros casos, existe o apagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo, textuais, com a etnicidade africana ou com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros, em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população.” (DUARTE, 2007, p. 1-2)

O período citado refere-se ao da sacralização da literatura, com a eleição do estereótipo da figura do índio e das belezas naturais como um elemento exótico nacional, época em que se processa:

“[...] uma homogeneização discursiva, à fabricação de uma *palavra exclusiva*, ou seja, aquela que pratica uma ocultação sistemática do

outro, ou uma representação *inventada* do outro. No caso da Literatura Brasileira, este outro é o negro cuja representação é frequentemente *ocultada*, ou o índio cuja representação é, via de regra, *inventada*.” (BERND, 1992, p. 21)

Salienta-se, aqui, conforme já se mencionou uma falsa tentativa de exaltação do nativo, denominado índio pelo português. Atribui-lhe, porém, as características de cavaleiro medieval europeu, o que torna o espaço literário interdito ao negro, que, naquele período, ainda vivia a condição de escravo, em meio degradante, não reconhecido como formador do povo brasileiro.

Por outro lado, tem-se o período de dessacralização da literatura a partir do movimento modernista, que se caracteriza como um: “[...] pensamento politizado, equivalente a uma abertura para o DIVERSO, território no qual uma cultura pode estabelecer relações com as outras”. (BERND, 1992, p. 18). Nesse último estágio, as narrativas com a temática dos afro-brasileiros aparecem com mais frequência na literatura pátria. Esse momento é contemplado com escritores e pensadores que começam a inserir a imagem do *outro* (o personagem afrodescendente e da mulher negra nas narrativas).

No que diz respeito à identidade coletiva, é preciso encará-la com um conceito plural: os conceitos estáveis de ‘caráter nacional’, a ‘identidade autêntica’ são modernamente substituídos por uma noção pluridimensional onde as identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos de sua história se justapõem para construir um mosaico. As partes se organizam para formar o todo. No caso, por exemplo, das escritoras mulheres e negras no Brasil, o texto literário torna-se o espaço onde as diversas dimensões identitárias são convocadas a integrar a trama discursiva: a escritora quer fazer-se reconhecer por sua presença ao sexo feminino, ao grupo étnico negro e à sociedade brasileira. (BERND, 1992, p. 15)

Em “A trajetória do negro na literatura brasileira” (2004), de Domício Proença Filho, existem duas visões relativas à figura do negro na literatura produzida no Brasil. A primeira apresenta-o como *objeto*, ou seja, o secundário, que reúne afro-brasileiros submetidos a uma visão negativa e estereotipada, segundo um olhar branco. Esse personagem

caracteriza-se como: o sujo, o preguiçoso, o sem ambição na vida e com uma propriedade intelectual considerada inferior aos caucasianos. A segunda visão dessa literatura, a do *negro como sujeito*, numa atitude compromissada, anseia inserir a imagem do negro e dos descendentes africanos como participantes no processo de construção da nação brasileira. Essa literatura origina-se *a partir* de um olhar oriundo de escritores afro-brasileiros.

Cumpra, neste sentido, refletir sobre as ponderações teóricas que evidenciam uma literatura *sobre* e uma literatura *do* negro. A primeira entende-se como a literatura produzida por autores que apresentam uma visão distante da consciência do negro como um membro participante efetivo na construção do País. Trata-se de uma literatura em que o negro aparece como subalterno, legatário da cultura branca que lhe é imposta pelos grupos dominantes. Ela coincide com a visão que constitui o *negro como objeto*.

Em segunda instância, uma literatura produzida por escritores que anseiam destacar a imagem do negro como atuante na construção de uma identidade nacional brasileira. A maior parte dos temas refere-se ao racismo, às desigualdades socioeconômicas entre os brancos e os negros, além do resgate histórico da identidade através de aspectos africanos e afro-brasileiros. Ela concorda com a visão de uma *literatura do negro como sujeito*.

Além dessas classificações, consideram-se cinco fatores como fundamentais para a escrita ser considerada literatura afro-brasileira, de acordo com Eduardo de Assis Duarte (2008). Em primeiro lugar, a temática, que pode descrever os temas da cultura negra por meio da diáspora africana, a glorificação dos heróis como Ganga Zumba (1630-1678) ou Zumbi dos Palmares (1655-1695) e a denúncia da escravidão ou de suas consequências. A segunda diz respeito à autoria, com a produção oriunda de um olhar negro, e tem como corolário o terceiro aspecto referente ao ponto de vista, com o local de enunciação de origem negra do discurso. Em quarto, a linguagem com referência a termos africanos, bem como a musicalidade presente nesse grupo étnico e, por último, o público alvo marcado por um leitor negro ou branco.

No âmbito universitário, o debate sobre literatura afro-brasileira foi aberto no Brasil por um pesquisador estrangeiro. *A poesia afro-brasileira* (1940) e *Estudos Afro-brasileiros* (1953), de Roger Bastide demonstra um panorama sociológico da situação do negro no Brasil a partir de três temas: a poesia afro-brasileira, reflexões sobre a imprensa negra de São Paulo e as religiões de matrizes africanas. Nessa análise parte-se da obra de Domingos Caldas Barbosa (1739-1800) e de Manuel

Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) como os escritores que iniciaram o debate sobre a literatura afro-brasileira. No século XIX, passa-se por Gonçalves Dias, Antonio Cândido Gonçalves Crespo, Luiz Gama e Cruz e Sousa, para chegar a Lino de Pinto Guedes, no século XX.

O negro na literatura brasileira (1958), de Raymond Sayers, enumera autores que apresentam personagens ou motivos referentes à descendência africana, do Brasil Colônia até o ano da Abolição da Escravatura. Em *O negro na ficção brasileira* (1965), Gregory Rabassa traz um panorama sobre a história do negro na literatura. O autor analisa escritores situados no período posterior à Abolição da Escravatura, destacando Coelho Neto, Graça Aranha, Lima Barreto, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Jorge Amado. Os dois escritores norte-americanos investem menos no negro como sujeito de enunciação e mais como figura representada no texto.

Em *Raça e cor na literatura brasileira* (1983), David Brookshaw torna o seu trabalho importante ao não se dedicar somente ao período abolicionista e modernista (a primeira parte de seu livro), mas à literatura produzida pelos negros (e não apenas os poetas) após a Segunda Guerra Mundial (a segunda parte do livro). O autor enfatiza três categorias de escritores, no intuito de organizar o seu trabalho. Na primeira, encontram-se Machado de Assis, Tobias Barreto e Cruz e Sousa como representantes da condição erudita e da afro-brasilidade deles. Na segunda, Domingos Caldas Barbosa como representante da tradição popular. Por último, Lima Barreto e Luiz Gama, ligados à sátira e ao protesto.

Esses quatro pesquisadores são referência no estudo de literatura afro-brasileira. No entanto, deve-se ressaltar que eles são estrangeiros e caucasianos. A contraposição a essa vertente pode ser constatada em dois livros de escritores afro-brasileiros: *Imagens do negro na literatura brasileira (1584-1890)*, de Jean Marcel Carvalho França, de 1998, e *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (2011), de Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca.

O campo literário brasileiro tem se configurado como um espaço de exclusão. Nossos autores são, em sua maioria, homens, brancos, moradores dos grandes centros urbanos e de classe média. No artigo “Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea”, de Regina Dalcastagnè, de 2008, destaca-se a baixa participação das (os) negras (os) nas narrativas brasileiras. Os fatores de desigualdade socioeconômica e educacional contribuem para o

personagem, em sua maioria, ser representado como subalterno¹ no campo da literatura.

A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens – uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores. Isto sugere uma outra ausência, desta vez temática, em nossa literatura: o racismo. Se é possível encontrar, aqui e ali, a reprodução paródica do discurso racista, com intenção crítica, ficam de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida. O mito, persistente, da ‘democracia racial’ elimina tais questões dos discursos públicos, incluindo aí o do romance. (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87)

É claro que a exclusão de determinados grupos não é algo encontrado apenas no campo literário. As classes populares, as

¹ Os *Subaltern Studies* iniciaram o seu projeto de promover uma discussão sobre temas subalternos no âmbito dos estudos sul-asiáticos. Com o intuito de retificar o viés elitista característico de grande parte das pesquisas e dos trabalhos acadêmicos dessa área. Os *Subaltern Studies* organizaram uma série de coletâneas de artigos de 1982 a 2000. A história social indiana cobre uma lacuna da história oficial “elitista” no que diz respeito à representação das classes e dos grupos subalternos indianos. Eles utilizam o termo “subalterno” para referir-se a grupos marginalizados que não possuem voz ou representatividade. Esse é um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho. Entre os principais pensadores destacam-se Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak. Cf. o artigo, “*Subaltern Studies: Pós-colonialismo e Desconstrução*”, de Muryatan Santana Barbosa. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/muryatan_santana_barbosa.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

mulheres, os negros possuem maiores dificuldades para acesso a todas as esferas de produção discursiva: estão sub-representados no parlamento (e na política como um todo), na mídia e no ambiente acadêmico.

Nessa ótica, a presente pesquisa analisa três contos significativos da literatura afro-brasileira, tendo presente a construção canônica nacional, que privilegia a voz do homem branco, preferentemente detentor do poder econômico, e que compreende o *outro* – negro, índio, mulheres – como subalterno. Não se perde de vista, porém, que, ao longo dos anos, operou-se um processo dessacralizador na literatura produzida no Brasil, sobretudo após o advento do modernismo, segundo Zilá Bernd (1992), e que, paulatinamente, tem aberto espaço para a manifestação da cultura afro-brasileira como constituinte da nossa identidade. A dissertação contempla um dos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira com o intuito de realçar como as: “[...] produções culturais operam e como as identidades culturais são construídas e organizadas, para indivíduos e grupos, num mundo de comunidades diversas e misturadas [...]”. (CULLER, 1999, p. 49).

Entendida como atividade de pesquisa acadêmica, o objetivo da dissertação consiste em analisar as relações interpessoais e/ou interraciais que demonstram o dia-a-dia de personagens negros, incluindo os problemas enfrentados por eles, tais como: desemprego, analfabetismo, desigualdade social, violência, racismo, dificuldades financeiras e exclusão social no livro *Negros em Contos*, de Luiz Silva (Cuti), voltados para uma construção da identidade negra. Esse campo de estudo possui a interdisciplinaridade formada pelos estudos culturais, história, psicologia, sociologia, filosofia e antropologia, compreendendo a expressão da identidade negra como projeto literário de afirmação de um grupo étnico marcada pela mescla cultural Brasil-África.

Em relação à estrutura, a dissertação organiza-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo traz considerações sobre o movimento negro. O segundo, a biografia e bibliografia de Cuti. Por último, o terceiro capítulo é dedicado ao livro *Negros em Contos*, com foco em “O Batizado”, “O Negrinho” e “Vitória da Noite”.

2. O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

A primeira forma de resistência negra no período colonial brasileiro foi os quilombos. Eles representaram uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista. Tais movimentos atuaram sobre questões estruturais em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, a liderança e a orientação político-ideológica de africanos escravizados e dos afro-brasileiros. O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos, sendo que o nosso país foi o último do mundo a abolir a escravidão, através de uma lei que deixou os ex-escravizados numa sociedade em que eles não tinham condições mínimas de sobrevivência.

Os lugares onde se concentravam os escravos insubmissos ao cativo, nos séculos XVI e XVII, eram pelos portugueses genericamente denominados de mocambos, termo oriundo de *mukambu*, voz africana do quimbundo, significando literalmente telhado de palha. Em outras palavras, mocambo passou a ser a denominação dada pelos portugueses às povoações levantadas pelos negros nos recessos das selvas ou nas cumeadas das serras. A partir do começo do século XVIII, contudo, passaram a dar a tais povoações o nome de quilombos que, segundo Bernardino José de Souza², significa, literalmente, acampamento. (FREITAS, 1977, p.73)

Desde o princípio da colonização no século XVI, os africanos escravizados engajaram-se num combate contra a sua condição de cativos por meio de núcleos de resistência. Naquele período, destaca-se o Quilombo dos Palmares, no qual escravos de um engenho pernambucano, rebelados, refugiaram-se na Serra da Barriga, na região conhecida como Palmares, onde organizaram um quilombo no final do

² Bernardino José de Souza (1884-1949) foi professor de geografia, historiador e etnógrafo sergipano, autor de contribuições sobre a história do Brasil Colônia. Entre elas sobressaem-se: *Dicionário da terra e da gente do Brasil* (1939); *O Pau-Brasil na história nacional* (1939) e *Ciclo do carro de bois no Brasil* (1958).

século XVI. Durante a sua existência, Palmares teve vários chefes. No entanto, a história até agora conhecida reservou para dois deles, Ganga Zumba³ e Zumbi dos Palmares⁴, os papéis de protagonistas desse território. Ali, numa área de difícil acesso, os aquilombados conseguiram formar um Estado com estrutura política, militar, econômica e sociocultural, que tinha como modelo a organização social de antigos reinos africanos. Palmares chegou a possuir uma população de 30 mil pessoas aproximadamente.

A República dos Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os autolibertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra. (NASCIMENTO, 1980, p. 47)

A dimensão dos quilombos variava proporcionalmente ao número de habitantes, ao tamanho das terras ocupadas e à estrutura da produção agrícola organizada naqueles lugares. Entende-se que os africanos trouxeram consigo saberes sobre áreas do conhecimento como: as religiões, as línguas, as artes e as ciências. A resistência quilombola reinventava-se nas estratégias de luta pela liberdade, com uma postura crítica face ao colonizador, ao escravocrata e ao imperialista.

³ Ganga Zumba (Reino do Congo, 1630 - Capitania de Pernambuco, 1678) ou *Grande filho do Senhor*, foi o primeiro líder do Quilombo dos Palmares. Ele governou entre 1670 e 1678, sendo o antecessor de seu sobrinho, Zumbi dos Palmares. FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

⁴ Zumbi dos Palmares (1655-1695) foi o último dos líderes do Quilombo dos Palmares. Zumbi nasceu na então Capitania de Pernambuco, na Serra da Barriga, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas. FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

Os quilombolas viviam nas florestas, nas matas, nas montanhas e, ao mesmo tempo, em contato com a sociedade escravocrata próxima que os rodeava, vigiava, controlava e os perseguia. Quilombos desse tipo existiram em Minas Gerais durante o século XVIII (calcula-se algo em torno de 160), quando se temia que a região se transformasse num novo Palmares. Desses, o mais famoso foi o Quilombo do Ambrósio, onde viviam cerca de 600 escravizados fugidos e, na Bahia, o Quilombo Buraco do Tatu, surgido nas proximidades de Salvador, em meados do século XVIII. Esses dois quilombos tornaram-se populares nas últimas décadas da escravidão brasileira, segundo Décio Freitas (1984). Eles contavam com o apoio cada vez maior de pessoas dos estratos sociais mais baixos e contribuíram efetivamente para tornar o escravismo cada vez menos lucrativo.

Na transição do Brasil Colônia para o regime monárquico, verificou-se um desconforto da população em relação às desigualdades sociais. As normas, cada vez mais severas, impostas por Portugal com o intuito de controlar a colônia provocaram rebeliões durante o período colonial. Essas revoltas demonstravam a insatisfação do povo diante da administração portuguesa e foram as primeiras a pôr em xeque o sistema colonial. Daquele período, destaquem-se a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798). Tais movimentos insurrecionistas foram influenciados pelos ideais de justiça e liberdade propostos durante o Iluminismo, os quais ganharam forma nos episódios da Independência dos Estados Unidos (1776), da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Haitiana (1791-1804).

No início do século XIX, Napoleão Bonaparte formou um grande império na Europa. O Imperador da França forçou os países do continente a acatarem as imposições por ele feitas. Além disso, obrigou as nações a romperem toda e qualquer relação com a Inglaterra, chegando, inclusive, a formar um bloqueio continental.

Pressionado por Napoleão a aderir ao bloqueio, Portugal encontrava-se num dilema, pois não podia romper com a Inglaterra repentinamente. Em virtude disso, D. João VI decidiu fugir para a sua principal colônia, o Brasil. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808) transformou a principal colônia em sede da monarquia portuguesa e o centro administrativo do governo português entre os anos de 1808 e 1821. A chegada da família real portuguesa iniciou um conjunto de ações que enfraqueceram o pacto colonial. Com a Corte houve transformações políticas tanto no Brasil quanto em Portugal. Elas conduziram as elites brasileiras e o Príncipe D. Pedro I a declararem a Independência do Brasil (1822).

O Primeiro Reinado (1822-1831) constituiu-se como marco inicial dessa nova fase. Dom Pedro I tornou-se Imperador do Brasil no ano da independência e permaneceu no trono até o ano de sua abdicação (1831). O período foi marcado por fatos importantes para a política brasileira, como a Assembleia Constituinte (1823), a Constituição de 1824, a Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

O Período Regencial (1831-1840) compreende o lapso temporal entre a abdicação de D. Pedro I e a Declaração da Maioridade, quando o seu filho, D. Pedro II, teve a maioridade proclamada. Importantes revoltas aconteceram nessa época, entre elas destacam-se: a Revolta dos Malês (1835), a Cabanagem (1835-1840), a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Balaiada (1838-1841).

Durante o Segundo Reinado (1840-1889) houve um grande progresso cultural, com o crescimento e a consolidação da nação brasileira como país independente. A solidificação do exército e da marinha, a Guerra do Paraguai (1864-1870), bem como mudanças profundas na situação social – como a gradativa libertação dos escravos negros e o incentivo de imigração para juntar-se à força de trabalho brasileira – são fatos importantes daquele período.

Esses levantes contribuíram para o movimento abolicionista, do qual Joaquim Nabuco foi o principal representante. Ele fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que também contava com as participações de Ruy Barbosa, Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. Tais ações abolicionistas tiveram lugar na transição da sociedade brasileira da Monarquia para a República. Naquele período, percebem-se não somente antecedentes que remetem à redução da comercialização de escravizados no solo brasileiro, mas também o princípio de uma substituição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado. Logo, medidas como a adoção do *Bill Aberdeen* (1845), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e o movimento abolicionista tornam-se referências históricas para a compreensão desse contexto.

No texto “Movimento negro: alguns apontamentos históricos”, Petrônio Domingues (2012), ao referir-se ao movimento negro moderno no Brasil, dividiu-o em quatro fases distintas: a primeira compreende de 1889 a 1937; a segunda, de 1945 a 1964; a terceira, de 1978 a 2000; e uma última fase, de 2000 até os dias atuais. O panorama histórico, assim dividido, exhibe os fatos mais importantes de cada uma dessas fases. Ressalte-se que o livro analisado na presente dissertação situa-se, em sua totalidade, na terceira fase.

2.1 A PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (1889-1937)

As teorias raciais tiveram grande difusão na Europa, tendo sido bem acolhidas pela reduzida elite intelectual brasileira, que se reunia nos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa criados no século XIX. A década de 1870 foi marcada pela entrada do ideário positivista-evolucionista, onde os modelos raciais exerceram papel de destaque. Também foi naquele período que, segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), ocorreu o fortalecimento e o amadurecimento de alguns centros de ensino e pesquisa nacionais como: os museus etnográficos, as faculdades de Direito e Medicina e os Institutos Históricos e Geográficos.

As elites locais consumiam a literatura de maneira original: adotaram aquilo que lhes parecia conveniente e descartaram ou adaptaram o que não correspondia à realidade brasileira e aos seus interesses. Intelectuais da época como Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906) e Euclides da Cunha (1866-1909) flertaram com essas ideias e transportaram-nas para os seus textos. Em *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*, de Thomas Skidmore, publicado em 1976, o pensamento racial teve o seu auge entre 1890 e 1920, quando as ideias de hierarquização de “raças” e a ideologia do “branqueamento” adquiriram o foro de legitimidade científica.

Um ano após a Abolição da Escravatura, proclamou-se a República no Brasil, em 1889. Entretanto, o novo sistema político não assegurou ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), Florestan Fernandes afirma que o Brasil do século XX ainda carregava a mentalidade escravocrata do século anterior, que conhecera a abolição da escravatura em 1888. O sociólogo também identificou uma sociedade com características e pensamento de ordem rural que procurava abrir-se para o novo, para a modernidade, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, sendo que se verificava um recente processo de industrialização, ao mesmo tempo em que o êxodo rural era uma realidade e que os pequenos trabalhadores rurais, pobres, mestiços, negros, engrossavam as favelas já existentes.

Não se pode esquecer que os negros libertos em 1888 no interior do Rio de Janeiro, por exemplo, em muitos casos, ocuparam a região de praia da então capital do Brasil. No início do século XX, com a

revitalização da área, aquelas pessoas foram obrigados a ocupar áreas marginais, à beira dos morros, dando origem às favelas que, ao longo dos anos, apenas cresceram.

Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como os seus proventos políticos, por que não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em consequência, *viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela ou através dela.* (FERNANDES, 1978, p. 99, v. 1)

Florestan Fernandes ainda identificou um dilema racial na sociedade brasileira do período em estudo. Logo após a abolição, não havia um projeto econômico que permitisse a qualificação da mão-de-obra escrava, que lhe preparasse para assumir outras funções que não fosse aquela que sempre desempenhara. Por outro lado, a chegada dos imigrantes acabou desalojando os trabalhadores negros, afinal, alemães, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros, sabiam lidar com a terra, prepará-la para diferentes culturas, lidar com o gado, com a criação de gado leiteiro etc. Assim sendo, os escravos e os seus descendentes ficaram à margem daquela sociedade, faltava-lhes a qualificação profissional que os imigrantes já traziam consigo. Impossibilitados de ascender pelo trabalho, os afrodescendentes passaram a trabalhar em subempregos, sem garantias trabalhistas mínimas, sem acesso à educação e à saúde, por conseguinte, inaptos ao exercício do voto, criando-se, dessa forma, um cruel sistema de exclusão que os afastou de todas as formas de exercício da cidadania.

Cabe comentar ainda que, forçados pelas necessidades de sobrevivência e sem atrativos na escola, muitos jovens negros (preferencialmente homens) eram forçados a trabalhar desde cedo. A maioria das mulheres – tanto brancas quanto negras –, por sua vez, não tinha formação escolar efetiva, um progresso que foi sendo conquistado ao longo do século XX, quando as mulheres de origem caucasiana puderam, de fato, frequentar escolas e, mais tarde, cursos superiores.

Por conseguinte, os movimentos que organizam afirmam-se, histórica, política e moralmente, como as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da

experiência republicana. (FERNANDES, 1978, p. 9, v. 2)

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos e os seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial no Brasil. Criaram, inicialmente, dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da federação. Na primeira fase, as organizações dos “homens de cor” eram clubes cívicos, grêmios, sociedades beneficentes (como, geralmente, eram nomeados), constituindo-se como instituições assistenciais, recreativas e/ou culturais. Essas organizações não tinham um caráter partidário, eram de âmbito local e muitas delas vinculadas à religião católica. Muitos clubes e grêmios serviam como espaços de sociabilidade e lazer para os “homens de cor”, no contexto de uma sociedade dominante que demarcava e criava muitos lugares de interdição aos negros como: clubes de futebol, piscinas e restaurantes. De maneira ainda pouco expressiva, já apareciam denúncias de racismo e prenúncios da luta contra o preconceito por parte de algumas dessas organizações, principalmente por meio dos jornais escritos pertencentes a esses clubes e grêmios, ou publicações independentes.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RS, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza [sic] (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de ‘homens de cor’, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação ‘determinadas classes de trabalhadores negros, tais como:

portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical'. (DOMINGUES, 2007, p. 104)

Em relação ao surgimento da imprensa negra, o mesmo autor destaca:

Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Órgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A *imprensa negra* conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o ‘preconceito de cor’, como se dizia na época. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como a *Raça* (1935), em Uberlândia/MG, o *União* (1918), em Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS, e o *Alvorada*, em Pelotas/RS. Este último – publicado com pequenas interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da *imprensa negra* de maior longevidade no país. (DOMINGUES, 2007, p. 104-105)

Naquele mesmo período, foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento social centrado na ideia nacionalista de defesa da inserção da “raça negra” no mundo do trabalho, uma vez que os imigrantes estrangeiros eram preferidos no mercado. Logo, a maioria dos negros e mestiços era deixada na condição de desempregada e marginalizada. A Frente Negra Brasileira visava construir um “novo negro” (trabalhador, ordeiro e civilizado) por meio de valores morais e instrução escolar, afastando-se dos estereótipos relacionados ao negro: vagabundo, sem instrução e bêbado. A FNB transformou-se em partido político em 1936, mas, no ano seguinte, com a instauração da ditadura

do Estado Novo (1937-45), todos os partidos foram extintos, inclusive a FNB.

Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazi-fascismo, a FNB notabilizou-se por defender um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista. A sua principal liderança, Arlindo Veiga dos Santos, elogiava publicamente o governo de Benedito Mussolini, na Itália, e Adolfo Hitler, na Alemanha. A entidade chegou a ser recebida em audiência pelo Presidente da República da época, Getúlio Vargas, e algumas de suas reivindicações foram atendidas, como o fim da proibição de ingresso de negros na Guarda Civil em São Paulo.

2.2 A SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (1945-1964)

Os anos de vigência do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando, desse modo, qualquer movimento contestatório. Mas, com a queda da ditadura Getúlio Vargas, ressurgiu, na cena política do País, o movimento negro organizado que, por sinal, ampliou o seu raio de ação. Dessa época, um dos principais agrupamentos foi a União dos Homens de Cor, também intitulada Uagacê – ou, simplesmente, UHC – foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. A UHC era constituída por uma complexa estrutura organizacional: a diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se entre os cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores).

Chama atenção a escalada expansionista da UHC na segunda metade da década de 1940. A organização possuía sucursais ou contava com representantes em, pelo menos, dez Estados da Federação: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. A presença da entidade não se limitava às capitais, fazendo-se também presente em vários municípios do interior. Somente no estado do Paraná, a UHC mantinha atividade com 23 cidades, em 1948. Em linhas gerais, a sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, pela publicação de jornais próprios, pela prestação de serviços de assistência jurídica e médica, pela realização de aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais.

No início da década de 1950, representantes da UHC foram recebidos em audiência pelo então Presidente Getúlio Vargas, ocasião em que lhe foi apresentada uma série de reivindicações a favor da “população de cor”. No Rio de Janeiro, os dirigentes da entidade tornaram-se figuras proeminentes, seja no ativismo, seja na vida pública. Este foi o caso, por exemplo, de José Bernardo da Silva, eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos a partir de 1954. Algumas dissidências ou mesmo agremiações homônimas surgiram a partir da UHC. Dentre elas, merecem nota o aparecimento da União Cultural dos Homens de Cor (UCHC), que era dirigida por José Pompílio da Hora, no Rio de Janeiro, e a fundação da União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC), em Blumenau, em 1962. A implantação da ditadura militar, em 1964, concorreu para o arrefecimento de muitos grupos dos movimentos sociais no País e a UHC não ficou incólume a esse processo.

Ainda cumpre mencionar como outro importante movimento o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como a sua principal liderança. A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas, progressivamente, o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal *Quilombo*; passou a oferecer curso de alfabetização e de corte e costura; fundou o Museu de Arte Negra⁵; promoveu a eleição da Rainha das Mulatas e da Boneca de Pixe. Tempos depois, realizou um concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro⁶, com grande repercussão entre a opinião pública.

⁵ A coleção do Museu de Arte Negra compõe-se de pinturas, desenhos, gravuras, fotografias, esculturas e outras peças em diversas técnicas e diversos materiais, reunidas de 1950 a 1968. A proposta de afirmação da cultura negra, enraizada na linguagem e nas tradições de origem africana, atraiu a colaboração de artistas estrangeiros e de alguns dos mais destacados artistas brasileiros da época. O projeto incentivou artistas negros de vários estados do País, como o escultor José Heitor da Silva e o pintor Sebastião Januário. Além disso, a coleção inclui obras colecionadas por Abdias Nascimento durante o seu afastamento do Brasil entre 1968 a 1981, bem como após o seu retorno, quando manteve contatos e intercâmbios com artistas internacionais, alguns dos quais também doaram obras. Disponível em: <<http://ipeafro.org.br/acervo-digital/imagens/museu-de-arte-negra/obras-abdias-nascimento/>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

⁶ O Teatro Experimental do Negro (TEN) promoveu o concurso de artes plásticas sobre o tema do Cristo Negro por ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1955. Abdias do

Os direitos civis dos negros, na qualidade de direitos humanos, também foram defendidos pelo TEN. O órgão propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória nacional e foi um dos pioneiros ao trazer para o Brasil as propostas da *negritude*⁷ que, naquele instante, mobilizavam a atenção do movimento negro internacional e que,

Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos idealizaram o concurso que teve apoio da revista *Forma* e de diversos pensadores como: Augusto Frederico Schmidt, Dinah Silveira de Queiroz, Dom Hélder Pessoa Câmara e Quirino Campofiorito. Entretanto, o concurso provocou a ira da sociedade dominante. “Reúne a blasfêmia e o sacrilégio, aliados ao mau gosto!”, bradou uma crítica no *Jornal do Brasil*, cujo editorial insistiu que as autoridades civis e eclesiásticas deveriam impedir que se realizasse tal “atentado à Religião e às Artes”. Contudo, o evento foi um sucesso. 106 artistas brancos e negros participaram do concurso. A pintura *Cristo na Coluna*, criada por Djanira, conquistou o 1º lugar. O tema do Cristo Negro continua como uma referência importante nas artes plásticas. A coleção do projeto do Museu de Arte Negra recebeu várias obras ligadas a esse tema depois do Concurso de 1955. As imagens dessas obras estão incluídas na galeria de imagens, sendo a mais recente delas *A crucificação*, do artista afro-norte-americano Le Roi Callwell Johnson (Búfalo, EUA, 1996). Disponível em: <<http://ipeafro.org.br/acervo-digital/imagens/museu-de-arte-negra/obras-cristo-negro/>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

⁷ *Negritude* (*Négritude* em francês) é o nome dado a uma corrente que agregou escritores negros francófonos. Os objetivos da Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afrodescendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista. Em Paris, no período entreguerras, um grupo de estudantes negros oriundos dos países colonizados (Antilhas e África) iniciou um processo de mobilização cultural. Quando esses estudantes começaram a frequentar as universidades europeias - sobretudo as de Paris e Londres - constataram que a civilização ocidental não era um modelo universal e absoluto tal como era ensinado na colônia. Nesse contexto, despertou-se uma consciência racial, e, por conseguinte, a disposição de lutar a favor do resgate da identidade cultural esvaecida do povo negro. A palavra aparece pela primeira vez em *Diário de um retorno ao país natal*, de Aimé Césaire, de 1939. O ano da publicação desse livro coincide com o ano do regresso de Aimé Césaire (1913-2008) à Martinica. Ele tornou-se amigo de intelectuais provenientes de áreas coloniais francesas após uma temporada de quase sete anos em Paris, onde fizera seus estudos superiores. Entre os mencionados intelectuais destacam-se: o guianense Léon-Gontran Damas (1912-1978) e o senegalês Léopold Sedar Senghor (1906-2001). Os três compartilharam o ponto de vista negro na crítica à dominação colonial e aos efeitos para os povos africanos e seus descendentes. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/2137/2707>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

posteriormente, serviram como base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos. Com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN tornou-se moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando o seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o autoexílio nos Estados Unidos.

Nessa segunda etapa do movimento negro, a UHC e o TEN não eram os únicos grupos que empreendiam a luta antirracista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade. Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Sousa, em 1943, e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio a lume o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil.

É importante assinalar que, nessa segunda etapa, a *imprensa negra* ganhou novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo País. Em São Paulo, surgiram o *Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960); em Curitiba, o *União* (1947); no Rio de Janeiro, o *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952). Registrou-se, ainda, o aparecimento da revista *Senzala* (1946), em São Paulo. Apesar do crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou politicamente isolado naquele momento, sem contar efetivamente com o apoio das forças políticas: nem da direita, nem da esquerda marxista.

Em 1946, o senador Hamilton Nogueira apresentou à Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei antidiscriminatória, formulado originalmente na Convenção Nacional do Negro, um ano antes. Colocado em votação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) opôs-se ao projeto, alegando que a lei iria “restringir o conceito amplo de democracia”. Para o PCB, as reivindicações específicas dos negros eram um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores e, por conseguinte, represavam a marcha da revolução socialista no País. A primeira lei antidiscriminatória do País - batizada de Afonso Arinos - só foi aprovada no Congresso Nacional em 1951, após o escândalo de racismo que envolveu a bailarina negra norte-americana Katherine Dunham (1909-2006), impedida de hospedar-se num hotel em São Paulo.

Durante o Regime Militar (1964-1985), o item “cor” ou “raça” sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive, no censo

populacional. O regime tratava, assim, de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. A ideia de um povo mestiço como patrimônio nacional foi exaustivamente veiculada nos meios de comunicação pelos governos militares.

A pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação. A simples menção à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito. Até mesmo os dados do censo dos anos 1960, em que constava o quesito cor, só foram divulgados em 1978. Apenas em 1980 a cor dos brasileiros voltou a fazer parte do censo. Isso depois de anos de batalha do movimento negro e de alguns cientistas sociais para convencer as autoridades brasileiras de que a cor era uma variável importante para entender e superar as desigualdades que dividem o País.

Uma das organizações mais influentes (inclusive, uma das poucas existentes) daquele período foi o Grupo Palmares. Esse grupo foi fundado por Oliveira Silveira (1941-2009), junto com outros militantes, em 1971, em Porto Alegre. O principal objetivo proposto foi o estabelecimento do dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares (1695), como a data a ser comemorada pela população negra, em substituição ao dia 13 de maio. Esse fato engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negra e provoca objetivamente uma revisão sobre o papel dessas populações na formação da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência).

O dia 13 de maio passou a ser considerado pelo movimento negro como um dia nacional de denúncia da existência de racismo e discriminação em nossa sociedade. O Grupo Palmares elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem mais importante da história do negro no Brasil e realizou, ainda em 1971, o primeiro ato evocativo de celebração do dia 20 de novembro. Destaca-se a participação do Grupo Palmares, entidade que protagonizou a declaração do dia 20 de novembro como data máxima da comunidade negra brasileira (mais tarde, registrada como Dia Nacional da Consciência Negra).

Em decorrência da repressão, algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer. Em 1974 surgiu o *Ilê Aiyê*, fundado no Curuzu, bairro da Liberdade, em Salvador. A nova agremiação celebrava a cultura africana a partir do próprio nome: *Ilê Aiyê* significa “a terra é nossa casa”, no idioma iorubá. Uma agremiação carnavalesca expressava claramente nas letras de suas músicas o protesto contra a discriminação racial, ao mesmo tempo em

que valorizava enfaticamente a estética, a cultura e a história negra e africana.

No caminho aberto pelo *Ilê Aiyê*, outros blocos foram formados por moradores de bairros populares como: a Liberdade, Largo do Tanque, Itapoã e Pelourinho. Entre os mais conhecidos estavam o *Olodum*⁸, o *Muzenza*⁹ e o *Malê Debalê*¹⁰. A atestar a influência da música jamaicana, um novo ritmo denominado samba-reggae foi inventado.

2.3 A TERCEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (1978-2000)

Na terceira fase do movimento negro, aconteceu o processo de redemocratização no Brasil entre os anos de 1974 e 1985. Ele constituiu-se como uma transição política entre a chamada Nova República e a fase anterior Regime Militar. O processo de redemocratização iniciou-se a partir de uma série de eventos, como a crise econômica que marcava aquele período.

A subida dos índices inflacionários, a desestabilização da balança de pagamento e a dívida externa tornaram-se temas de debate sobre a problemática da economia brasileira. Apesar de o desenvolvimento econômico continuar estável, o índice de desemprego agravou-se e as indústrias nacionais foram afetadas. O agravamento dos problemas econômicos acarretou conflitos sociais.

Diante daquele cenário, o presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) tomou atitudes políticas que iniciaram um processo de

⁸ O *Olodum*, bloco-afro do carnaval da cidade do Salvador, na Bahia, foi fundado em 25 de abril de 1979. Trata-se de uma organização não governamental (ONG) do movimento negro brasileiro. A sua sede localiza-se no Pelourinho de Salvador. Disponível em: <<https://ileaiye.com.br/ile-aiye-primeiro-bloco-afro-da-bahia/>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

⁹ O *Muzenza* surgiu no bairro da Liberdade, como um tributo ao músico jamaicano Bob Marley (1945-1981). A inspiração na cultura afro-jamaicana veio da popularidade do ritmo nos anos 1980. O *Muzenza* tornou-se conhecido como o “bloco do reggae”. Ele foi fundado em 5 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.blococultural.com.br/muzenza_26.html>. Acesso em: 4 abr. 2018.

¹⁰ O *Malê Debalê* é um bloco-afro de carnaval de Salvador, Bahia. Ele foi fundado por um grupo de moradores do bairro de Itapuã, em 23 de março de 1979. Disponível em: <<http://maledebale1979.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

“distensão, lenta, segura e gradual”¹¹. O seu governo coincidiu com o fim do milagre econômico e com a insatisfação popular com as altas taxas de juros. A crise do petróleo e a recessão mundial interferiram na economia brasileira no mesmo momento em que os créditos e os empréstimos internacionais diminuíram.

Os militares esboçaram reações à abertura política e alguns membros do setor foram afastados por suas manobras contra esse processo. Os militares da linha dura, não contentes com os caminhos do governo Ernesto Geisel, começaram a promover ataques clandestinos aos membros da esquerda. Esse presidente acabou com o Ato Institucional Nº 5 (ou AI-5), em 1978, restaurou o *habeas-corpus* e abriu caminho para a volta da democracia no Brasil.

João Baptista Figueiredo assumiu a presidência em 1979 e restabeleceu o pluripartidarismo, além de sancionar a Lei da Anistia. Nesse contexto, os movimentos sociais articularam-se em oposição ao regime militar, bem como exigiram melhorias nos aspectos socioeconômicos brasileiros. Em relação à militância negra destaca-se O Movimento Negro Unificado (MNU).

O Movimento Negro Unificado é uma entidade de base afiliativa nacional, fundada na cidade de São Paulo, em 7 de julho de 1978. A sua fundação, por um lado, seguiu o contexto de mobilização das agremiações negras na denúncia do racismo e, por outro, inaugurou um novo momento para o movimento negro brasileiro: o das organizações políticas mobilizadas na luta pela emancipação econômica e cultural da população negra.

Quanto à formação do movimento, ativistas apontam dois fatos como motivadores para a organização de um ato público que reunisse a denúncia ao racismo. Os eventos que motivaram a fundação do MNU foram: a morte do trabalhador Robson Silveira da Luz,¹² devido à

¹¹ Em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel toma posse na Presidência da República, após ser eleito pelo colégio eleitoral, em janeiro do mesmo ano. Em 29 de agosto, durante entrevista coletiva, Geisel anunciou o projeto político que é a marca de seu governo: a “distensão lenta, segura e gradual” do regime militar, o que significou maior oportunidade para o diálogo com a oposição e a sociedade civil. (FAUSTO, 1995, p. 501).

¹² O trabalhador negro Robson Silveira da Luz (27 anos) foi falsamente acusado de roubar frutas na feira, preso e levado para o 44º Departamento de Polícia de Guaianazes, na zona leste de São Paulo. Ele estava sob a responsabilidade do delegado Alberto Abdalla. Robson foi torturado pelos policiais e faleceu em 28 de abril de 1978. Semanas depois, quatro garotos (também paulistanos e negros)

tortura que sofreu por policiais militares, bem como a discriminação de quatro garotos negros impedidos de entrar no clube desportivo Clube de Regatas Tietê. O ato, tido como marco da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente chamado de Movimento Negro Unificado (MNU), ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal, na cidade de São Paulo, com cerca de duas mil pessoas, em plena ditadura militar.

No plano interno, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista (CS).¹³ Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e beneficiava-se do racismo. Assim posto, somente com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária seria possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira.

Em 1978, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) promoveu a primeira edição do Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU). Na ocasião, um grupo de escritores paulistas lançou o primeiro número da série *Cadernos Negros*. Oito poetas dividiam os custos do livro, publicado em formato de bolso, com 52 páginas. A publicação, vendida principalmente em um grande lançamento, circulou de mão em mão *a posteriori*. O livro foi distribuído para poucas livrarias, mas obteve um expressivo retorno dos que tiveram acesso. Desde então, quarenta volumes foram lançados, um por ano, alternando-se poemas (nos anos pares) e contos (nos anos ímpares) de estilos diversos. A distribuição aperfeiçoou-se e chegou a um público mais amplo e diversificado do que aquele atingido pelos

foram impedidos de entrar no Clube de Regatas Tietê. Cf. PEREIRA, 2010, p. 186-187.

¹³ A Convergência Socialista (CS) foi uma organização trotskista brasileira ligada à Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI). Nahuel Moreno (1924-1987) dirigiu essa organização. A CS existiu no Brasil de 1978 a 1992. Cf. *Ibid.*, p. 104.

primeiros volumes. Escritores de vários estados do Brasil têm publicado nos *Cadernos Negros*.

É preciso assinalar que não existem outras antologias publicadas regularmente com textos de autores afro-brasileiros, em grande parte, devido às dificuldades financeiras inerentes às publicações desse tipo. Sendo assim, os *Cadernos Negros* têm sido um importante veículo para dar visibilidade à literatura negra. Logo, o material publicado nos *Cadernos Negros* tem sido fonte para ensaios, dissertações, teses e estudos diversos por parte de estudantes de Letras, pesquisadores e professores universitários.

Os *Cadernos Negros* têm a sua organização e editoração a cargo do Quilombhoje Literatura (que também se encarrega do lançamento e distribuição), sendo que o grupo arca com parte dos recursos e outra parte é dividida pelos autores participantes, num processo cooperativo que tem permitido superar as barreiras impostas pelo mercado. Em relação ao Quilombhoje Literatura, ele surgiu como um grupo paulistano de escritores em 1980, com o objetivo de discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura.

O grupo tem o propósito de incentivar o hábito da leitura e promover a difusão de conhecimentos e informações, assim como desenvolver e incentivar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre literatura e cultura negra. O Quilombhoje Literatura tem desenvolvido vários projetos há mais de 30 anos, dentre eles: a produção anual dos *Cadernos Negros* (poemas e contos); a organização de rodas de poemas; a encenação de peças de teatro em que se utilizam poemas de autores como Solano Trindade e Cruz e Sousa; e saraus, especialmente, o Sarau Afro Mix.

Outras editoras surgiram durante aquele período com o propósito de divulgação da cultura negra, tais como: A Pallas Editora, A Mazza Edições e a Selo Negro Edições. A primeira delas dedica grande parte de seu catálogo aos temas afrodescendentes, tendo sido fundada em 1975, na cidade do Rio de Janeiro. A Pallas está interessada na compreensão e na valorização das raízes culturais e ciente do ainda precário registro dos saberes africanos na diáspora. Além de sua importância como uma das matrizes fundadoras da nacionalidade, a casa editorial busca recuperar e registrar tradições religiosas, linguísticas e filosóficas dos vários povos africanos, continuamente trazidos para o Brasil durante o regime escravista. As manifestações afro-brasileiras contemporâneas valorizam-se como formas fundamentais de expressão da brasilidade. O espectro do catálogo é amplo: da religiosidade — com o registro escrito das tradições orais africanas em nosso país — à

literatura, passa-se pela antropologia, pela sociologia, por livros de referência, pelo cinema e pela filosofia.¹⁴

A segunda delas reafirma o seu compromisso de levar o melhor da cultura brasileira e afro-brasileira aos seus leitores, desde 1981. Maria Mazarello Rodrigues, fundadora da Mazza Edições, tem o seu percurso intelectual e humano marcado pelo envolvimento com as questões sociais, políticas e culturais do Brasil. A editora reflete em seu catálogo o empenho de escritores e leitores que acreditam na construção de uma sociedade baseada na ética, na justiça e na liberdade. A empresa acredita e investe na publicação de autores(as) negros(as). Os temas abordam os diversos aspectos da cultura afro-brasileira, relacionada, por sua vez, a um largo segmento das populações excluídas no Brasil. No tocante a essa temática, a editora tornou-se referência nacional e internacional, na medida em que contribui para os debates acerca da diversidade sociocultural do Brasil.¹⁵

A terceira surgiu em 1999, voltada essencialmente para assuntos que dizem respeito à comunidade afro-brasileira. Os seus livros trazem temas que tratam essencialmente de aspectos da cultura negra e da situação social, política e econômica dos afrodescendentes no Brasil e no mundo. Os autores desses livros não precisam ser necessariamente negros. Algumas das áreas principais são: educação, sociologia, religião, ficção histórica e diversos.¹⁶

Concomitante à reorganização das entidades negras, registrou-se a volta da *imprensa negra*. Alguns dos principais jornais daquele período foram: *SINBA* (1977), *Africus* (1982) e *Nizinga* (1984), no Rio de Janeiro; *Jornegro* (1978), *O Saci* (1978), *Abertura* (1978) e *Vissungo* (1979), em São Paulo; *Pixaim* (1979), em São José dos Campos/SP; *Quilombo* (1980), em Piracicaba/SP; *Nêgo* (1981), em Salvador/BA; *Tiçã* (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista *Ébano* (1980), em São Paulo. O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do País porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional.

¹⁴ Disponível em: <http://www.pallaseditora.com.br/pagina/a_editora/2/>. Acesso em: 28 fev. 2017.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.mazzaedicoes.com.br/editora/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

¹⁶ Disponível em: <http://www.gruposummus.com.br/selonegro/selonegro_temas_abordados.php?editora=selonegro>. Acesso em: 2 nov. 2017.

As organizações negras têm exercido influência sobre pessoas e instituições, potencializando-os a reverem as desigualdades raciais no Brasil nos planos individual, cultural e político. Além disso, o movimento negro colocou novas demandas de políticas públicas para o Estado e para o governo. O movimento negro está organizado com diferentes características – culturais, comunitárias e políticas –, e atua em diferentes áreas como: educação, saúde, mercado de trabalho, direitos humanos e juventude. Joana Célia dos Passos e João Carlos Nogueira (2014, p. 115) destacam a importância do movimento negro como agente estimulador de uma possível mudança social:

Numa breve retrospectiva, é possível dizer que a militância negra experimentou, na década de 1980, uma experiência política decisiva: combinar a denúncia contra o racismo; fortalecer suas organizações e construir uma articulação estratégica com setores e atores sociais importantes, que buscassem o poder político, sobretudo, para construção de uma nova hegemonia política nos marcos da democracia representativa, de um sistema capitalista dependente, e num país em desenvolvimento, situação vigente no Brasil [...]

A influência do movimento negro norte-americano, sul-africano e a descolonização da África também foram fundamentais para o processo de reconhecimento político e social da cultura negra, cabendo mencionar referenciais como: o *Black is Beautiful* (iniciado pelos afro-americanos nos Estados Unidos, nos anos de 1960), o *Black Power* (movimento que enfatizou o orgulho racial e a criação de instituições culturais e políticas negras para promover interesses e/ou assegurar autonomia para os negros no final dos anos 1960 e início dos anos 1970), o Partido dos Panteras Negras (*Black Panther Party*), o movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, a música negra norte-americana e a luta de Nelson Mandela, Desmond Tutu e Steve Biko contra o sistema Apartheid (1948-1994). Segundo Amilcar Araujo Pereira, na tese “*O Mundo Negro*”: *a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*, percebe-se a adoção, pelo movimento negro brasileiro daquele período, do padrão das relações raciais norte-americanas e das práticas de ação política. Esses princípios estão em parte ancorados em algumas experiências adotadas nos Estados Unidos, quais sejam: as políticas de ação afirmativa e o paradigma

multiculturalista, mobilizados para pensar as relações étnico-raciais no Brasil.

“[...] o movimento negro brasileiro se nutre ideologicamente das lutas de emancipação que naquele momento estão travando alguns povos negros (nos Estados Unidos, na África do Sul e na África portuguesa) e de tradição das lutas de resistência popular no Brasil, do abolicionismo ao Teatro Experimental do Negro.” (GUIMARÃES, 2002, p. 102)

No plano político, a ação de Abdias do Nascimento, eleito deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1983, o surgimento de várias organizações não governamentais (ONGs), além da criação da Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁷, em 1987, constituem momentos marcantes dessa fase. No dia 20 de dezembro de 1985, uma lei federal estabeleceu como crime o tratamento discriminatório no mercado de trabalho, entre outros ambientes, por motivo de raça/cor. A chamada Lei Caó (Lei nº 7.437/85) classifica o racismo e o impedimento de acesso a serviços diversos por motivo de raça, cor, sexo, ou estado civil como crime inafiançável, punível com prisão de até cinco anos.

A participação do movimento negro no processo da Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 1986, resultou em dois importantes artigos constitucionais: o artigo que criminalizou o racismo e que substituiu a chamada Lei Afonso Arinos e o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais (ADTC), que concede a posse definitiva da terra aos remanescentes de quilombos. Essa busca de intervenção no processo da Constituinte tornou-se também um importante marco para a institucionalização do movimento negro e para as primeiras tentativas de articulação com as diferentes instâncias dos poderes públicos. Naquele contexto, a Lei do Crime Racial (Lei nº

¹⁷A Fundação Cultural Palmares (FCP) tem por finalidade promover e preservar a cultura afro-brasileira. A fundação preocupa-se com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana. A FCP formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. Ela foi o primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem>>. Acesso: 4 abr. 2018.

7.716/89) foi aprovada com a intenção de definir os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Depois dos festejos que marcaram o centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, houve o reconhecimento do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra¹⁸, no Brasil. Naquele mesmo ano, foi realizada a “Marcha contra a farsa da abolição”, na Candelária, no Rio de Janeiro, no dia 11 de maio (vide imagem a seguir).

¹⁸ O Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado em 20 de novembro, no Brasil. Ele foi criado em 2003 e instituído em âmbito nacional mediante a Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data é considerada feriado em cerca de mil cidades em todo o País. Nos estados de Alagoas, do Amazonas, do Amapá, do Mato Grosso e do Rio de Janeiro tornou-se feriado através de decretos. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/novembro/atividades-celebram-a-semana-nacional-da-consciencia-negra>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

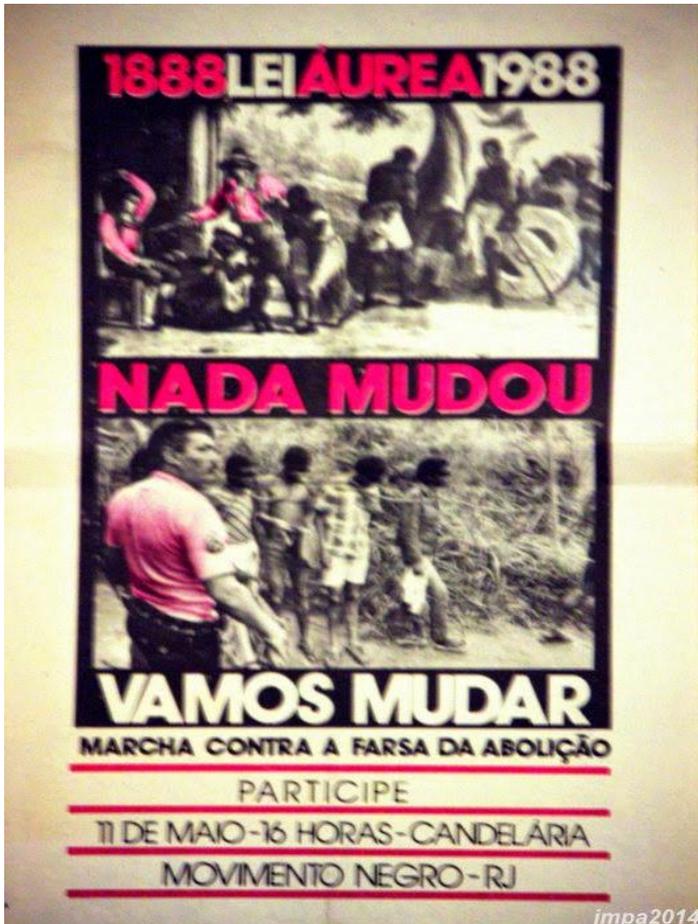


Figura 1¹⁹

¹⁹ Panfleto do movimento negro (Rio de Janeiro), lançado na comemoração do centenário da Abolição da Escravatura. Na parte superior lê-se a inscrição: “1888 LEI ÁUREA 1988”: 1888 está em rosa, LEI em branco, ÁUREA em rosa e 1988, em branco, seguida da fotografia de uma pintura do século XIX. Nela se percebe a representação dos castigos corporais impostos aos negros e às negras escravizados, com um capataz que segura uma mulher negra, junto ao que aplica uma palmatória em outra escrava, ajoelhada a sua frente, com uma criança ao lado. Ainda há outros três homens negros em primeiro plano, ao centro, juntos a uma roda de carro de bois, com mais outros escravos ao fundo, à espera de seus castigos – aplicados principalmente aos que eram chamados de

Neste sentido, o centenário da abolição alimentou o debate sobre a questão racial em diferentes segmentos da sociedade brasileira e acabou contribuindo fortemente para a criação de novas organizações negras por todo o país, como o GELEDÉS Instituto da Mulher Negra, em 1988, em São Paulo; a União dos Negros pela Igualdade (Unegro), em Salvador, em 1988; e o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), no Rio de Janeiro, em 1989. A criação do Geledés, no mesmo ano da realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, fomentou a ideia de criação de organizações voltadas exclusivamente para as mulheres negras em várias partes do País. Além de fortalecer o nascente movimento de mulheres negras, a criação do Geledés também serviu como modelo para muitas outras organizações, no que diz respeito às suas formas de atuação.

A década de 1990 foi importante para o movimento negro, pois, foi a partir daquele período, que ele estabeleceu um diálogo com o governo brasileiro, ou seja, os movimentos sociais antirracismo começaram a participar do aparelho estatal e de suas instâncias institucionais e de poder. Foi nesse contexto que o movimento negro teve a sua agenda alçada à esfera pública nos espaços institucionais e passou a ansiar por apoio internacional para a luta antirracista. Em 20 de novembro 1995 foi realizada a “Marcha Zumbi 300 anos contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” em frente à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com a participação de cerca de 30 mil pessoas.

No mesmo ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi a primeira autoridade máxima na história do Brasil a reconhecer publicamente e em caráter oficial a existência das iniquidades raciais em relação aos negros no contexto nacional. O presidente propôs, em resposta às demandas do movimento negro apresentadas na “Marcha Zumbi 300 anos contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População

“negros rebeldes ou fujões”. Segue-se, em letras vermelhas, a sentença: NADA MUDOU. Abaixo está a fotografia de um policial militar que traz um grupo de homens negros amarrados por cordas nos pescoços, uns aos outros, em fila, com quatro deles em primeiro plano. Segue-se, embaixo dessa foto, do ano 1988, a convocação: “VAMOS MUDAR”, além de convocar a “MARCHA CONTRA A FARSA DA ABOLIÇÃO (Participe – 11 de maio – 16 horas – Candelária – Movimento Negro – RJ)”. Disponível em <http://infoativodefnet.blogspot.com.br/2014_11_01_archive.html>. Acesso em: 21 de jul. 2016.

Negra (GTI)²⁰, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH)²¹. Esse é um ponto-chave na história do antirracismo contemporâneo, pois, a partir daí, começou a conformar-se um novo contexto de relações de poder entre Estado e movimento negro, pavimentando por via institucional o caminho para a aceitação da “raça” como conceito marcador da *diferença* racial e para o estabelecimento de políticas públicas de caráter afirmativo.

Naquele período, a “Marcha Noturna pela Democracia Racial” iniciou às vésperas do dia 13 de maio de 1996, quando um grupo de pessoas realizou uma caminhada de aproximadamente duas horas pelo centro histórico de São Paulo, partindo da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte até chegar à Igreja Rosário dos Homens Pretos. Em seu histórico, a marcha contou com a participação das principais organizações negras paulistanas, sendo a ONG Instituto do Negro Padre Batista a principal responsável pela sua organização, desde 1997.

Essa última perspectiva de análise percebe a celebração cultural dos movimentos negros e minoritários. É importante ressaltar que tal visão de análise emerge no contexto dos anos 1990, baseada nas práticas desenvolvidas pelos próprios movimentos sociais. Assim, verifica-se a importância da produção teórica desenvolvida no interior dos movimentos e o seu diálogo com a produção científica e acadêmica.

No contexto de surgimento dessas novas organizações negras é importante destacar a profissionalização de quadros nas chamadas ONGs negras, as quais recebem recursos e aportes financeiros para realizar os seus trabalhos. São homens e mulheres dedicados à luta contra o racismo e que passaram a realizar a sua militância de maneira profissional. Tais pessoas visam não somente à obtenção de recursos

²⁰ O Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI) foi instituído com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra. O grupo foi sancionado pelo decreto de 20 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

²¹ A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SNDH), também conhecida como Secretaria Especial de Direitos Humanos, funcionou como uma secretaria com *status* de ministério do Poder Executivo do Brasil. Ela foi instituída pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 17 de abril de 1997. Era o órgão que tratava de implementar, promover e assegurar os direitos humanos no Brasil até 2 de outubro de 2015.

financeiros, mas, fundamentalmente, oportunidades de qualificarem-se, de estudarem temas específicos e, inclusive, ingressarem na vida acadêmica, em cursos de graduação e pós-graduação. Exemplos nesse sentido são: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Hédio Silva Junior, Hélio Santos, Joel Zito Araújo, Joel Rufino dos Santos, Muniz Sodré e o próprio Luiz Silva (Cuti).

Outra forma de atuação específica do movimento negro que ganhou dimensão nacional em meados dessa década foi o trabalho realizado para levar jovens negros às universidades através da criação dos primeiros pré-vestibulares para negros e carentes. Tais cursos, funcionando de modo diferenciado ao modelo adotado pelas ONGs, têm como base o trabalho voluntário realizado por professores e pelos coordenadores de seus núcleos. Esse modelo de pré-vestibulares populares – em que o voluntariado define a organização do trabalho – tornou-se um dos principais sustentáculos da mobilização popular do movimento negro, muito em função da então recente luta pelas ações afirmativas para negros, especialmente pelas cotas para afrodescendentes nas universidades públicas.

2.4 A QUARTA FASE DO MOVIMENTO NEGRO MODERNO (2000-DIAS ATUAIS)

No âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) foi criado, em 2000, o Comitê Nacional Preparatório para a Conferência de Durban. Essa conferência foi significativa no sentido de que, a partir da participação da delegação brasileira nela, houve a redefinição das estratégias de ação política para o antirracismo e os movimentos antirracistas nacionais passaram a articular-se para as ações comuns.²² Convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1997, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata foi realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. No país de Nelson Mandela, a ONU, governos nacionais, ONGs e movimentos sociais de todo o planeta reuniram-se para discutir as questões do racismo, da intolerância e da xenofobia na contemporaneidade.

²² “Movimento negro e políticas educacionais no Brasil contemporâneo (1978-2010)” de Carla Adriana Batista da Silva e Rafael Petry Trapp. Disponível em: <http://www.unisc.br/images/upload/com_arquivo/movimento_negro_e_polaiticas_educacionais_no_brasil_contemporaneo_%281978_2010%29_1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Essa série de transformações no campo político do antirracismo teve, no primeiro decênio dos anos 2000 – portanto, na gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva –, uma gama de desdobramentos institucionais, políticos e educacionais. Nesse contexto, paralelamente, existe uma maior visibilidade pública da chamada “questão racial”, observando-se a institucionalização das políticas antirracistas, como as ações afirmativas nas universidades públicas e a criação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/2003). Esse órgão constitui-se como importante instância de poder e veículo institucional para a criação e a promoção de políticas raciais orientadas à população negra.

Como integrante da estrutura básica dessa Secretaria, foi criado o Conselho Nacional de Participação da Igualdade Racial (CNPIR).²³ No que se refere às políticas educacionais, o movimento obteve importantes conquistas, como as cotas no ensino superior e, principalmente, a implementação da Lei nº 10.639/2003, referente à disciplina de História e Cultura Afro-brasileira. É interessante observar como essas políticas encontram respaldo e chancela da ONU, pois muitos conceitos e temáticas – tais como Educação e Ação Afirmativa – encontram-se na Declaração Final de Durban, da ONU, de 2002.

A I, II, III e IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)²⁴ convocadas por decreto e com forte mobilização da sociedade civil, tanto nos eventos como nas reuniões preparatórias que ocorreram nos estados, apresentaram propostas que serviram como

²³ O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foi criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. O conselho tem por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos da população brasileira. Também são objetivos do órgão: combater o racismo, o preconceito, a discriminação racial e reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico, financeiro, social, político e cultural. O CNPIR ampliou o processo de controle social sobre as referidas políticas. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/articulacao/cnpir>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

²⁴ A I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) aconteceu de 11 a 13 de maio de 2005; a segunda, de 25 a 28 de junho de 2009; a terceira, de 5 a 7 de novembro de 2013; a quarta, de 5 a 7 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/12-dezembro/convocada-a-conapir-2017-2>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

base para a constituição do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR),²⁵ do Programa Universidade Para Todos (PROUNI)²⁶ e para o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas. Em termos de mudanças institucionais, destaca-se a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI),²⁷ criada em julho de 2004, no âmbito do Ministério da Educação, responsável pela execução de diversos programas. Por último, nota-se a “Marcha de Zumbi + 10, Contra o Racismo, pelo Direito à Vida”,²⁸ a Lei nº 11.645/2008²⁹ e a elaboração do Estatuto da

²⁵ O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) indica ao Estado as metas para superar as desigualdades raciais existentes no Brasil, por meio da adoção de ações afirmativas associadas às políticas universais. O plano foi idealizado em 2005, com base nas propostas apresentadas na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), e aprovado pelo Decreto nº 6.872/2009. Esse Plano contém doze eixos de atuação e visa “apoiar”, “fomentar”, “promover” e “estimular” ações para grupos específicos (populações negra, indígena, quilombola e cigana) e segmentos ainda mais específicos dentro desses grupos. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/planapir/sobre_planapir>. Acesso em: 4 abr. 2018.

²⁶ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um programa do Governo Federal do Brasil. Ele foi criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php>. Acesso em: 4 abr. 2018.

²⁷ A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais nas áreas de: alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, direitos humanos, educação especial, do campo, indígena, quilombola e para as relações étnico-raciais. O objetivo dessa secretaria é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, bem como à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

²⁸ A “Marcha Zumbi + 10, Contra o Racismo, pelo Direito à Vida” foi realizada em 16 e 22 de novembro de 2005. Ela aconteceu dez anos depois da “Marcha Zumbi 300 anos contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”. Disponível em: <<http://marchazumbimais10.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

²⁹ A Lei nº 11.645 inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:

Igualdade Racial, sancionado pela Lei nº 12.288/10, de autoria do Senador Paulo Paim.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SNDH) foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM). Na reforma ministerial empreendida pela presidente Dilma Rousseff, a antiga secretaria fundiu-se no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). O presidente interino Michel Temer extinguiu o MMIRDH e atribuiu as suas funções ao Ministério da Justiça, que passou a chamar-se oficialmente Ministério da Justiça e Cidadania, em maio de 2016. Ela foi recriada como ministério pelo mesmo presidente em 2017, dessa vez, porém, com o nome não exaltando as Secretarias da Mulher e da Igualdade Racial.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA PRODUZIDA POR CUTI

Um dos mais destacados intelectuais negros contemporâneos – poeta, dramaturgo, crítico literário, ensaísta, contista e romancista – Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, (Ourinhos/SP, 31/10/1951), formou-se em Letras-Francês pela Universidade de São Paulo (USP), é Mestre em Teoria da Literatura e Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Cuti defendeu dissertação sobre a obra de Cruz e Sousa, e tese sobre Cruz e Sousa e Lima Barreto, em 2005. Como militante da causa negra, foi um dos fundadores e mantenedores da série *Cadernos Negros*, a qual dirigiu de 1978 a 1993, e ajudou a fundar o Quilombhoje Literatura.

As produções literárias de Cuti são marcadas, em grande medida, pela afirmação de uma consciência étnica afrodescendente, a qual trabalha prioritariamente os problemas que envolvem os negros. Dessa maneira, o que interessa neste estudo, porque mais recorrente, é a faceta empenhada e circunscrita em um engajamento literário. Cuti escreve num momento de profunda discussão sobre a produção cultural, bem como sobre as representações literárias e históricas de brasileiros afrodescendentes, sobretudo nos movimentos e nas organizações negras.

Cuti representa um dos mais significativos intelectuais brasileiros contemporâneos no que se refere à produção e discussão da literatura negra, que se empenha no estudo da produção recente, mas não perde de vista a produção de textos passados, conforme Francys Carla Arraiz Lindoso Cavalcante (2017, p. 89-90).

“Militante da causa negra, é um dos fundadores da série *Cadernos Negros* (1978-) e também um dos fundadores e membros da ONG Quilombhoje Literatura. Além disso, o escritor dedica-se igualmente ao resgate da memória do movimento negro.”

Em outras palavras, autores como Cuti tendem a operar em seus textos uma reversão dos discursos, das representações e dos pontos de vista instituídos. Além disso, explicitam os seus mecanismos de funcionamento, apontam os seus interesses e objetivos, expõem as hierarquias e valores como forma de contestá-los e disputar-lhes o poder de persuasão. Um vasto conjunto de iniciativas de produções culturais e de ações políticas explícitas de combate ao racismo observam-se ao

longo do século XX. Elas manifestam-se por via de uma multiplicidade de organizações em diferentes instâncias de atuação, com diferentes linguagens e estratégias. Assim, temas como identidade, tradição cultural, racismo, discriminação racial, diáspora africana, movimentos negros, desigualdades sociais, desemprego e marginalidade são abordados – mas não exclusivamente – numa escritura em que o negro é tema e, sobretudo, autor.

“Nos contos e poemas que o escritor vem publicando nos *Cadernos Negros*, desde o primeiro número, em 1978, a questão da exclusão dos afrodescendentes é encarada de frente. Seus textos, quase sempre permeados por fina ironia, procuram focalizar a gama de estereótipos que circulam numa sociedade que, tendo um percentual significativo de negros, parece ignorar os problemas específicos dessa população. O olhar perspicaz do escritor está sempre presente em seus textos, em busca da expressão elaborada que, no âmbito da literatura, não descarta o compromisso com os referenciais e valores que precisam ser fortalecidos.” (DUARTE; FONSECA, 2011, p. 11)

O autor, em prosa, em verso ou no teatro, adere às tradições, aos costumes, ao cotidiano do grupo a que se pretende porta-voz, procurando desarticular os modelos pré-concebidos pela sociedade brasileira, que segue a tradição europeia excludente, branca e cristã. Desse modo, tratando do universo dos homens e das mulheres negros, Cuti pode olhar de *fora para dentro* e de *dentro para fora*. Em outros termos, não se trata de apartar-se do grupo que representa, mas de transitar dentro dele, assumindo o papel do homem letrado – Cuti é graduado, mestre e doutor em Letras –, que é capaz de analisar criticamente a sociedade que o circunda, mas que, ao mesmo tempo, enfrenta todos os preconceitos que são destinados aos seus pares.

Em razão disso, parece possível afirmar que o interlocutor/leitor de Cuti é especialmente visado como aquele sujeito vinculado ao movimento negro, envolvido com a defesa da causa afro, de modo que o seu horizonte de expectativas esteja em conformidade com o horizonte de expectativas do autor/eu lírico, como se ambos tivessem uma missão a cumprir: conservar e propagar os ideais de seus antepassados.

O desejo de ser produzido e divulgado um discurso emancipatório afro-brasileiro nota-se pela interdependência do projeto político-estético do escritor, a partir da missão empreendida pela consciência étnica negra dos escritores, o que, no caso de Cuti, pressupõe primordialmente um leitor/interlocutor negro. Ele constitui uma memória cultural afro-brasileira e/ou o estabelecimento de vínculos com tradições de origem africana e com outras tradições da chamada diáspora negra. Cuti compõe contranarrativas da história do negro no Brasil, que discutem a inserção do negro nessa sociedade.

No tocante aos contos do escritor de Ourinhos percebe-se uma urgência em compor uma textualidade outra *por dentro e por fora* da instituída. Essa textualidade tem como princípio a trajetória do descendente de escravos no Brasil. Ela apresenta também a fabricação de significados outros e positivos para o signo negro e terminologias afins, além do estabelecimento de vínculos com as tradições africanas e a diáspora negra. As lutas sociais são reproduzidas também no campo da literatura, sendo que Cuti erige – *por dentro e por fora* da literatura consagrada – a sua textualidade contra as forças que oprimem os afro-brasileiros. Aliás, não só o Brasil vivenciou tal fenômeno, que também se fez presente em outras partes da América, como no Caribe e nos EUA. Cuti produz, assim, a construção da identidade de um grupo na produção literária afro-brasileira contemporânea.

No trabalho do autor procura-se veicular uma literatura *sobre negros, feita por negros e para negros* (e brancos), de acordo com Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca (2011). Em outras palavras, uma literatura que evidencie uma narrativa com os valores e os pontos de vista próprios daqueles que “detêm na pele” *a condição negra*. Na maioria dos contos de Cuti, a consciência étnica afrodescendente se tece por meio de uma discursividade que transita essencialmente entre o identitário, o político e o estético. Considera-se o aspecto identitário porque há traços aproximativos da matriz cultural africana diaspORIZADA no Brasil e compartilhados pelos afro-brasileiros. Do ponto de vista político, pressupõe tensão entre um *eu* e um *outro* do complexo social e estético, pois leva em conta as particularidades requeridas por seus procedimentos formais e a literariedade dos textos como produto de seres culturais em determinado momento histórico.

Os contos de Cuti funcionam como um lugar para a memória, já que criam outra história de representação do afro-brasileiro, diferente daquela inscrita no lugar-comum, no *establishment*. Ao contrário, o vocábulo negro ganha conotações positivas, fazendo frente às práticas diárias de associá-lo aos estereótipos. O negro, nos contos do autor

paulista, evidencia o desejo literário de contribuir para que afro-brasileiros despertem a atenção para a necessidade de luta contra o racismo e a discriminação. Essas estratégias revertem os mecanismos de segregação utilizados pela sociedade brasileira nas suas práticas e seus discursos ao longo da história. Tratam da reconstrução de uma origem cultural de bases africanas, a valorização de costumes dessas tradições herdadas da África, a ressignificação de palavras e a desconstrução de estereótipos do negro.

Entende-se que a obra de Cuti propõe atuar como forma de resistência contra essa realidade ainda existente em nosso país, mesmo depois de mais de 100 anos da abolição da escravatura. Trata-se, pois, de uma maneira de pregar um pensamento afirmativo que desperte e preserve a consciência negra, a relevância de seus valores, crenças, tradições, que têm sido importantes para a constituição da cultura e da história do Brasil. Dessa forma, há um movimento de reversão do silenciamento/apagamento da existência negra em nossa sociedade, uma vez que o afrodescendente foi, tradicionalmente, excluído, posto à margem dos grandes acontecimentos e privado, entre outras coisas, do acesso a uma escola, às condições dignas e igualitárias de trabalho, de saúde, por exemplo. Ao referir-se especificamente ao conjunto de textos reunidos em *Contos crespos*, tema principal do seu trabalho, Donete Simoni Rosso (2015, p. 127) escreve:

De forma ora sutil, ora direta, Cuti traz à tona situações corriqueiras em que os conflitos gerados pelo preconceito étnico-racial afetam a vida dos envolvidos. Mas não é só isso: também se empenha no resgate de temas históricos, valoriza e eleva a sua autoestima, desperta seu amor-próprio, ou ainda mostra as contradições da nossa sociedade, que é ‘democrática e igualitária’ no discurso, mas que exclui e discrimina as pessoas diariamente nas relações sociais.

Cabe acrescentar que em outro livro de contos, *Quizila*, conforme Eduardo de Assis Duarte (2015, p. 2), as narrativas reunidas trazem nessa obra, como inovação, o ato de colocar o negro como o enunciador e que Cuti segue “[...] a tendência moderna que articula linguagem e metalinguagem, Cuti é, simultaneamente, escritor e crítico, produtor que figura antes de tudo como *leitor*, sujeito atento ao repertório que o cerca desde as primeiras letras”. É importante salientar que os estudos de Cuti, em nível de mestrado e doutorado, incluíram a produção artística de

Cruz e Sousa e Lima Barreto, criando um espaço discursivo em que o autor busca a reinvenção daquilo que a sociedade hegemônica inventou como identidade negra no Brasil e que conduziu à humilhação do negro e levou-o à imitação dos modelos caucasianos em detrimento da sua própria identidade.

Quizila é o primeiro livro de contos lançado por Cuti, em 1987, e, nele, destaca-se a temática trazida por protagonistas e demais personagens afro-brasileiros que costumam povoar as novas produções literárias em que se toma o meio afrodescendente como foco. O próprio título da obra em estudo remete às matrizes africanas: *quizila* é uma palavra de origem iorubá que tem significados distintos. O primeiro, de acordo com o *Dicionário do Aurélio*³⁰, reúne noções como: 1 - contrariedade; 2 - zanga; 3 - antipatia; 4 - embirração; 5 - repugnância; 6 - inimizade. O segundo significa: proibição ritual, tabu alimentar de outra natureza. Proveniente do termo multilinguístico *kijila* (do quimbundo) ou *kizila* (do quinguana), tem o seu significado geral relacionado à “proibição”, “castidade”, “jejum”, “tabu alimentar”³¹.

Os personagens de Cuti exploram a dualidade que se estabelece entre o homem que sempre viveu as dificuldades impostas ao afrodescendente, que tem sonhos, ideais que o levam para uma nova condição de vida, mas que tem o seu caminho obliterado pela falta de estudo, pela profissão que não lhe permite ascensão social, o que destaca a opressão social imposta pela sociedade. Algumas pessoas, especialmente aquelas de pele negra, têm os seus destinos tolhidos pela cor da epiderme, pela origem social/racial e dificilmente ascendem de classe social.

Cuti, neste sentido, oferta-lhes a oportunidade de engajarem-se à militância, aos grupos que lutam pela melhoria dos afro-brasileiros. Ao superar os conflitos íntimos, os personagens percebem que podem atuar em prol da causa dos seus pares, contudo, os contos de Cuti mostram muito mais que isso: há passagens em que a submissão do afrodescendente fica muito clara, assim como a sua incapacidade de vislumbrar a dominação branca. Por outro lado, é nítida também a necessidade de alguns afro-brasileiros em serem aceitos como iguais entre os brancos, negando, para isso, a sua própria origem, os seus traços físicos, os seus costumes e as suas tradições familiares.

³⁰ QUIZILA. In: *Dicionário do Aurélio online*. Curitiba: Positivo, 2008-2017. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/quizila>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

³¹ Cf. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*, p. 555.

Têm-se, dessa forma, os contos de Cuti como uma maneira de expressão discursiva do universo afrodescendente no Brasil contemporâneo, o qual tem se mostrado tão afeito à intolerância. O autor de Ourinhos apresenta os seus personagens com voz e vez para questionar o *status quo*, sem que percam a sua essência, a humanidade que lhes é característica e, em virtude disso, guardem os seus dramas internos.

Os contos desse escritor têm proposto uma recuperação da autoestima para a população afro-brasileira, o que não pode haver sem a presença maciça de um “gostar-se negro”. No desenvolvimento desse processo, pensa-se nos valores que os signos linguísticos veiculam, pois a representação forma-se, articula-se e transforma-se no tempo e no espaço. Esses signos são forjados pelos valores cristalizados do racismo.

Nesses contos nota-se uma preocupação de Cuti em instaurar uma discursividade que, na maioria das vezes, tem sido negada na sociedade brasileira: a presença do racismo como um elemento que tem composto a sua formação. Dessa forma, o escritor questiona um discurso que tem ecoado desde o surgimento do conceito de “democracia racial”³², o qual nega a existência de problemas raciais no Brasil. Também se evidencia um escritor preocupado em trazer para o espaço literário um discurso de militância no qual o negro é protagonista de seus atos, com o intuito de desconstruir o caráter de *vitimização*.

Nas demais produções narrativas do autor evidenciam-se a opressão, o julgamento que emana do habitante de origem caucasiana da cidade, as dificuldades de organização dos movimentos negros, os preconceitos que surgem entre os próprios afrodescendentes que questionam os seus pares por aderirem ao modelo hegemônico. No que diz respeito à poesia de Cuti, apenas para que se tenha uma noção da sua coerência temática, Luiz Henrique da Silva de Oliveira (2007, p. 110) anota:

³² Segundo esse mito, as relações de “raça” são harmoniosas e a miscigenação é a contribuição brasileira à civilização do planeta. Seguindo essa linha de pensamento, como não há preconceito de “raça” no Brasil, o atraso social do negro dever-se-ia exclusivamente à escravidão (e não ao racismo). Nessa teoria afirma-se que os brasileiros não veem uns aos outros através da lente da “raça” e não abrigam o preconceito racial na relação entre si. Nesse mito, o Brasil é um país promissor devido às suas riquezas naturais, extensão continental e ao seu povo mestiço, trabalhador, alegre e, acima de tudo, hostil à praga do “preconceito de cor”, outro nome dado ao racismo. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

“[...] percebe-se uma urgência em compor uma textualidade *outra* por fora da instituída, que tenha como princípios a trajetória do descendente de escravo no Brasil, bem como a fabricação de significados outros e positivos para o signo ‘negro’ e afins, além do estabelecimento de vínculos com a tradição africana e tradições diaspóricas negras. Isto sem contar a rediscussão do estatuto identitário do país e a inserção do afro-brasileiro no contexto nacional enquanto *sujeito* [...]”

Assim compreendida, a poesia de Cuti convida a problematizar a presença do negro em nossa cultura, a sua relevância para a formação daquilo que somos como nação, bem como colocá-lo como elemento que pode alavancar novas discussões com vistas a traçar outros rumos para essa identidade. Entende-se, neste sentido, que o negro, o cidadão comum, o trabalhador, deve conceber-se como negro, sentir-se honrado como tal e lutar em nome dessa africanidade. Dessa forma, os seus filhos seriam propagadores dos ideais, da tradição, dos costumes da sua gente, para que se evite o apagamento que a cultura dominante tem buscado ao longo dos anos.

Em um estudo que enfoca seis poetas negros, Rosângela Sarteschi (2015) inclui a poesia de Cuti. Conforme a autora, Cuti dedica um olhar metapoético, isto é, reflete a violência da dominação escravagista em seu fazer poético.

[...] a repulsa e o ressentimento são o combustível de sua escrita demandante do espaço negado. As escolhas lexicais demonstram, portanto, que não há concessão possível e estão em perfeita consonância com os significados perseguidos, desaguando em construções imagéticas que marcam com vigor a violência da dominação. A contraposição entre branco e negro segue no âmbito da escrita literária, no qual se reproduz a subjugação herdada do aparato colonial: a violência da escravidão é reduplicada na gramática que aprisiona a voz negra. (SARTESCHI, 2015, p. 391)

Assim posto, a sua poesia é uma poesia de resistência e, ao mesmo tempo, traz as experiências do homem negro que, no cotidiano, experimenta o preconceito, o desrespeito que emana das ações dos habitantes brancos do País. Neste sentido, pode-se dizer que a língua – no caso a palavra escrita – funcionaria como uma arma de denúncia, de uma voz que não se cala ante a violência concreta e simbólica que submete o afrodescendente na História e no dia a dia do Brasil.

Na busca pela fixação de uma memória negra no Brasil, pela marcação de caracteres identitários desse grupo social, Cuti também se dedica ao teatro. Neste sentido, Emerson de Paula Silva (2015, p. 75) aponta: “O autor [...] retrata os dramas e situações a que todos estamos envolvidos, buscando na releitura da ancestralidade estabelecer relações com a contemporaneidade”. O pesquisador pondera que, ainda emergente, há uma rica produção teatral negra no País em que se busca o diálogo com a ancestralidade e a contemporaneidade, em que se procura problematizar e entender a atual situação do negro na sociedade brasileira.

Emerson de Paula Silva (2015) analisa a peça *Transegun*, que põe em discussão a identidade negra frente à cultura hegemônica, eurocêntrica. Assim sendo, a temática posta em cena diz respeito às relações raciais no Brasil a partir da experiência individual e subjetiva do afrodescendente – no caso Zélia –, além do processo histórico de dominação que sempre pautou a intersecção entre negros e brancos em nosso país.

A narrativa associada à crítica social possui elementos essenciais na produção artística do escritor. Além do mais, a sua atuação em esferas variadas do campo cultural faz dele não apenas um autor, mas um *mediador cultural* propriamente dito. Ele pratica, na ficção, os preceitos que defende enquanto crítico de literatura. Traço fundamental do escritor paulista é chamar a atenção à problemática em que vivem os seus “irmãos” de cor. Além disso, atualmente, Cuti ganha crescente notabilidade nos meios acadêmico e literário, e sua produção é tida cada vez mais como marca principal e metonímica de uma *consciência étnica afrodescendente*.

Por sua vez, a produção narrativa de Cuti também tem despertado atenção, ainda que seja preciso reconhecer que, de um modo geral, a produção literária negra tenha sido colocada em segundo plano – tanto em relação a personagens negros como protagonistas das narrativas ficcionais quanto aos próprios autores negros enquanto produtores. Eduardo de Assis Duarte (2013, p.148), ao estudar personagens e autores negros, observa que há “outro” negro no texto quando a visão é

dada por um afrodescendente: “É outro o lugar do negro na literatura de autoria negra”. Nesse espaço narrativo, segundo o estudioso, Cuti sobressai-se com habilidade para contar histórias cheias de sarcasmo e ironia em que se entrecruzam outras em que domina o tom poético. Eduardo de Assis Duarte (2013, p. 151) ainda registra que, nas obras de Cuti, “[...] o negro surge em sua inteireza de sujeito: ora forte, ora frágil, às vezes vitorioso, outras tantas, derrotado. Mas é quase sempre alguém que não se entrega”. Cumpre acrescentar que é uma pessoa historicamente dominada em busca de sua identidade e que enfrenta, no cotidiano, uma violência simbólica, efeito da brutalidade da senzala, do cativo que se reduplica, ainda hoje, na sociedade.

Cuti é autor de várias obras como: livros de poemas (*Poemas da carapinha*, *Batuque de tocaia*, *Sanga*, *Flash crioulo sobre o sangue e o sonho* e *Negroesia*); livros de contos (*Quizila*, *Negros em Contos e Contos Crespos*) e peças de teatro (*Dois nós na noite e outras peças de teatro negro-brasileiro* e *Suspensão*). Em âmbito acadêmico, Cuti produziu: *Um desafio submerso: Evocações*, de Cruz e Sousa, e seus aspectos de construção poética (dissertação de mestrado) e *A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e de Lima Barreto* (tese de doutorado). Outras obras destacadas são *A pelada peluda no Largo da Bola* (novela juvenil) e *Moreninho, Neguinho, Pretinho* (ensaio educativo). Além de obras em co-autoria, o escritor publicou poemas, contos, peças de teatro e ensaios em antologias brasileiras e estrangeiras.

No presente estudo, analisam-se os contos “O Batizado”, “O Negrinho” e “Vitória da Noite”, todos pertencentes ao livro *Negros em Contos*.

4. NEGROS EM CONTOS

Negros em Contos, de 1996, possui vinte sete contos que seguem a mesma temática de *Quizila*. A obra foi lançada durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), quando o debate da temática dos afro-brasileiros já havia então ganhado maior alcance e visibilidade.

A obra *Poesia negra brasileira: antologia* (1992), de Zilá Bernd, e os números especiais de *Cadernos Negros* foram publicados no fim dos anos 2000. O conto, forma curta e mais viável de ser publicada em revistas e jornais, é também a preferida pelos escritores do movimento negro. Outra vantagem que vem explicar essa preferência é a facilidade de difusão dos livros de contos, sem a participação de grandes editoras e distribuidoras.

O realismo é o tom dominante dos textos reunidos em *Negros em Contos*, os quais promovem a denúncia da condição de vida dos negros: o racismo, a discriminação, a miséria, a ignorância, a violência, a delinquência, a injustiça, o abuso de drogas lícitas e ilícitas e a prostituição. Nesses contos, a voz dos afro-brasileiros torna-se audível. Assim sendo, exteriorizam-se os sentimentos de revolta e indignação causados pela prática do racismo e da discriminação racial, colocando-se em cena o cotidiano dos personagens e suas relações sociais.

A temática afro insere-se nos vinte e sete contos do livro, em que se percebe facilmente o caráter panfletário e de manifestação da condição do afro-brasileiro. Os protagonistas e os personagens secundários afirmam as suas identidades através dos traços corpóreos, das crenças e da religiosidade de matrizes africanas. Além disso, o cotidiano dos personagens demonstra também os conflitos internos, as tensões e as contradições deles na cidade de São Paulo.

Por questões de ordem prática, não serão aqui analisados todos os contos, mas apenas aqueles que apresentam maior densidade de elementos que vêm ao encontro do objetivo principal desta análise, qual seja: investigar temas, comportamentos e situações que permitam avaliar a situação do negro na sociedade atual. Assim, são feitas considerações a respeito dos seguintes textos: “O Batizado”, “O Negrinho” e “Vitória da Noite”. Esses contos são investigados com o propósito de contemplar as relações interpessoais e/ou inter-raciais que demonstram o dia-a-dia de personagens negros, incluindo os problemas enfrentados por eles, tais como: desemprego, analfabetismo, desigualdade social, violência, racismo, dificuldades financeiras e exclusão social.

4.1 “O BATIZADO”

“O Batizado³³”, que se passa em um apartamento aparentemente de classe média baixa, desenvolve-se num intervalo de tempo mediado por reflexões de alguns personagens. Observa-se uma tensão oriunda de questões que envolvem preconceitos e a falta de afeto nos relacionamentos familiares, sendo que o conto narra a desarmonia de uma família durante uma festa de batizado. O responsável pela desordem é Paulino, filho de Dona Isaltina e Belmiro. O irmão Tico e a cunhada Zuleica festejam o batismo de Luizinho (primeiro neto da família). Nesse acontecimento, que reúne os padrinhos (brancos) e outros convidados, o protagonista – que inclusive é responsável por coordenar movimentos em prol dos negros e estudantes do ensino médio, quando está prestes a realizar as provas do vestibular – expõe a sua revolta em razão da própria família não aderir às causas de sua cor.

“O meu sobrinho é, pelo significado do nome, defensor do povo francês. E o seu povo? Aí está a violência da mesma forma que estava nessa garrafa. Vejam, estes cacos na minha mão oferecem menos perigo do que o conteúdo. O álcool é o pior inimigo da nossa raça.

Filho, escuta a sua mãe...

E reparem na contradição: minha família, depois de negar suas raízes, com esse batizado, ainda tenta me impedir de falar. A alienação é dupla.” (CUTI, 2008, p. 43)

Paulino começa a tomar contato com os ideais da militância negra e tenta, de alguma forma, chamar a atenção de sua família em prol dessa causa. Nesse sentido, durante a festa de batizado de seu sobrinho (que tem padrinhos brancos), ele procura fazer com que seus parentes negros percebam a perda da identificação cultural deles com a população negra. O desejo de Paulino é de que os membros familiares tenham uma

³³ Esse conto foi lançado primeiramente nos *Cadernos Negros 14*, de 1991. “O Batizado” foi adaptado por Léa Garcia no longa-metragem *Aconteceu no Rio de Janeiro*. Esse longa-metragem compõe-se da adaptação cinematográfica de quatro contos de ficção de autores brasileiros. Eles são: “O Batizado”, de Cuti; “O cobrador e o deus vaca” e “Aconteceu no Rio de Janeiro”, de Cidinha da Silva e “Vovó veio para jantar”, de Muniz Sodré. Disponível em: <<http://ipeafro.org.br/personalidades/lea-garcia/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

escolaridade melhor e acesso a empregos qualificados com uma remuneração maior. O jovem busca sensibilizar a família sob todas as formas, mas, diante das reflexões da mãe, do pai e dos irmãos, parece possível afirmar que ele costuma ser violento, não aceitar opiniões contrárias e manifestar-se costumeiramente em ocasiões impróprias para tal – tanto é que a família contava com a sua ausência no dia do batizado. Joana reflete: **“Paulino estragando a festa dando o seu espetáculo de sempre não foi viajar como prometeu lá com o grupinho dele e agora aí [...]”**. (CUTI, 1996, p. 40).

Escolher um nome que não é africano, colocar como padrinhos do menino negro um casal de brancos, distanciar-se da cultura e dos traços religiosos africanos é, no contexto familiar apresentado, o que Paulino considera como sendo uma profunda alienação e contradição: *“Recuamos, ao invés de reivindicar o direito à identidade cultural”*. (CUTI, 1996, p.43). Essa passa a ser a temática do texto: de um lado, negros que se esforçam para preservar as suas raízes; de outro, aqueles que não são militantes. Logo, a tentativa de ser aceito socialmente, de ter uma boa reputação frente aos demais é algo que entra em conflito com a perpetuação dos costumes e tradições negras ou africanas.

Um aspecto que merece atenção relaciona-se à própria escritura do texto. Os personagens discutem através de frases que não obedecem às regras sintáticas, nem às normas de pontuação. Além disso, há trechos em itálico e em negrito, como pode ser observado nas transcrições anteriores. Como se não bastasse isso, é relativamente custoso, em certas passagens, distinguir até onde vai a fala de um personagem e onde começa a de outro. Naturalmente, essas características não devem ser vistas como falhas de composição; ao contrário, elas consistem em recursos literários que sinalizam, na própria manifestação escrita, elementos de desordem, compatível com a proposta temática do texto. Quando não se reconhece a fala de um e de outro, há chances de perderem-se os pontos de referência que individualizam e ressaltam essas pessoas dotadas, muitas vezes, de criticidade.

Por outro lado, essa mistura de vozes (que acentua ainda mais o discurso polifônico, em termos bakhtinianos³⁴) é um recurso do qual se

³⁴ Mikhail Bakhtin (1895-1975) desenvolve o conceito de polifonia em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1963). Esse conceito caracteriza o romance plurivocal. A partir do estudo da obra de Fiodor Dostoiévski (1821-1881), Mikhail Bakhtin observou que o seu discurso romanesco não é apenas plurivocal - há algo mais além dessa plurivocidade: as vozes dos personagens

vale propositalmente o narrador. Conforme nos diz a teoria, a polifonia tem como principal propriedade a diversidade de vozes controversas no interior de um texto, sendo justamente essa a estratégia utilizada para revelar os conflitos vividos durante o batizado de Luizinho. Logo, no âmbito da família, seus membros apresentam distintas posturas ideológicas, que acarretam discussões verbais e mesmo agressões físicas.

Privilegia-se a oralidade dos personagens em detrimento da escrita, o que acaba chamando atenção para a importante contribuição dos povos africanos na configuração do português brasileiro moderno. Vale lembrar que alguns desses povos que influenciaram a língua e a cultura brasileiras eram originários de sociedades ágrafas, contexto em que a tradição oral era condição básica para a manutenção das línguas que falavam. Sendo assim, pode-se aquilatar o quanto, no contexto colonial, a imposição da língua portuguesa aos negros funcionou como um instrumento de apagamento da memória africana (assim como aconteceu com os povos indígenas em relação a suas línguas particulares).

Acredita-se que essa estratégia narrativa demarca pontos de vistas diversos dos afro-brasileiros sobre os assuntos relativos à negritude. Aqui, no conto analisado, os membros da mesma família possuem opiniões variadas sobre a religiosidade de matriz africana, a militância negra, o batizado dentro dos parâmetros cristãos, o alisamento dos cabelos das mulheres negras e a alienação dos afro-brasileiros. Tais aspectos demarcam, de um modo ou de outro, seus respectivos posicionamentos, sendo possível inferir a partir daí o ponto de vista de cada personagem envolvido. Para Florestan Fernandes (1978, p. 77, v. 2), nos depoimentos coletados com membros do movimento negro, constata-se que os negros: “Não agem cooperativamente nem se estimulam uns aos outros. Não há uma opinião. Cada um tem a sua e a defende como se fosse melhor”. A discordância de ideias entre os membros familiares gera uma fragmentação da negritude, derivando no enfraquecimento do debate da temática racial.

A falta de coesão entre a comunidade negra parece ser recorrente nos textos de Cuti e servem para indicar que os afro-brasileiros

apresentam uma independência na estrutura da obra. Constatou-se mais: as múltiplas consciências que aparecem no romance mantêm-se equivalentes, ou seja, em pé de absoluta igualdade, sem se subordinarem à consciência do autor. Também os mundos que povoam os seus romances se combinam numa unidade de acontecimento.

apresentam dificuldades de organização porque lhes falta, justamente, a capacidade de organização em prol de uma causa comum, predominando as preocupações e/ou os interesses individuais. Isso fica explícito no conto em estudo: Joana está preocupada com a postura de Paulino e, principalmente, com os comentários que surgirão entre os vizinhos a respeito da casa dos negros; Dona Isaltina³⁵ não admite que haja algum tipo de problema e/ou revolta por parte do filho, preferindo atribuir seu comportamento a uma “negrinha metida” que ele conheceu; o pai, Belmiro, carrega as suas mágoas passadas e empenha-se na imposição da ordem em seu lar, mesmo que isso inclua o uso da força física, a violência doméstica.

Nesse conto, os temas que merecem destaque são: o batizado, a alienação do negro, os conflitos intrafamiliares, as garrafas de bebidas e a influência francesa. Em relação ao primeiro tema, cabe lembrar que o batismo representa o primeiro dos sete sacramentos³⁶ e é considerado como um dos principais ritos de passagem na Igreja Católica. Ao receber tal sacramento, a criança inicia a sua fé e sua vida cristã, torna-se um filho de Deus, um discípulo de Jesus Cristo, um membro da igreja cristã e abre seu caminho para a salvação.

O batismo perdoa o pecado original e os pessoais, bem como as penas devidas ao pecado. Possibilita aos batizados a participação na vida trinitária de Deus mediante a graça santificante e a incorporação em Jesus Cristo e na igreja, sendo que se conferem também as virtudes teologais e os dons do Espírito Santo. Uma vez batizado, o cristão é, para sempre, um filho de Deus e um membro inalienável da Igreja Católica e também pertence, para sempre, a Jesus Cristo. Não se recebe nenhum outro sacramento sem o batismo, pois, tal tradição, que se tornou muito comum no Brasil, representa também um momento de celebração, ideal para unir familiares e amigos³⁷.

Os padrinhos são figuras muito importantes no batismo, porque eles assumem a tarefa de garantir que o iniciado seguirá os estudos da doutrina cristã. Desse modo, paira sobre eles a responsabilidade de que a

³⁵ Esse é o primeiro momento que a culpa por um desacordo em uma situação do cotidiano é atribuída a uma mulher. No conto “Vitória da Noite”, a personagem Maria Inês também possui tratamento semelhante.

³⁶ Os demais sacramentos são: confirmação (ou crisma), eucaristia, reconciliação (ou penitência), unção dos enfermos, ordem e matrimônio.

³⁷ Disponível

em:

<http://dicionario.sensagent.com/Sacramentos_cat%C3%B3licos/pt-pt/#Batismo>. Acesso em: 11 jan. 2018.

ligação das crianças com aquela igreja não acabe por ali. A exigência costuma ser a de que os pais sejam casados na igreja e no civil. Normalmente, o fato dos pais não serem batizados não impede o batismo dos filhos, sendo que dos padrinhos casados exige-se que tal união tenha sido feita também na Igreja Católica, e não somente no civil³⁸.

Feitas essas considerações sobre o batismo, pode-se analisar o batismo de Luiz, personagem da narrativa em questão. No conto, assinala-se a coexistência de duas matrizes religiosas no Brasil: a de origem judaico-cristã e a pertencente à cultura afro-brasileira. As diferenças entre essas duas matrizes servem para representar a influência do colonizador europeu através do catolicismo, bem como a dos afro-brasileiros pelas tradições africanas. Logo, têm-se os afro-brasileiros que concordam com a ideologia dominante por meio da religião católica – a exemplo dos familiares de Paulino – e, por outro lado, o protagonista, que resiste por meio da religiosidade de matriz africana. Sobre a influência do catolicismo e de outras vertentes em relação às religiões de origem africana no Brasil, bem como sobre as transformações da prática religiosa de matriz africana nos últimos tempos, Mundicarmo Maria Rocha Ferretti (2007, p. 2) faz as seguintes considerações:

“Algumas características das religiões afro-brasileiras têm origem na traumática experiência da escravidão vivida por seus fundadores ou organizadores, na absorção forçada ou voluntária do catolicismo por eles e na experiência do ‘povo-de-santo’ com outras religiões cristãs ou não cristãs. Assim, a devoção aos santos católicos, as sessões de Mesa Branca ou de Jurema (Catimbó) encontradas em suas casas de culto nasceram do contato de seus fundadores, organizadores, sacerdotes (pais-de-santo ou pais-de-terreiro) e fieis com o catolicismo, o kardecismo, com práticas religiosas ameríndias e com outras religiões. Outras características por elas apresentadas têm a ver com mudanças ocorridas recentemente na sociedade brasileira, com o acesso do ‘povo-de-santo’ aos níveis mais altos de

³⁸ Disponível em: < <https://formacao.cancaonova.com/igreja/doutrina/o-sacramento-do-batismo/>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

escolaridade e a recursos modernos de comunicação (produção de livros e de documentários, jogos de búzios por computador, programas interativos na televisão etc.)”.

Tais religiões trazem as marcas de resistência e das estratégias de sobrevivência adotadas pelos escravos no Brasil Colônia e que se reduplicam na contemporaneidade, uma vez que os afrodescendentes têm enfrentado o preconceito na sociedade predominantemente branca e cristã. Entendemos, assim, que a religião também reflete a organização social, a sua estrutura e somente modifica-se quando há alterações entre os seus habitantes. Paulino, neste caso, busca uma mudança de postura entre os seus familiares para que eles participem de um processo de valorização do passado religioso afro, dos costumes e tradições do povo vindo de África, e não sigam meramente como repetição aquilo que o colonizador trouxe da Europa. Essa é a maior crítica de Paulino aos membros de sua família: o fato de eles terem abandonado o vínculo com as religiões de matriz africana.

O Catolicismo foi uma das válvulas propulsoras do racismo no território brasileiro, por meio da catequização dos índios primeiro, para, em um segundo momento, agirem sobre o negro. Esse fator histórico perpetua a ideologia dominante do colonizador europeu através das relações inter-raciais no solo brasileiro. Desde há bastante tempo, as religiões de matriz africana contam com um número reduzido de praticantes, apesar de uma quantidade substancial de negros participar da composição populacional do Brasil. Os dados estatísticos, de acordo com Reginaldo Prandi (2002, p. 224-225) demonstram que: “Segundo o recenseamento de 2000, apenas 0,3% da população brasileira adulta declaram-se pertencentes a uma das religiões afro-brasileiras, o que corresponde a pouco mais de 470 mil seguidores [...]”.

A perseguição religiosa sofrida pelos praticantes de religiões de matriz africana é algo comum no Brasil, com relatos de rituais religiosos interrompidos por intervenção policial, imagens e símbolos religiosos apreendidos, além de Mães de Santo presas ao longo da história. Além do racismo expresso nos ataques a essas religiões, existe também um cunho machista, visto que a umbanda e o candomblé, em muitos aspectos, ressaltam entidades mulheres, Orixás guerreiras, ligadas à força e à luta. Mesmo após a umbanda e o candomblé serem considerados religiões no País e a liberdade de suas práticas estarem garantidas em lei, os umbandistas e os candomblecistas não raramente estão sujeitos a piadas preconceituosas sobre a sua religião e têm os seus

Orixás, entidades e rituais comparados a símbolos demoníacos pelos seguidores das religiões cristãs.

“Atualmente no Brasil, embora as relações entre as religiões afro-brasileiras e o Estado sejam consideradas boas, as religiões de matriz africana continuam a ser vistas com desconfiança por grande parte da população e consideradas inferiores ao catolicismo, ao protestantismo, ao judaísmo, ao budismo e outras. Apesar da apregoada liberdade de expressão religiosa, no Brasil, as religiões de matriz africana estão longe de serem valorizadas e respeitadas como o catolicismo, que já foi a religião oficial, e o protestantismo que foi implantado aqui há muito tempo. Um atestado dessa realidade é a ausência de pais e mãe-de-santo como sacerdotes em eventos e cultos ecumênicos promovidos pela Igreja Católica ou por ela orientados. E alguns programas veiculados por emissoras evangélicas de TV são exemplos de preconceito e de agressão às religiões afro-brasileiras, daí os frequentes processos movidos na justiça contra eles em vários Estados, principalmente em São Paulo.

Entre os fatores apontados para esse problema enfrentado pelas religiões de matriz africana estão: a sua introdução ou organização por ex-escravos, e o preconceito em relação ao negro e à cultura africana. Além delas serem classificadas por alguns como ‘bárbaras’, ‘primitivas’ ou ‘atrasadas’, seus sacerdotes têm sido freqüentemente apontados como atores ou insufladores de práticas criminosas, ilegais ou repudiadas socialmente (assassinatos, práticas ilegais de medicina etc.)”. (FERRETTI, 2007, p.3)

A resistência a essa perseguição pode ser destacada pela manutenção de terreiros em atividade, os quais promovem a valorização dos rituais, cultos e divindades, dos orixás, da cultura e das línguas de origem africana. Paulino busca a afirmação de sua negritude por meio da busca e do respeito às raízes e tradições africanas dentro da umbanda. Tal ênfase na ancestralidade e nas tradições culturais africanas, no contexto da umbanda, representa um movimento de resistência no âmbito do sincretismo religioso. Essa família não possui mais vínculo

com as religiões de matriz africana, exceto o personagem Paulino, que demonstra resistência através da militância.

Assim, a África e a ancestralidade africana são buscadas, também, no sentido de afirmação social perante o contexto local e como uma forma de manter laços simbólicos com o continente africano. Nesse contexto, os integrantes do movimento negro, a partir da década de 1980, utilizam as influências da “África e para os negros da diáspora decorrente da escravidão colonial, marcados pelo passado comum de escravidão, opressão e racismo”. (SILVA; TRAPP, 2010, p. 92). A passagem seguinte deixa clara a indignação do personagem em relação ao desprezo às tradições herdadas do continente africano:

“Calma, pai. Eu vou dar um jeito nisso.
... que zombam dos nossos verdadeiros valores, nunca vamos ter dignidade. A nossa religião não vai iniciar nenhuma criança. A gente tá se destruindo!” (CUTI, 1996, p.43)

O Catolicismo tem sido a religião com maior número de fiéis do Brasil, estando ativo no país desde o Brasil Colônia. Tornou-se dominante ao conduzir as práticas sociais daquele tempo, sendo que exerce, até hoje, influência nas esferas política, social e cultural dos brasileiros. Dessa forma, o batizado, realizado dentro dos parâmetros católicos, indica a introjeção dos valores oriundos do colonizador.

O conto termina com Dona Isaltina pedindo ajuda à Nossa Senhora Aparecida (padroeira do Brasil e, portanto, símbolo de grande força junto aos católicos) para apaziguar os ânimos das pessoas. Mais uma vez, um elemento da Igreja Católica está inserido no cotidiano das famílias afro-brasileiras, o que simboliza o predomínio dessa vertente nas relações interpessoais brasileiras. Portanto, a população afro-brasileira parece sofrer uma imposição do catolicismo, com uma forçada adaptação aos costumes e crenças dos povos de origem caucasiana, algo que contraria aquilo que Paulino defende, isto é, a valorização da cultura, da religião e das tradições dos afrodescendentes.

Tanto os pais, quanto os irmãos e a cunhada de Paulino parecem aceitar passivamente a dominação linguística e religiosa (que ele abomina) como uma forma de se inserirem no meio branco, dominante e serem aceitos como iguais, apesar das diferenças que lhes são inerentes. Um processo de alienação em relação à própria identidade dos afro-brasileiros ocorre em busca da convivência com os brancos, fazendo-o,

preferencialmente, em pé de igualdade, o que significa negar as suas origens, em uma situação de aculturação.

O segundo tema analisado é a alienação a que o negro está submetido na sociedade brasileira. Assim temos, de um lado, os negros que lutam para preservar as suas raízes; de outro, aqueles que aceitam a sua condição de aculturados. A família atribui a mudança de comportamento de Paulino ao contato com o movimento negro por influência de sua namorada (cujo nome não é mencionado) e do acúmulo de leituras realizadas para o vestibular. É possível inferir, portanto, que, antes de começar o namoro e ingressar na militância, Paulino não apresentava tal comportamento, já que o contato com o ativismo é que o transformou em um defensor ferrenho da causa negra.

Os questionamentos de Paulino surgem na medida em que tem contato com a leitura, ou seja, os livros têm a função de expansão do horizonte intelectual e aumento do senso crítico. Uma das propostas do movimento negro é, justamente, o letramento dos negros, com o intuito que seus participantes consigam empregos melhores. Vale lembrar que, durante um longo período, os negros não tiveram acesso à leitura e à educação, fator esse que constitui um dos argumentos de Paulino em sua espécie de doutrinação ativista junto aos familiares. Florestan Fernandes (1978, p. 42, v. 2) afirma que: “A educação foi colocada como condição número um na luta do ‘negro’ contra a miséria, o ‘preconceito de cor’ e a desorganização social”. Paulino é o único dos membros de sua família que almeja e tem a possibilidade de ingressar na universidade com vistas a superar a sua condição de integrante da classe média baixa, uma pessoa com escassas possibilidades de ascensão profissional e econômicas, conforme é possível observar a partir das reflexões de seu pai: “Usara uma calça cerzida no traseiro, tamanha era sua penúria na época”. (CUTI, 1996, p. 41).

A fala de Paulino apresenta mais recursos argumentativos porque ele possui contato com a leitura de livros do ativismo negro e com os conteúdos das disciplinas previstas no vestibular. Desse modo, uma espécie de contraste sociolinguístico pode ser percebido através da clareza do discurso de Paulino em contraposição às enunciações reveladoras do baixo nível de escolaridade de seus familiares, com origem na classe média baixa e trabalhadora. Paulino representa o negro estudante, que milita em uma agremiação negra e que tem conhecimento das desigualdades socioeconômicas do afro-brasileiro. A força crítica do discurso de Paulino pode ser evidenciada no fragmento a seguir transcrito:

“Ouviram todos vocês? Eu acabo de dizer, com este exemplo nas mãos, da quebra da nossa identidade negra. Ouçam o nome de meu adorado sobrinho: Luizinho... Já não chega o sobrenome Oliveira? Luiz é nome de qual ancestral? Refere-se a qual matriz cultural? E, minha gente, o nome é de origem francesa. Significa defensor do povo...

Paulino! Tico, tocando o irmão bem de leve, apela. Não recebe atenção.

... que não é nosso povo. O meu sobrinho é, pelo significado do nome, defensor do povo francês. E o seu povo? Aí está a violência da mesma forma que estava nessa garrafa. Vejam, estes cacos na minha mão oferecem menos perigo do que o conteúdo. O álcool é o pior inimigo da nossa raça....

Filho escuta a sua mãe...

E reparem na contradição: minha família, depois de negar suas raízes, com esse batizado, ainda tenta me impedir de falar. A alienação é dupla. Querem me impor censura! Fosse o nome escolhido um nome africano, como por exemplo Kalungano, Sawandi, Kwame, Omowale, ou uma dijjina das nossas verdadeiras religiões, e eu não estaria aqui dizendo estas palavras. Mas, com nome africano cartório põe areia, não é mesmo? E nós o que fazemos? Recusamos, ao invés de reivindicar o direito à identidade cultural. Você aí, que é padrinho, eu percebo que está rindo de mim. Claro, você é branco. Um branco padrinho de preto. Mais um!” (CUTI, 1996, p. 42-43)

O discurso de Paulino está carregado de detalhes que ajudam na elucidação da situação dos negros. O primeiro deles diz respeito a não afirmação da negritude, fator que gera o enfraquecimento na busca de ideais calcados na recuperação da história e da tradição. O segundo detalhe a ser destacado refere-se a não fidelidade dos próprios negros aos seus valores culturais. Daí pode-se visualizar duas realidades: de um lado, a fragilização da luta cultural empreendida pelos negros; de outro, o quanto a cultura branca é influente a ponto de desarticular todo um conjunto de valores de longa tradição.

Paulino cita o cartório como exemplo da censura que pode ser imposta ao registro de determinados nomes considerados difíceis de

serem pronunciados e que, futuramente, podem causar algum tipo de constrangimento às crianças que os carregam. Cartório vem do latim *charta*, que significa papel, mensagem ou texto. Juridicamente, o registro em cartório atribui cidadania a uma pessoa e, ao ter-se um papel assinado com o próprio nome, os pais estão atribuindo uma identidade – que não é a negra, mas é civil, visto que eles querem dar direitos de cidadão aos filhos.³⁹ Nos tempos da escravidão, os negros não eram registrados em cartório (em papéis oficiais), sendo apenas batizados. Por isso, muitos registros de nascimento podem ser encontrados em várias igrejas do país, sem o respectivo registro oficial.

O nome é registrado dentro dos padrões da Igreja Católica, a exemplo de Luizinho e dos demais membros da família de Paulino. O protagonista por ter contato com a umbanda e o candomblé, defende uma maior aproximação dos familiares com essa cultura por meio da valorização dos nomes próprios de origem africana. O cerceamento do cartório contribui para a escolha dos nomes dos recém-nascidos, com o privilégio de antropônimos comuns à língua portuguesa.

Embora a fala de Paulino traga elementos de reflexão coerente, o contexto acaba por comprometer a credibilidade ou a autoridade de seu discurso. Primeiramente, pelo fato de o rapaz manifestar-se alcoolizado; em segundo lugar, por sua família desacreditar na sua proposta. Essas condições desestabilizam a seriedade da sua postura e das ideias que defende.

No conto, a crítica de Paulino volta-se para o batizado de Luizinho, porque isso permite à criança manter-se futuramente dentro da prática religiosa católica, além de carregar um nome próprio aporuguesado. Desse modo, a dupla crítica de Paulino em relação à cerimônia de batismo é a seguinte: o seu sobrinho está submetido a um nome de batismo de origem francesa e, forçosamente, inserido na religiosidade católica. Logo, o cartório, a cerimônia do batizado e a polícia são instrumentos que cerceiam a afirmação da negritude.

O próprio padrinho de Luizinho ri da situação de confusão dos personagens, ou seja, a pessoa branca simboliza o grupo étnico que tem ajudado a manter o negro na situação marginal. Esse personagem branco, um dos poucos presentes no conto, indica o atrito entre grupos

³⁹ O registro civil no Brasil foi criado de maneira formal e generalizada com o Decreto nº 5604, de 25 de abril de 1874, cujo artífice principal foi o então deputado geral do Império do Brasil, João Alfredo Correia de Oliveira. Disponível em: <<http://www.cartorioitajobi.com.br/registro-civil/cronologia-do-registro-civil-no-brasil/>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

étnicos diferentes. O ato de rir de uma pessoa significa, aqui, a zombaria dos valores culturais de um grupo. No conto em destaque, o branco debocha da confusão que o batizado acarretou, sendo possível ainda afirmar que o homem ri das condições em que Paulino encontra-se, isto é, bêbado e desacreditado pela própria família.

O terceiro tema analisado refere-se aos conflitos intrafamiliares. Essa ideia surge no início do conto, pois Paulino (ou Lino, como era chamado), na festa, quebra uma garrafa como forma de simbolizar a falta de solidariedade e de união dos familiares. Os estilhaços da garrafa quebrada indicam a desunião da família de Paulino, bem como a influência de valores culturais dos negros, que, no curso da história do Brasil, têm permanecido de forma fragmentada entre os da cultura branca dominante e os do continente africano.

Esse é o fato que desencadeia a manifestação e a verbalização de uma série de preconceitos. Joana, filha de Isaltina e Belmiro, prevê o vexame e associa as atitudes do irmão aos boatos dos vizinhos: “[...] **o prédio amanhã vai estar em polvorosa vão comentar o papelão da casa dos pretos porque é assim mesmo que chamam a gente são capazes de ligar pra polícia só pro escândalo aumentar [...]**”. (CUTI, 1996, p. 40). Como se observa, parece existir uma ligação entre desarmonia, pretos e polícia: onde há negros, há bagunça; onde há briga, há negros envolvidos e, conseqüentemente, a presença da polícia. Desta maneira, Joana destaca uma situação em que sua família está associada à bagunça e à desordem, na qual a união de um número significativo de negros alude aos conflitos intrafamiliares.

Dona Isaltina condena o comportamento do filho, apontando a influência da namorada deste como provável causa do desequilíbrio do rapaz: “[...] **não anda bom não era revoltado desse jeito deve ser coisa daquela negrinha metida [...]**”. (CUTI, 1996, p. 40-41). A palavra “negrinha” é usada num sentido depreciativo, ou seja, o desprezo de um negro vem de outro negro, algo que demonstra a falta de união, mas, principalmente, de compreensão e entendimento de seus próprios anseios. Na concepção de Dona Isaltina, a namorada do filho é “metida” por militar em prol da negritude e por assenhorar-se da história dos afro-brasileiros. É interessante observar que Paulino, devido ao seu histórico pessoal de militância, também sofre represálias dos familiares.

As particularidades da celebração do batizado e a referência a uma mulher como “negrinha” demonstram que, nessa família, existe uma negação de sua própria etnia e o desejo de seus membros de enquadrarem num universo de valores próprios à sociedade branca. Isaltina, Belmiro, Joana, Tico e Paulino são da mesma família, unidos

pelos mesmos laços sanguíneos, pertencentes a um mesmo grupo étnico, mas nem por isso compartilham os mesmos ideais. A família de Paulino é uma alegoria para se pensar a comunidade negra, muitas vezes sem propósitos afins, censurados pelos valores dominantes.

Um ponto interessante nessas falas refere-se ao fato da família constituir um espaço no qual os estereótipos relacionados ao negro são também reproduzidos. Isso acontece até mesmo entre as famílias negras, tal como demonstram as falas dos personagens transcritas anteriormente. As atitudes racistas presenciadas na esfera familiar configuram obstáculos à formação de uma saudável consciência da negritude. Nota-se que Paulino é um defensor ferrenho dessa negritude devido ao contato com os militantes do movimento negro.

A censura a seu filho também vem de Belmiro, que desaprova as atitudes de Paulino. Ele deseja intervir em benefício da harmonia da festa oferecida por Tico e Zuleica. A sua preocupação recai basicamente na imagem que a sua família, composta por negros, transmite para a vizinhança. O negro anseia demonstrar uma imagem positiva, já que o sistema excludente colocou-o à margem da sociedade como um subalterno.

O Paulino com a conversa de seu movimento não pode estragar a festa não vai me tirar do sério se conseguir será de uma vez por todas ainda sou o chefe da casa se não estiver bem com a família vai então morar lá com seu tal movimento fala fala fala em prol da raça e agora quer estragar tudo dar show pra essa gente branca ver... não... (CUTI, 1996, p. 41)

Sem aceitar o gesto do filho, Belmiro deixa implícito não admitir manifestações de defesa de sua “raça”. Essa imposição de valores ocorre de maneira tão eficaz ao ponto de os negros serem vítimas e, ao mesmo tempo, motivadores de sua própria segregação. A referência da violência dentro da própria violência está no fato de Paulino ser negro e ainda sofrer a censura da família em relação às suas posições. Desse modo, o sistema autoritário, justamente por estabelecer formas de conduta muitas vezes de modo velado, atinge resultados mais satisfatórios para o cumprimento de seus objetivos.

No caso do conto em apreciação, a fragmentação da família e o desencontro de propósitos remete para a não afirmação da identidade de um grupo. Nessa família, as pessoas vivem juntas e interagem de forma

conflituosa, pois, na maioria das vezes, são incapazes de expressar afeto e chegarem a um entendimento ou tolerância em relação às opiniões divergentes.

Paulino também protesta contra a sua situação de discriminação motivado pela embriaguez: “O rapaz, com parte da garrafa de cerveja segura pelo gargalo, estava partindo para os exemplos de mostrar o efeito do álcool no povo negro”. (CUTI, 1996, p. 41-42). O álcool, nesse caso, aponta para a ideia de desordem e de alienação, condição a que a comunidade negra parece estar submetida.

Paulino é um dos poucos membros que ainda mantém a sua ligação com as religiões de matriz africana. Sabe-se que o álcool é um líquido proveniente da cana-de-açúcar, extremamente volátil e semelhante ao éter. Essa substância representa o elemento que facilmente permite transcender do plano material para o etéreo. Segundo algumas crenças, é um excelente auxiliar para o desfazimento de energias negativas impregnadas no perispírito⁴⁰. As bebidas, dentro da cosmogonia afro-brasileira, indicam as entidades e as guias da umbanda que utilizam os elementos que compõem o álcool para realizarem os seus trabalhos de limpeza e de purificação – tanto do consulente, como de ambientes⁴¹.

O conto assemelha-se a um descarrego de energias represadas pelos integrantes dessa família, uma vez que Paulinho já tinha tido atrito com os familiares anteriormente devido à militância no movimento negro. Ele mostra ser um rapaz engajado no movimento negro de autoafirmação e de luta contra o preconceito. Do que se depreende de seu discurso, articula-se politicamente como uma pessoa consciente das discrepâncias socioeconômicas, das quais tradicionalmente seu povo foi vítima. Paulino aceita-se como negro e, mais do que isso, não é alienado. Sabe perfeitamente a que situações de preconceitos e de violência seu sobrinho poderá estar submetido. Paulino espera, somente, que sua identidade cultural também seja reconhecida como diferente e importante tal qual a dos brancos.

⁴⁰ Envoltório fluido intermediário que os espíritas creem existir entre o corpo e o espírito. PERISPÍRITO. In: *Dicionário Michaelis online*. São Paulo: Editora Melhoramentos. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=per%C3%ADspirit>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

⁴¹ Disponível em: <<http://tendaumbandacaboclobirata.blogspot.com.br/2013/02/fumo-e-bebida-na-umbanda.html>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

Participar do engajamento racial e entender os mecanismos pelos quais o racismo e as discriminações raciais são perpetuados faz com que Paulino pertença ao movimento negro. Ele problematiza uma situação do cotidiano para ressaltar a opressão a que os negros estão expostos. O discurso de Paulino procura alertar os familiares quanto à presença do racismo, da exclusão social, da negação da ancestralidade e do preconceito a que estão submetidos os seus familiares.

Há um desentendimento entre o pai e o irmão, sendo que Tico intervém para acalmá-los. Para tanto, ele carregava o filho no colo: “[...] entrega-o a um homem branco [...]”. (CUTI, 1996, p. 42). A entrega do menino a um homem branco indica um gesto de renúncia e de submissão. Desse modo, o próprio batizado é um ritual em que há a introjeção de valores. Para compreendermos melhor a entrega de Luizinho ao padrinho branco é necessário retroceder ao período da escravidão.

O parentesco ritual tem se revelado um fenômeno importante para se compreender a escravidão brasileira numa perspectiva mais ampla e dinâmica. O batismo, uma das principais origens do parentesco fictício no Brasil, era utilizado pelos escravos para o estabelecimento de relações sociais na luta pela (re) construção de suas vidas comunitárias. O momento em que os filhos iam adquirir o *status* de cristãos era utilizado para garantir a extensão dos laços de parentesco através do apadrinhamento e do compadrio. Inicialmente de caráter religioso, o compadrio, no Brasil, derivou de importantes laços sociais que envolviam também escravos. O peso que o apadrinhamento e o compadrio possuíam na sociedade brasileira católica e tradicional transforma-os em instrumento privilegiado para se perceber as redes construídas pelo cativo ao longo de sua vida, das quais ocasionalmente lança mão.

A maioria dos padrinhos dos afro-brasileiros escravizados era livre, sendo que a prevenção de ter o senhor como padrinho era resultado do conflito entre a libertação do batismo (o acesso ao Reino de Deus) e a opressão do escravismo. De modo geral, os padrinhos escolhidos deviam ser de condição social mais elevada ou igual à da família dos afilhados. Tarcísio Rodrigues Botelho (1997, p. 110) afirma que: “A escolha de pessoas livres trazia a vantagem de ter-se um padrinho ou compadre livre nas imediações para servir de intermediário em conflitos com o senhor”. Tal relação constituía uma parentela ritual e, de certa forma, também fictícia, onde se acentuavam compromissos pessoais e materiais, que aumentavam a rede de proteção, prestígio e poder na hierarquia social.

Ainda relativo aos conflitos familiares, o conto também critica o branqueamento da imagem da mulher negra, o que pode ser observado na seguinte cena:

Tá pensando o quê, dirige-se a Paulino aos berros, hein, macaco de óculos.

Você pra mim não passa de uma mulata do Sargentelli.

Eu vou te mostrar, seu pedante de meia tigela...

Mágoas passadas acionam o impulso de Zuleica. É bonita e se orgulha de ter conseguido um perfeito alisamento dos cabelos. Desenvolvera o cacoete de jogá-los para trás. Adora dias de muito vento. Sentia um incômodo ao ver mulheres com seus cabelos naturais. A onda black fustigara Zuleica na sua vaidade. Várias vezes expressara-se contra: Eu, hein!... Usar cabelo picumã? Eu não!...(CUTI, 1996, p. 44)

Um dos processos da imposição do branqueamento evidencia-se com os cabelos lisos, que remetem às pessoas de origem étnica caucasiana, com traços físicos tais como lábios e nariz finos e pele clara. Essa personagem utiliza o cabelo como um traço que aponta um ideal de beleza branca. Zuleica, inclusive, condena o uso de “cabelo picumã”, típico dos afrodescendentes. A comparação de Zuleica com as mulatas de Sargentelli parece apontar para a imagem hipersexualizada das mulheres negras na televisão, bem como a alienação em relação à negritude.

Essa comparação aponta para a mulata como uma mulher alegre, bela, exótica e dotada de uma irresistível sensualidade. Diante de tal descrição, fica evidente que a mulata, pela cor de sua pele, traduz o bronzeamento de um país tropical, cuja alegria e o talento para a dança eram transmitidos semanalmente em programas televisivos. O estereótipo das mulatas do Sargentelli reforça o discurso de uma mentalidade preconceituosa que as considera como dotadas apenas desses atributos físicos e de sensualidade. Tal concepção contribui para uma objetificação da personagem feminina negra/mulata.

Os xingamentos raciais são emitidos por uma pessoa negra em direção a outra pessoa negra e incluem a expressão “macaco de óculos” (injúria racial dirigida a Paulino), bem como a comparação de Zuleica com uma mulata do Sargentelli. Esse é um dos aspectos que atravessa o

conto em análise: a tensão entre os personagens parte de uma discussão que desencadeia agressões físicas, ou seja, o negro desagrega-se e/ou fragmenta-se dos demais membros da própria família, contra os quais desfere injúrias raciais a torto e a direito. Mais do que meras intrigas familiares, trata-se de ofensas desferidas contra a própria etnia. Não são apenas os laços de sangue, de parentesco que são ameaçados, mas os laços de uma origem comum, que remonta à África e a toda uma tradição social e cultural que são negados e agredidos no conto em análise, o que é feito pelo pai, pela mãe, pelos irmãos e pela cunhada de Paulino.

Uma confusão geral acontece na parte final do conto: “Zuleica arranca o sapato de salto. Investe contra Paulino. Tico segura-a pelo punho com dificuldade. Belmiro avança. Caem juntos, sobre a mesinha de centro, pai e filho adversários”. (CUTI, 1996, p. 44). Além dos “convidados trombarem-se na porta”, a vizinhança chama a polícia para esclarecer os acontecimentos. Portanto, a desordem surge como resultado final do empreendimento de Paulino em proteger os seus valores e interesses. Não só isso: a sua voz de protesto é abafada e ignorada, algo que viabiliza a conservação dos valores da cultura branca.

O quarto tema refere-se ao álcool e à influência francesa. Nas mãos de Paulino, a garrafa quebrada no início do batizado indica o princípio de desordem e, conseqüentemente, a origem dos atritos intrafamiliares na festa. Paulino já chega à casa da família alcoolizado. Outras bebidas estavam “No congelador, quatro garrafas de champanhe francês legítimo aguardam o desenrolar da festa”. (CUTI, 1996, p. 45). Uma das características culturais atribuídas aos franceses refere-se à produção de champanhes de alta qualidade. O conto apresenta elementos do *grand monde* e do *bas-fond*. Ambos são permeados pela presença do álcool, que é capaz de promover as maiores desordens mas, ao mesmo tempo, liberar o nosso espírito, deixar fluir o que está represado. Se, de um lado, o álcool nas mãos de Paulino leva ao desabafo agressivo, o álcool do champanhe leva os demais convidados a um estado de “descontração civilizada” com ares de *glamour*. Talvez seja esse o motivo de haver garrafas de champanhe francês (Joana fez crediário para comprar essa bebida) na geladeira para o encerramento das comemorações.

A influência da cultura francesa é indicada por meio das garrafas de champanhe e do nome de Luizinho. Nesses dois elementos existe uma ideia de disciplina, ou seja, eles são refinados e sugerem uma conduta que obedece à ordem estabelecida, sendo que as garrafas de

champanhes são utilizadas para brindar a comemoração de uma festividade. Em contraposição a esse ideal de civilidade, a champanhe não chega a ser utilizada na casa dos negros, pois a desordem não permite a essa família o direito de degustar a bebida fina devido à inexistência da conduta prevista.

Diante da desordem final apresentada pelo conto, Luizinho, com seu nome de origem francesa⁴² (com o significado de “combatente glorioso” ou “ilustre guerreiro”), permanece impassível e os champanhes franceses ficam intactos no congelador. Em relação ao primeiro, destaca-se que esse recém-nascido serve para representar a interferência de valores do branco no mundo negro. Desde criança, as pessoas são inseridas em uma cultura em detrimento de outra, considerada inferior. Nesse sentido, a história dos afro-brasileiros indica um processo de marginalização recorrente.

Em contraposição ao caos que marca o encerramento do conto, Luizinho está alimentado e dorme sorridente no quarto. Percebe-se uma ironia na referência ao personagem em um ambiente de tranquilidade, já que o batizado dessa criança foi o estopim para a confusão gerada por Paulino. Não se pode negar esse traço inicial de ironia, porém, na descrição final da situação da criança batizada, uma dupla ironia desarma a expectativa inicial do leitor: “Luizinho, de barriguinha cheia, dorme no quarto e sorri com a sensação de cocô quentinho indo manchar o lençol sobre o qual fora deixado inteiramente nu”. (CUTI, 1996, p. 45).

Em “O Batizado”, Paulino representa o militante negro que tenta estimular os membros de sua família a assumirem a negritude deles. No conto “O Negrinho”, a ser analisado na sequência, veremos protagonistas engajados no movimento negro e em busca da valorização

⁴² Luiz significa “combatente glorioso”, “guerreiro famoso” ou “famoso na guerra”. Luiz é uma variante de Luís, nome originado no germânico *Hloddoviko*, *Chlodovech*. É formado pela união dos elementos *hlot*, *hlut*, que significa “famoso, ilustre, célebre”, e *wig*, que quer dizer “guerreiro”. O original *Chlodovech* evoluiu para *Ludwig*, que posteriormente teve uma influência do latim e chegou à forma *Ludovicus*. A partir desta versão, a língua francesa o transformou em Louis, que enfim deu origem às formas “Luís” e “Luiz”. A versão com “z” é uma forma antiga de Luís, muito mais comum no Brasil do que em Portugal. Em terras portuguesas, existem documentos datados dos séculos XIII e XIV que já continham registros deste nome. Luiz. In: *Dicionário de Nomes Próprios*. Matosinhos: 7Graus. 2008-2017. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/luiz/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

da negritude: são amigos que se reúnem para fundar uma entidade de militância negra.

4.2 “O NEGRINHO”

“O Negrinho” descreve a formação de uma entidade negra homônima ao conto na cidade de Porto Esperança. Podemos acompanhar, na narrativa, momentos distintos da criação do centro de militância: a mobilização para que a entidade seja criada (fase inicial), o auge, o período de fechamento e a reabertura, tudo permeado pelas brigas entre os integrantes da agremiação. O narrador (diretor social cujo nome não é mencionado) relata as ações ocorridas no Negrinho e é participante ativo na construção dessa entidade.

Na sede do Negrinho, o narrador relembra o encontro que tivera com três amigos (os co-fundadores da entidade) no Bar do Jota, em determinada noite. A narrativa transcorre entre o momento presente e as recordações do narrador. Os quatro amigos (Eliodoro, Odair, Isidro e o narrador), encontram-se com Adonias (pessoa que é aguardada no início do conto) para ter notícias sobre a gravidez de sua esposa. A conversa inicial visa a reorganização da entidade e revela as recorrentes brigas entre seus integrantes. Adonias propõe o reencontro para uma reconciliação dos quatro amigos, para que o clube Negrinho retomasse suas atividades.

Os conflitos anteriormente ocorridos entre os participantes do Negrinho ocasionaram o fechamento da entidade. Sentimentos de mágoa e frustração acompanham esses militantes, agora receosos em reunirem-se, mais uma vez, para a reconstrução da entidade. A tensão entre os militantes acabou por promover a ruptura de um deles com a agremiação e com os demais ativistas, já que a estruturação do centro de cultura negra causara transtornos a todos os envolvidos. No momento anterior à formação do centro, havia um forte sentimento de união entre os amigos, mas, com a expansão do Negrinho, os conflitos intensificam-se. Assim, a ordem é mantida até o instante em que os conflitos intergrupais acabam acarretando o fechamento do clube.

O conto apresenta a narrativa em *flashbacks* entre o momento do término da agremiação, com a mencionada reunião entre os quatro amigos, e as lembranças da formação inicial do Negrinho, cuja proposta de retomada das atividades é marcada por incertezas. Por fim, o conto encerra-se com a adesão dos personagens à proposta de reorganizarem o centro de militância.

Em relação à estrutura do conto, ele se divide em três momentos distintos: com o narrador já idoso na sede do Negrinho; o do encontro noturno à espera de Adonias no Bar do Jota e os momentos anteriores que os levaram ao fechamento do clube. O narrador relembra o encontro dos quatro ex-integrantes do Negrinho, que aconteceu seis meses após o fechamento da agremiação. Portanto, os principais espaços em que transcorrem as ações narrativas são o Bar do Jota e a sede do Negrinho.

Outros personagens secundários são: Vovó Quitéria, Marquinho Turrão, João de Souza (Sanduba), Jota, o senhor major – que aconselha os integrantes do Negrinho, Marildinha, “Tremendão” – um bandido que a polícia procura, sem que haja provas de sua real existência, os frequentadores do baile, Jair, a esposa deste e o filho de Adonias.

Quatro temas serão analisados: a formação de uma entidade negra, a militância afro-brasileira associada à desordem – incluindo os conflitos intragrupais, a memória dos clubes sociais negros e, por último, a criminalização de tais clubes pela polícia. Quanto ao primeiro tema, observa-se que, ao longo da narrativa são mencionadas três entidades negras: o Negrinho, de Porto Esperança; a do senhor da capital e a frequentada por Jair, em Jundiá, fundada em 1898. Como é na associação Negrinho que transcorre a maior parte das ações do conto, vamos analisá-la em primeiro lugar, visto que as outras duas são mencionadas e descritas apenas de passagem.

O ano de fundação do Negrinho, cujo objetivo inicial é a realização de bailes negros com o intuito de promover a integração dos afro-brasileiros, não é mencionado. Mas, percebe-se que, inicialmente, o centro foi idealizado para fins recreativos e de lazer, ainda não estando previstas atividades como: passeatas, debates sobre a cultura negra, cursos de alfabetização, saraus literários e/ou escolha da (o) mais bela (o) negra (o). Diversos gêneros musicais de origem negra são privilegiados na agremiação, tais como: “Samba no pé, blues, jazz, funk, soul, reggae, rap... Todo fim de semana”. (CUTI, 1996, p. 65).

A presença desses distintos ritmos remete-nos à questão da diáspora africana em relação ao continente americano, especificamente à reelaboração da herança cultural musical africana em diferentes contextos: o samba, no Brasil; o blues, o jazz, o soul, o funk e o rap nos Estados Unidos; o reggae, na Jamaica. Cronologicamente, parte-se do blues e do samba-de-roda (surgidos por volta do século XIX) até o surgimento do rap como parte da cultura hip hop (em meados da década de 1970). Tais ritmos, cada um a seu tempo, foram um modo de expressar os valores das culturas de origem africana e de denunciar as desigualdades sociais calcadas em questões étnicas.

O Brasil, os Estados Unidos e a Jamaica receberam forte influência da cultura africana em decorrência do sistema escravocrata adotado em tais países. Os gêneros musicais acima mencionados, em muitos momentos, funcionaram como mecanismo de afirmação e de preservação da identidade negra em um sistema de opressão social. Tendo em vista que o empoderamento do afro-brasileiro perpassa pela temática da produção artística, especialmente a partir dos anos 1970 a música derivada de ritmos africanos esteve ligada ao fortalecimento do movimento negro.

O Negrinho começou com um pequeno número de frequentadores, mas a aquisição e a ampliação da sede possibilitou a produção de bailes com a presença de mais de duas mil pessoas. Observa-se que a quantidade de problemas enfrentados por essa agremiação negra cresce à proporção que ocorre o aumento na quantidade de frequentadores do baile.

“No auge não faltava gente. O salão cheio e o clube sendo assunto e vibração nas conversas. Samba no pé, blues, jazz, funk, soul, reggae, rap... Todo fim de semana. Quem chegava pela primeira vez acabava logo curtindo o Negrinho e se tornando sócio. Eram os quitutes da Vovó Quitéria, a sensibilidade musical de Marquinho Turrão, dono do som, e a diretoria muito coesa e identificada com o anseio da rapaziada.” (CUTI, 1996, p. 65)

Em relação ao segundo centro de militância negra, há uma referência a um senhor da capital, que veio a Porto Esperança com informações prévias sobre o modo de ativismo social naquela cidade. A partir de então, o propósito inicial de diversão do Negrinho passou a uma militância mais contundente por meio do debate de aspectos culturais da comunidade negra, da realização de manifestações de protesto, da fundação de jornais para a divulgação dos ideais da militância, da organização de grupos de teatro e da implantação de cursos de alfabetização de afro-brasileiros.

“Devíamos, segundo ele, conscientizar os frequentadores do clube. Dizia que só o baile não levava a nada. Outras coisas eram necessárias. Sugeriu que fizéssemos um grupo de teatro e um jornalzinho a fim de levar uma mensagem de fé e

confiança de que nosso povo sempre foi carente”.
(CUTI, 1996, p. 65–66)

A terceira sede do movimento negro localiza-se em Jundiá. No conto, pela segunda vez uma pessoa experiente aparece para dar recomendações aos militantes do Negrinho, sendo que o senhor que veio a Porto Esperança “livrou” a agremiação de uma multa, enquanto, Jair destaca a importância de se construir centros da cultura negra como uma forma de combate ao racismo. A ligação entre os três centros de militância descreve-se com a intencionalidade comum de rememoração dessas entidades, onde a arte de “dar conselhos” aparece como uma forma de transmissão de experiência entre as pessoas. Assim comenta o narrador sobre as circunstâncias da tentativa de reorganização da entidade:

Mais ou menos há uns seis meses que nenhum via a cara do outro. Na lembrança só o bate-boca, as brigas. Não fosse o Adonias, certamente não seria possível uma aproximação entre nós. Era esperar que ele chegasse com o tio e ir lá no clube dos velhos em Jundiá. Sabíamos daquela tentativa de recomposição, só que ninguém queria se comprometer com ela. (CUTI, 1996, p. 64)

A narrativa entende-se como transmissão de experiências entre gerações, consoante o movimento de tradições, ao relacionar fatos narrados com fatos vivenciados, não sendo possível conceber narrativa excluída da ideia de memória. O narrador, incumbido do trabalho de rememorar, ainda que nos relate histórias marcadas por visões de mundo próprias e peculiares, transcende o individual, com a memória formada, como se quer reiterar, na esteira do grupo a que pertence. Desse modo, a compreensão da memória é um fator importante para a construção da identidade dos afro-brasileiros, sendo que Jair e o senhor-militante da capital tematizam a formação de entidades negras com o intuito de lutar contra o racismo. Para Abdias do Nascimento (1980, p. 248): “Diversificadas são as estratégias e os expedientes que se utilizam contra a memória do negro-africano, os quais ultimamente têm sofrido profunda erosão e irreparável descrédito”.

Jair destaca os relatos de uma agremiação de negros fundada em 1898⁴³, em cuja sede há uma festa da qual tomam parte os personagens. A ligação estabelecida com o passado estimula os militantes a construírem outros centros de resistência negra. Logo, Jair representa a própria memória das agremiações negras, pois ele relata a história de uma das mais antigas entidades da cultura negra do estado de São Paulo, enquanto Adonias estimula o elo entre o antigo (na figura de Jair) com os novos militantes: “*Vamos, não apenas a uma bela festa. Vocês vão conhecer um clube dos poucos que existem no estado. Foi fundado em 1898. Eu mesmo nem tinha nascido*”. (CUTI, 1996, p. 69).

As sedes do movimento negro respeitam os anciões, ou seja, os militantes experimentados tornam-se membros dos conselhos da organização com o intuito de exercerem atividades administrativas. Portanto, essas pessoas são como guardiões da memória e da tradição ao conservarem o passado, sendo elas fundamentais para o estabelecimento de uma interligação com o presente, no que respeita à transmissão dos conhecimentos aos pósteros e à contribuição que a tradição significa na formação identitária dos mais novos.

Em trabalho que aborda a memória dos mais velhos, Ecléa Bosi – *Memória e sociedade* – Lembrança de velhos (1987) - retoma estudos de Henri Bergson (1859-1941), Maurice Halbwachs (1877-1945) e Charles Claymore Bartlett (1848-1916) para abordar as histórias de pessoas acima dos setenta anos de idade que sempre viveram em São Paulo. Ao dar-lhes voz, a autora permite recompor o passado, ao mesmo tempo em que viabiliza a liberdade do espírito – que Henri Bergson chamou de “memória-lembrança”-, um esforço para guardar as coisas que significam, que têm sentido social – no dizer de Maurice Halbwachs.

Entendemos, assim, que os anciões afrodescendentes, com a sua experiência na militância, podem representar uma base que serve como ponto de partida e sustentação para os mais novos, ao mesmo tempo em

⁴³ Essa agremiação pode ser uma referência ao Clube Beneficente Cultural e Recreativo 28 de Setembro. A fundação do clube deu-se em Jundiaí, em 1897 (ou 1895, conforme documentos descobertos posteriormente no Paço Municipal). Mais tarde, a entidade recebeu o nome que homenageia a Lei do Ventre Livre e a liberdade dos sexagenários. O Clube Beneficente Cultural e Recreativo 28 de Setembro atua de forma ininterrupta e funciona na atual sede social desde os anos 1940. O seu quadro associativo constitui-se de famílias de trabalhadores dos mais diversos segmentos da cidade, com destaque para os ferroviários e têxteis, setores da força econômica em Jundiaí, no início do século XX. Disponível em: <<http://patrimoniohistorico.jundiai.sp.gov.br/362-2/>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

que os idosos guardam os saberes da tradição, os costumes, as novas formas de conviver com os brancos, e podem buscar caminhos que facilitem a trajetória dos mais jovens na realização dos propósitos da resistência e mesmo da fixação da identidade negra.

No mencionado estudo de Ecléa Bosi (1987, p.77), encontra-se, por exemplo, a figura de seu Amadeu, que se reserva o direito de aconselhar (papel que, no conto, é atribuído ao senhor Jair). O senhor Amadeu vê, nas entrevistas com Ecléa Bosi, a oportunidade para ensinar a amorosidade, a honestidade, a tolerância; o senhor Jair, no conto, procura ensinar a luta; a combatividade sem agressão; a proposição do desenvolvimento de uma consciência negra que possa unir e fortalecer os afrodescendentes que vivem no Brasil. Se adotarmos essa compreensão, o senhor Jair procura superar os conflitos intragrupais que, a nosso ver, surgem do desejo de vincular mais pessoas ao movimento, mas que acabam gerando hostilidade entre os membros do clube Negrinho.

O segundo tema analisado indica a militância afro-brasileira associada à desordem. Esse aspecto é vislumbrado, primeiramente, a partir da ampliação física do espaço. Naquele momento, principiam os atritos com a vizinhança: “[...] não demorou nada, a vizinhança começou a se sentir incomodada. Inventava histórias e chamava a polícia”. (CUTI, 1996, p. 65). Sendo assim, observa-se que os barulhos causados pelo baile, bem como a aglomeração de uma grande quantidade de afro-brasileiros acarretam o receio de badernas. Em um segundo momento, policiais militares realizam revistas na agremiação com o intuito de vigiar os afro-brasileiros com mais intensidade. Aliás, as origens e os efeitos da vigilância policial em relação aos negros podem ser buscados já no período imediatamente posterior à Abolição, conforme registra Florestan Fernandes (1978, p. 79-80, v. 1):

“Logo após a Abolição, não existia tolerância alguma para ‘reuniões de negros’. A polícia dispersava os magotes que se formassem por qualquer motivo. Temia-se pela ‘segurança da ordem’ e pela ‘moralidade dos costumes’. Aos poucos, evidenciando-se que os ‘pretos’ não representavam nenhuma ameaça de caráter especificamente perigoso, sobrou apenas uma desconfiança residual que levava a polícia a ‘tê-los de olho’, mantendo-os sob uma vigilância que sempre irritou os negros ‘ordeiros’ e

‘trabalhadores’, criando para a mulher negra o tormento suplementar da suspeita de prostituição”.

A constância da vigília da polícia aumenta com o intuito de acabar com a reunião dos afro-brasileiros. À medida que o baile conta com mais frequentadores a vigilância dos militares cresce, sendo que “A partir da terceira vez que a viatura encostou, tivemos que tirar alvará, não só para bailes, mas também para toda e qualquer reunião com som ambiente”. (CUTI, 1996, p. 65). É interessante ponderar que os membros do grupo não se preocuparam com a clandestinidade do clube, levando-nos a inferir que a vida à margem da sociedade parece ofertar-lhes um estatuto de liberdade em relação aos moldes sociais, sem compromisso com aquilo que a sociedade branca instituiu como modelo vigente. Não parece certo afirmar que tal comportamento constitui uma ruptura com o modelo instituído, mas apenas o resultado de um contingente humano que foi colocado ao lado, à margem, abaixo daqueles que sempre ocuparam o poder, as instituições e que fizeram as leis.

A vizinhança e os militares perceberam que, apesar da intervenção pela falta de um instrumento legal para a continuidade das atividades, o Negrinho prosseguiu com a militância. Sob certos aspectos, os integrantes do grupo são enquadrados de acordo com os determinantes sociais que têm sido impostos pelo grupo dominante ao longo da história do País, ou seja, o dos brancos.

Em relação ao alvará de licença, nota-se a questão da burocracia, que permite ou não as atividades de determinado estabelecimento. Vale repetir que o objetivo da associação é, inicialmente, a simples organização dos bailes e a realização de atividades recreativas e esportivas como: o ping-pong, o pebolim e as aulas de capoeira. Mesmo com a obtenção do alvará de licença conseguido, os policiais militares dão sequência à vigilância com a justificativa de perturbação da ordem pública.

A Lei das Contravenções Penais (Lei nº 3.688/41) caracteriza como perturbação do sossego alheio: gritaria e/ou algazarra; exercício de profissão incômoda ou ruidosa; abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos; provocação de barulho produzido por animal. A referida lei prevê prisão simples de quinze dias a três meses ou multa. Deve-se considerar que a referida lei já está desatualizada em suas penas, mas que não perdeu a força caso haja interesse em inviabilizar a realização, por exemplo, de um evento público – sobretudo se já existe má vontade da vizinhança e da própria polícia em relação a ele.

Por outro lado, parece possível afirmar que a própria existência dessa lei é um meio para exercer a coerção de atividades que, porventura, possam contrariar o modelo social vigente. Não parece lícito que negros – vistos como desordeiros ocupados com música, com danças, com jogos – possam reunir-se sem que isso gere baderna, desorganização, brigas, uma vez que o senso comum consagrou que a reunião pura e simples de afrodescendentes deve conduzir a um mal-estar geral que acaba desencadeando agressões e ofensas.

Em outra ocasião, os policiais aparecem procurando informações sobre um suposto Tremendão. Mesmo que essa pessoa não exista, é uma justificativa plausível para dar fim ao baile e, conseqüentemente, à reunião entre os negros. O argumento relativo à localização de uma pessoa desconhecida é utilizado a fim de permitir a entrada dos policiais no baile e a conseqüente verificação da ordem do ambiente, bem como para amedrontar e/ou intimidar os frequentadores do clube. Há algo de satírico no nome desse personagem (Tremendão, no aumentativo), porque pode ser relacionado a algo que estremece uma estrutura. Em contraposição a esse apelido, o nome da entidade (Negrinho, no diminutivo) apequena-se em relação ao homem que traz problemas para o centro de militância.

O uso do diminutivo, em geral, denota ternura, afetuosidade, em oposição ao grau aumentativo, que traz a ideia de desproporcionalidade, de intensidade, sendo que ele ainda pode assumir um sentido pejorativo, como parece ser o caso de Tremendão. Se for assim, o nome Tremendão é utilizado para minorizar o significado do clube dos afrodescendentes e, como resultado disso, inferiorizar ainda mais os seus frequentadores.

Os atos policiais repetem-se com cada vez mais truculência junto aos frequentadores das atividades culturais realizadas na entidade: “E, em dias de baile, os guardas ou os tiras agiam assim: chegavam já de armas em punho. Entravam. Faziam parar a música e: *Vamos levantando os braços. Mãos na parede!*” (CUTI, 1996, p. 65). Percebe-se a brutalidade da polícia em relação aos afro-brasileiros frequentadores do Negrinho, tratados pelos policiais militares como prováveis meliantes. Melânia Nóbrega Pereira de Farias (2004, p. 56) afirma que: “Além disso, também fazem parte da visão do militante os estereótipos que a sociedade constrói e projeta sobre eles, tais como ‘neurótico’, ‘racista’, ‘bagunceiro’, ‘criador de caso’, ‘criador de problema’”. Assim sendo, o próprio militante já assume uma atitude negativa a seu respeito e, desse modo, reage de forma não condizente com os valores que prega e com o menosprezo aos ideais da sua cultura.

Esse fator coloca-o em situação de subalternidade, porque assimila caracteres que não necessariamente identificam-no.

“Essa atitude abusiva dos policiais tem a ver com a própria natureza da formação histórica do nosso país. Ou seja, é característica do Estado brasileiro colocar na ilegalidade segmentos sociais quando as elites se sentem ameaçadas. (GÓES, 2003, p. 22)”.

Dessa forma, dois momentos distintos são percebidos em relação à aceitação social da associação: primeiro, quando o estabelecimento era pequeno e destinado à recreação, os moradores da circunvizinhança reclamavam pouco; depois, com o crescimento do número de frequentadores e a admissão de um caráter de militância política, as denúncias aparecerem com mais intensidade.

De novo procuravam o ‘Tremendão’. O patrício ‘virou bicho’ e mandou que baixassem as armas, pois ninguém ali era bandido. Alertou, em voz alta, sobre a invasão de domicílio. Um dos guardas teimou, retrucando:

Isso é desacato à autoridade. Você está preso!

No mesmo instante, o ‘tio’ meteu a mão no bolso, tirou um documento e só faltou esfregar na cara do policial. [...] (CUTI, 1996, p. 65)

O senhor era major, ou seja, a pessoa que impõe a ordem e, logo, decretou aos companheiros de profissão que eles estavam a desacatar uma autoridade maior. Desse modo, o senhor utilizou a profissão para a defesa dos interesses de um centro de militância, por meio da divergência ideológica com os colegas de profissão, sendo esse momento um dos poucos em que os afro-brasileiros impõem a ordem no conto. A partir desse instante, a polícia não chegou mais com truculência junto aos responsáveis e participantes do baile.

Os ativistas exercem uma ação marcada, sobretudo, por um discurso que reivindica o pleno reconhecimento do negro. Ele baseia-se na preservação e na valorização das tradições de origem africana, na reinterpretção da história e na denúncia dos fatores de alienação que atingem a população negra. Logo, os integrantes do Negrinho

demonstram para a sociedade as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, através das manifestações públicas.

A exigência do alvará continuou. Quem chegava era um dito fiscal, acompanhado de um investigador. Se não tivéssemos o documento (complicado como não devia, pelas demoras e atrasos com que o emitiam), o baile era encerrado, ou mesmo qualquer outra atividade com mais de vinte pessoas e som ambiente. (CUTI, 1996, p. 66)

O ativismo explícito implicou a presença mais ostensiva dos policiais, desde o momento em que passaram a ser emitidas mensagens pelo microfone: “[...] **Viva Zumbi!... 20 de novembro, O Dia Nacional da Consciência Negra... Negro é o esteio do país... Somos mais da metade da população brasileira...** e outras expressões semelhantes”. (CUTI, 1996, p. 66). Essas reivindicações contundentes explicitam o caráter afirmativo da militância. Os centros de cultura negra alertam sobre a presença do negro na composição do Brasil e abordam o conflito e o atrito com os valores dominantes brancos, sendo essa contestação uma forma de resistência.

É interessante observar que, ao mencionar-se o nome Negrinho, os ativistas usam o pronome nós, porque esse fato sugere o pertencimento a uma agremiação negra. Os nomes dos militantes são mencionados poucas vezes, atribuindo-lhes o pertencimento à agremiação negra como sinônimo de membros de uma família. Para esses ativistas, a militância é um espaço transformado no orgulho de ser negro, onde o militante desenvolve a negritude articulada em torno de qualidades positivas.

A pessoa branca surge com a finalidade de legitimar a hegemonia desse povo, porque o fechamento do clube ocorre justamente no dia 13 de maio (Abolição da Escravatura) e em uma Festa da União, cujo objetivo era a integração do negro. Esse fato significa que o negro adquiriu a liberdade apenas no papel, na lei, mas que a sua vida continua marcada pelo poder dos brancos, aptos a decidirem sobre uma manifestação ou tomarem a decisão sobre o fechamento do clube de ativismo social.

A gente foi atender o estranho na saleta de reuniões. Veio a ‘cascata’, depois de uma série de argumentos baseados na lei e sutis ameaças.

Dinheiro por fora ou multa. Tudo se resumia nisso. Ou dávamos uma propina ou tínhamos que pagar, judicialmente, uma vultosa quantia. Desconhecíamos a lei, sem dúvida. Mas, ninguém se deixou intimidar com aquela cobrança dos direitos autorais das músicas tocadas, incluindo bailes anteriores. (CUTI, 1996, p. 67)

A situação descrita na passagem anterior aponta para a corrupção a que estão submetidos certos setores da sociedade brasileira. Nesse caso, o senhor branco corrompe-se para ganhar um extra ao salário oficial. Dessa forma, a tensão estabelece-se entre a honestidade e a desonestidade, sendo este um dos poucos momentos nos contos analisados nesta dissertação em que uma pessoa branca submete-se à desordem devido à exigência de dinheiro “por fora”, materializado na propina.

Os integrantes do Negrinho, enquanto ativistas oriundos da classe trabalhadora e sem instrução formal significativa, não têm pleno conhecimento da ordem que regula a sociedade. Acredita-se que a resposta agressiva dos militantes simboliza a derradeira tentativa de manutenção do Negrinho. Já as repetidas tentativas de fechamento do clube representam a confirmação do desejo dos policiais em cercar o direito de manifestação de seus participantes. Weber Lopes Góes (2008, p. 24) afirma que: “Os negros, historicamente, nunca puderam se reunir em um lugar para discutir suas questões; sempre foram impedidos de colocar em questão sua condição social, por serem descendentes de africanos escravizados”. Desse modo, o estereótipo da imagem do Negrinho consolidou-se após a briga dos membros da diretoria.

“O sonho de ter um grande clube da raça foi perdendo o brilho. O Negrinho ia ficando mal visto. Os boatos cresciam. Houve até o de um assassinato no salão. Na verdade, apenas uma briga, com nariz quebrado, mas sem maiores consequências.

A polícia insistia em suas batidas. O pessoal se afastou, o caixa enfraqueceu. Fomos obrigados a vender o imóvel. Um dos diretores acabou rapinando o dinheiro”. (CUTI, 1996, p. 68)

A partir daqui, temos o enfraquecimento e, finalmente, o término das reuniões do clube. Dessa forma, é possível afirmar que permanecem em voga os interesses dos homens brancos, que não permitem a continuidade dos encontros, das reuniões de militância, com a desfiguração dos interesses dos afrodescendentes, a retirada do poder de organização e de reivindicação de seus direitos.

O terceiro tema analisado indica os conflitos intragrupais dos militantes negros do Negrinho. A primeira menção aos conflitos refere-se ao encontro dos amigos no Bar do Jota, após sucessivas brigas dos integrantes devido ao fechamento do Negrinho. As desavenças foram tão graves que eles, inclusive, não se viam há seis meses, sendo que os interesses pessoais sobressaíram-se aos do Negrinho. As agressões foram verbais – e não físicas como em outro conto analisado nessa dissertação.

“Quatro sujeitos sem saber o que dizer, evitando um assunto que, se viesse à baila, na certa ia dar confusão. Depois, um silêncio estufado. Tensos todos. Afinal, tanto tempo trabalhando junto, um ideal comum, confiança mútua e depois a desistência, a rixa o irremediável fim do nosso sacrifício de tanto tempo: o Negrinho”. (CUTI, 1996, p. 64-65)

O segundo momento de discordância acontece entre os que aprovam ou desaprovam os usuários de maconha durante os bailes. O baile do Negrinho geralmente é interrompido pela exigência do alvará de licença, ocasião em que o uso da droga também é reprimido. Os conflitos e as tensões perpassam o conto, pois perspectivas antagônicas percebem-se em relação ao uso da maconha. A maioria dos integrantes da agremiação participava do baile como forma de afirmar sua negritude, enquanto uma pequena parcela de pessoas estava alheia a essas questões e ia ao baile para, simplesmente, arrumar confusão.

“Para a diretoria era difícil, além de outras tarefas, controlar a turminha que gostava de curtir um baseado justamente no meio do baile. O cheiro foi a desculpa para novas blitzes [sic]. Inúmeras vezes houve a interrupção. Em certas ocasiões tivemos que sair na porrada com a turminha da fumaça. Mas, o próprio grupo dirigente ficava dividido nesta questão. Uns achavam que devia apenas ser

pedido com moderação. Outros, como eu, pensavam diferente. Maconha devia ser curtida fora do Negrinho. Chamavam a gente de caretas, quadrados e até reacionários. O assunto era um fator de quizila entre nós”. (CUTI, 1996, p. 67)

O terceiro momento de atrito entre os integrantes dá-se após a prisão dos membros da diretoria em virtude da agressão a um policial militar. As discordâncias devido ao roubo de dinheiro, além da discussão verbal entre os integrantes levaram ao fechamento do Negrinho. Mais uma vez, os interesses pessoais sobressaem-se aos objetivos da agremiação negra, haja vista que o fechamento de entidades acontece aqui e também em outros contos de Cuti.

“Um dos diretores acabou rapinando o dinheiro. A mãe precisava fazer uma operação muito cara. Por fim, a mulher morreu e o dinheiro não voltou. Ficamos a zero mais dívidas. A amizade se afastou de vez da diretoria. As brigas tornaram-se constantes. Ausência de baile, aluguel atrasado, o dono pediu o imóvel. Fechamos. [...] Ofensas pessoais mútuas. Presidente e diretor social. Ele gritou, eu gritei mais ainda. Fim. Cada um tomou seu rumo”. (CUTI, 1996, p. 68)

Depois dos atritos demonstrados, o Negrinho retoma as atividades, bem como nasce o filho de Adonias: “Todos brindamos o nascimento e uma renovada certeza florida entre nossos lábios”. (CUTI, 1996, p. 70). A polissemia da palavra nascimento significa o surgimento da criança (inserida em um ambiente de ativismo social), bem como do clube para a militância. A criança simboliza o militante negro nascido em um contexto de ativismo social. Desse modo, a ideia transmite a perpetuação da luta pelo desenvolvimento da consciência negra desde a infância.

O quarto tema refere-se à memória dos clubes sociais negros. O Negrinho e os outros dois centros de ativismo rompem com os padrões de uma época, com atuação incisiva na luta contra a discriminação racial. Nesses lugares estão inseridas as histórias e memórias de uma grande parcela da população negra. É nesse espaço que se constrói a autoestima, a autoimagem e as identidades negras, bem como o estabelecimento de conflitos, pois é um lugar de construção de sociabilidade e da cultura negra.

Uma primeira acepção de memória remete à capacidade de armazenamento de informações, condição que tem os militantes dos três centros de ativismo de reter os fatos e as experiências vivenciadas no passado. A memória, nesse sentido, está ligada à “[...] propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 2000, p. 423). Desse modo, a memória pode ser entendida como em constante mutação, por meio da qual se busca uma formação em construção histórica através de suas ações.

A memória pode ser compreendida como uma evocação do passado e a conservação na lembrança do que se foi, entrelaçando-se, nesse processo, a memória individual e coletiva. Ela é registrada nos documentos, nos relatos e nos materiais produzidos pela sociedade. Os militantes negros preservam e desenvolvem sua identidade pela memória. O Negrinho e os outros dois clubes sociais negros são espaços que fazem lembrar determinados valores, práticas, rituais, dinâmicas que a cada dia se transformam, revitalizam-se e fortalecem-se. Para Florestan Fernandes (1978, p. 24, v. 2): “Doutro lado, algumas dessas influências auxiliavam o ‘negro’ a estabelecer uma imagem gratificadora de si próprio, de seu passado como agente histórico e de sua dignidade humana no presente e no futuro”.

A memória pressupõe um registro, materializado até mesmo no próprio corpo, sendo que é possível guardá-la em diferentes tipos de suporte (livros, áudio, vídeo, fotografias, catálogos, cds, dvds e documentários). Para Jacques Le Goff (2000, p. 426): “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Os registros das experiências, os saberes, as sensações, as emoções e os sentimentos são importantes para uma comunidade em um determinado tempo. As lembranças do protagonista-narrador e dos outros personagens enquadram-se nesse quesito, bem como o término do conto, com o olhar do personagem voltado para os quadros de antigos integrantes daquele clube social.

“Agora que eu sou apenas um membro do conselho consultivo, esta sala de reuniões, estes retratos nas paredes com imagens de companheiros que já se foram, tudo isso me dá saudade. Saudade? Não. Um contentamento bem profundo de ter vivido aquela noite. Afinal, a

juventude dança no salão e o Negrinho está quase sempre em festa, mesmo tendo idade para ser avô. Como eu”. (CUTI, 1996, p. 70)

Esses clubes sociais negros são exemplos de resistência porque rompem com os padrões da sociedade ao saírem da inércia que mantinha os militantes isolados, com o intuito de contribuir para o empoderamento desses negros. O Negrinho é um clube social negro comprado pelos militantes após o sucesso dos bailes. No entanto, quanto à sede de Jundiá, menciona-se que os próprios negros construíram-na com o propósito de demarcação do tempo e da identidade negra. O próprio monumento mobiliza a afetividade, de forma que lembre o passado, fazendo-o vibrar como se fosse presente.

Essas sedes constituem-se como elementos fundamentais para a formação da identidade cultural, individual e coletiva, sendo que as memórias podem ser armazenadas nas instituições ou em “lugares da memória”. Elas se caracterizam como um mecanismo de registros que se tornam depósitos de informações, conhecimentos e experiências. A preservação dessa memória é associada a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados como os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação.

“São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada lembrança. [...]” (NORA, 1993, p. 21-22)

Pierre Nora (1993) apresenta esse conceito com a intencionalidade de identificar o indivíduo contemporâneo, o qual pode ser observado em determinados grupos e comportamentos sociais. O

“lugar da memória” é, antes de tudo, um misto de história e de memória. A ideia é de que esses lugares fazem parte do sentido de se configurar o esforço como uma forma de concretizar a memória-história a fim de fazer ressurgirem ou reviverem as lembranças. As formas de acessar a memória se dão a partir dos documentos armazenados, já que ela se cristaliza no traço, no vestígio e na materialidade do registro. Eis a recordação da construção de um desses centros feita por um dos personagens:

Mas, quando jovem, fiz muitos calos nas mãos. Carreguei bastante tijolo para construir a sede. Eu e muita gente. Meu pai me levou para lá pequeno ainda...

O Senhor Jair falou, falou durante um tempo impreciso, com uma convicção de admirar. Contou histórias de empenho de objetos pessoais, campanha de tijolos, mutirão para construir, lembrou pessoas mortas e, para arrematar:

Por isso, vocês que são jovens têm lá alguma coisa construída por nós. É pequeno, em vista dos grandes clubes, mas tem um pouquinho de conforto. E o conforto maior: é nosso! Pela luta que nós tivemos, eu sempre repito ser audaz, minha gente! E agora, antes de terminar esta cerveja, vamos saudar mais um patricinho que acaba de chegar ao mundo. (CUTI, 1996, p. 69)

Essa carga simbólica aponta para aqueles que construíram e para o imaginário daqueles que são os “herdeiros”, pois os militantes realizaram a vontade de deixar um registro, uma lembrança petrificada em um espaço concreto, demarcando o tempo e o sentimento de pertença. Ao mesmo tempo, os militantes têm a sensação de transmitir, para as gerações futuras, a impressão de que a deixaram como marca de seu tempo. Dessa forma, as sugestões de nome da criança de Adonias, de origem africana ou com Negrinho, indica a afirmação da identidade desses militantes.

Consideramos interessante trazer para análise o pensamento de Jacques Le Goff, que, em *História e Memória* (2000, p. 536), salienta que, no período anterior à escrita, os povos costumavam fixar as suas histórias através de monumentos – estelas e obeliscos, em especial, ou qualquer outra forma que lhes permitisse fixar a memória de feitos guerreiros, datas comemorativas, vitórias diante dos inimigos. A

retomada do Negrinho, a constituição da sociedade, a organização do prédio, a retomada das atividades de militância corresponde a um monumento da identidade e da luta afrodescendente que não desanima, apesar das adversidades.

A decadência e a nova fase do Negrinho parecem ter o sentido de um constante recomeçar que caracteriza a tomada de consciência por parte dos afro-brasileiros. Novas conquistas parecem estar associadas a perdas, ao mesmo tempo em que perdas parecem determinar novas conquistas. Há um processo de perda e ganho, de ruptura e recomposição, o que se pode notar reduplicado na própria relação entre os personagens do conto em estudo – os amigos separaram-se, guardaram as suas mágoas, mas não tiveram dúvidas ao reatarem para manter-se engajados na causa que, de fato, unia-os.

Outro ponto que pode ser destacado no conto e que encontra amparo nos estudos apresentados por Jacques Le Goff (2000, p. 430) diz respeito ao nome do menino, filho de Adonias. Ele mesmo afirma, conforme o narrador: “*Bem, vai ser um nome africano. Por enquanto a gente ainda está escolhendo*”. (CUTI, 1996, p.70). Ao citar estudos de outros pesquisadores, Jacques Le Goff observa que em algumas tribos africanas, por exemplo, era comum que o recém-nascido receba, por determinação do clã, um nome de nascença, mas que lhe é imposto, em continuidade, um segundo nome, de cunho oficial, que evoca um antepassado morto, o qual, dessa forma, é desenterrado para que a sua memória permanecesse viva.

Ainda tomando como referência os estudos de Jacques Le Goff (2000), é possível mencionar a ideia de continuidade entre as diferentes gerações de um grupo. Assim sendo, aos mais velhos cumpre preservar a memória e transmiti-la aos “herdeiros”, aos novos membros do grupo (conforme o faz o senhor Jair, em passagem já citada do conto), mantendo vivas a identidade e as tradições desse grupo. Dessa forma, o que se observa nos movimentos dos afrodescendentes que compõem o conto em análise é uma tentativa de constituir uma memória, e, a partir dela, uma identidade comum, que lhes permita a união e o conagraçamento de valores.

O último tema consiste na criminalização dos clubes sociais negros pela polícia. Enquanto processo de constituição de uma sociedade democrática, a participação popular por meio de suas manifestações é um ato legítimo. O movimento negro encontra resistência na sua ação e em sua relação com a polícia porque os integrantes do Negrinho e dos outros dois centros lutam por mudanças, ou seja, procuram alterar as regras do sistema social existente.

A organização da sociedade civil, os movimentos sociais negros – principalmente aqueles que assumem uma posição mais emancipatória, que lutam pela transformação social, pelo fim da exclusão e das injustiças sociais – confrontam-se com a polícia militar. Os movimentos sociais de cunho *popular* estão muito presentes na história do Brasil, desde as rebeliões dos escravos até as lutas operárias e as ligas dos camponeses. O movimento negro expressa as contradições da sociedade capitalista e relaciona-se com as próprias contradições de classe. Daí o fato de os movimentos sofrerem tanta opressão, pois eles mobilizam a população em várias partes do País.

“Então, podemos perceber como esse antagonismo de classe está entre nós: quando a pessoa procura prosperar agindo fora da ordem, o Estado a põe na ilegalidade, criminalizando-a e criando aparatos para instituir seus projetos, como por exemplo: a criação de presídios, as medidas a favor da redução da idade penal e, até mesmo, a política de extermínio - cuja origem está contida desde o final do século XIX. Verificamos que tais medidas têm seu marco a partir de 1850, quando o Brasil começa, na verdade, a se modernizar. A gênese de tudo está no processo de industrialização”. (GÓES, 2008, p. 23-24)

Em sua maioria, os movimentos foram e ainda mesmo são violentamente reprimidos pelas forças oficiais. A polícia, por seu turno, tem cada vez mais influência no processo de criminalização dos movimentos sociais enquanto instância de controle. Essa estratégia busca, em geral, desqualificar o movimento negro; e as autoridades costumam considerar os responsáveis pelas ações dos movimentos como algozes em função das presumidas intransigência e intolerância. Assim, acaba por acontecer um descredenciamento dos movimentos sociais, com a apresentação deles como grupos subversivo-revolucionários, arruaceiros, desordeiros e criminosos.

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se

condensa o sentido de sua vida. (FANON, 2008, p. 180)

O movimento negro pode ser considerado uma ruptura com a ordem estabelecida e isso é perigoso para a sociedade. Esse movimento é uma metáfora para questionar o *establishment*, a própria identidade brasileira e isso representa perigo, ou seja, o próprio movimento imporia medo nas autoridades constituídas. Assim sendo, seus membros são constantemente vigiados e punidos. A atitude dos policiais reduplica essa ideia porque, em tese, negros estão estigmatizados como desordeiros. É importante lembrar que a desordem estabelece-se mediante uma ordem, a ordem branca, que foi estipulada de acordo com os ideais caucasianos. Logo, o militante negro mostra-se duplamente discriminado: por ser negro e por ser um negro que não se cala, que luta e que combate.

Na sociedade brasileira, onde milhões de pessoas estão à margem de qualquer direito, num estado de permanente negação da cidadania, os movimentos sociais estão na base da criação de direitos por meio da luta. No confronto dos movimentos sociais com a ordem cristalizada busca-se a construção do direito dos oprimidos e a superação da exploração do homem pelo homem. Os movimentos sociais, na busca da afirmação dos direitos humanos, estão a criar a verdadeira ordem, pois a exclusão social, que não respeita o direito legítimo da maioria, é que conduz a uma real desordem. As pessoas estariam ordenadas quando se respeitasse, sem exceções, o direito de cada trabalhador ser cidadão. Assim, os movimentos sociais lutam pela criação de direitos e o estabelecimento da ordem em nosso país.

Em “O Negrinho” contempla-se a ligação de uma entidade negra com o passado, bem como o período de surgimento, do auge, do fechamento e do ressurgimento de um centro de militância por meio dos atritos existentes na formação dessa entidade.

4.3 “VITÓRIA DA NOITE”

No conto “Vitória da Noite”, os personagens representam a diversidade de pesquisadores da cultura afro-brasileira durante o lançamento do livro de poemas *Vitória da Noite*, de Ednardo Santos, ocorrido em uma noite de setembro, no Lisboa Cultural Clube. Entre eles, destacam-se: Mendes Fontoura, o poeta Vieira, Ednardo Santos,

Maria Inês⁴⁴, Ezequiel Agdebola, Olavo Batista, Célia, Berenice, a pesquisadora de Solano Trindade (apenas mencionada), o porteiro nordestino, a jovem vítima de racismo, o motorista que comete o ato de injúria racial, o deputado federal Leonardo, os estudantes africanos, a declamadora de poemas e o Grupo Negro Universidades (estudantes acadêmicos) e Grupo Palmarinos. Cumpre observar, porém, que o narrador em terceira pessoa centra seu foco em três personagens principais: Mendes Fontoura, Ednardo Santos e Maria Inês.

São três os ambientes retratados na narrativa: o centro de militância negra, o interior do carro de Maria Inês, que se desloca em direção ao apartamento dela, e o próprio apartamento dessa militante. A ação narrativa desenvolve-se na sede do movimento negro (primeira parte); dentro do carro e do apartamento de Maria Inês (segunda); por último (terceira), no Lisboa Cultural Clube e, novamente, no apartamento de Maria Inês. As ações acontecem simultaneamente nas três partes mencionadas.

Predomina, dessa forma, um ambiente fechado (no caso do clube), em que se destaca, em especial, a militância e uma grande quantidade de negros – tanto que o professor Mendes Fontoura sente-se incomodado: “Preferia o ambiente universitário, onde negro era puro conceito, submetido a um bisturi analítico [...]”. (CUTI, 1996, p. 85-86). Além do clube, algumas cenas desenrolam-se, de forma breve, dentro do automóvel e no apartamento de Maria Inês, quando se mescla o tempo cronológico a partir do devaneio etílico de Mendes Fontoura.

O baile, envolvendo a execução de músicas de origem negra e a união de afro-brasileiros, aparece como uma das estratégias utilizadas pela militância para angariar fundos e estimular a negritude. Ele acontece após as atividades culturais de declamação de poemas, do lançamento do livro *Vitória da Noite* e dos discursos sobre a militância negra. Logo, há um primeiro momento destinado à militância e outro ao divertimento dos participantes.

Sucedem-se, assim, duas formas de manutenção dos ideais afrodescendentes, a conservação de uma tradição que prima pelo encontro, pela dança, pela junção da diversão e da arrecadação de fundos e que se tornou convencional entre os militantes negros no Brasil e, antes disso, a oportunidade para a valorização dos costumes da raça,

⁴⁴ Essa personagem possui a capacidade de escolha nos relacionamentos conjugais. O ambiente narrativo de personagens de Cuti é predominantemente masculino. Maria Inês é uma das poucas personagens, inclusive, a única protagonista negra nos três contos analisados.

da exaltação cultural. “O som de um atabaque foi abrindo um espaço. Era o Grupo Palmarinos que iniciava a sua roda de poemas”. (CUTI, 1996, p. 89-90).

Os temas analisados são: a apropriação cultural pelos intelectuais brancos da cultura negra, as formas de militância entre os ativistas afro-brasileiros, as referências aos intelectuais da cultura negra, o lançamento de livros tanto dos afro-brasileiros quanto de brancos, e a embriaguez e o desejo sexual de Mendes Fontoura. Em relação ao primeiro tema analisado, Mendes Fontoura (branco) é um professor universitário especializado em assuntos pertinentes ao negro, com a preferência pelo ambiente universitário ao do ativismo político. A titulação acadêmica legitima um discurso de Mendes Fontoura, pois os títulos universitários permitem-lhe discursar *sobre* um grupo étnico a que não pertence. Esse dado confirma a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indica que, mesmo com as políticas de ações afirmativas que têm ocorrido no Brasil, o percentual de afro-brasileiros com título de doutorado é inferior aos de cor branca⁴⁵.

Embora Mendes Fontoura não seja portador de uma *subjetividade* negra e tenha pouca intimidade com o ambiente da militância, o reconhecimento internacional possibilita-lhe discursar *sobre* a cultura afro-brasileira. Ele é convidado para participar de um encontro em uma associação de cultura negra, em virtude do seu histórico como sociólogo.

“Por mais solidário que seja às mulheres, um homem não vai vivenciar o temor permanente da agressão sexual, assim como um branco não tem acesso à experiência da discriminação racial ou apenas um cadeirante sente cotidianamente as barreiras físicas que dificultam ou impedem seu trânsito pelas cidades”. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 19)

A crítica da apropriação cultural de um grupo étnico é visível porque Mendes Fontoura detém o conhecimento da história dos negros e sente-se apto a discorrer sobre ela. O sentimento dele, nesse ambiente,

⁴⁵ Os dados são do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que foram organizados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Os negros têm menor representatividade conforme aumenta o grau de titulação: eles são apenas 0,11% dos mestres e 0,03% dos doutores.

reflete seu o mal estar e/ou sua falta de jeito, simbolizando uma pessoa deslocada do seu círculo de convívio social. O conflito reside no fato de o professor dedicar-se apenas às pesquisas acadêmicas, ficando restrito ao plano teórico, enquanto que, no centro de militância, as propostas de mudança da estrutura social situam-se no plano prático.

O professor, no conto, encontra-se fora do ambiente acadêmico. Sua participação no evento deve-se ao fato de ser o prefaciador do livro *Vitória da Noite*, de Ednardo Santos. Mendes Fontoura prefere mais o ambiente acadêmico ao da militância, sentindo-se deslocado no meio de tantas pessoas negras. A crítica torna-se visível na inserção de uma pessoa branca no reduto dos negros, ou seja, uma situação recorrente na sociedade brasileira inverte-se, já que normalmente vemos poucos negros em cargos de destaques em uma sociedade dominada por brancos. Florestan Fernandes (1978, p. 251, v. 2) argumenta que o negro: “[...] nas sociedades de elite, quando lhe é permitido o acesso, é obrigado a ficar isolado, não podendo ali se manter”. A sensação do professor é a mesma de muitos afro-brasileiros, que podem sentir-se isolados em alguns ambientes de prestígio social frequentados majoritariamente por brancos.

Diante dele aqueles homens e mulheres provocavam, contudo, um incômodo, uma falta de jeito, um certo tremor nas pernas. Preferia o ambiente universitário, onde o negro era puro conceito, submetido a seu bisturi analítico, o que lhe trazia certo prazer, sobretudo quando se tratava do flagelo dos escravos, a discriminação tripla da mulher negra e mulata e outros temas afins. (CUTI, 1996, p. 85-86)

Mendes Fontoura está embriagado desde o início do conto. Dessa forma, um conflito vislumbra-se com o intelectual nessa situação. A crítica ao triplo deslocamento exhibe-se: o primeiro, um branco no meio dos negros; o segundo, ele está *fora* do ambiente acadêmico; por último, uma referência acadêmica em nível internacional encontra-se bêbado em um evento solene. Desse modo, nota-se a sátira a esse personagem por ele ser mostrado ébrio, enquanto os demais personagens encontram-se sóbrios.

O fato de ministrar cursos, dar palestras (Mendes Fontoura, por exemplo, palestra sobre Zumbi dos Palmares, na Universidade Federal do Ceará), a produção acadêmica de livros e a participação em uma

banca de dissertação demonstram a rotina acadêmica do professor. No conto, Mendes Fontoura está novamente deslocado, pois divide o evento com duas pesquisadoras negras, além de – há uma possibilidade – Abdias do Nascimento. Outra crítica nota-se ao ser mencionado que Mendes Fontoura era o único palestrante branco entre os negros. Assim, a mesma sensação que teve ao ser inserido no centro de militância é reproduzida no evento sobre negritude. Além disso, o professor inveja Abdias do Nascimento – com quem já tivera atritos ideológicos – em razão de seu desejo de também ter uma carreira política.

Não, querida. Tenho muito trabalho neste final de semana. E segunda-feira faço parte de uma banca examinadora.

Tese, doutor? Perguntou Ednardo.

É. Aliás, você deveria comparecer. É sobre Solano Trindade. Uma moça muito consciente a mestranda.

Negra? inquiriu Célia.

Não. Loiríssima. Mas, sabe, pela postura dela, nem parece que é filha de alemães. Progressista a moça! (CUTI, 1996, p. 91)

A crítica maior desse conto reporta ao negro que possui um número reduzido de professores com a titulação de doutorado. Mendes Fontoura e a pesquisadora de Solano Trindade⁴⁶ apresentam estudos produzidos para um grupo étnico diverso do seu. Desse modo, eles apropriam-se da temática da cultura negra para realização de seus estudos. Mais uma vez, os universitários brancos trabalham com a

⁴⁶ Francisco Solano Trindade nasceu em 24 de julho de 1908, no bairro de São José, em Recife. Solano Trindade fundou, junto com Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, em 1944. Cinco anos mais tarde, ele inaugura ao lado da esposa e do sociólogo Edison Carneiro (1912-1972), o Teatro Popular Brasileiro (TPB), que contava com um elenco formado por domésticas e operários. Os espetáculos de canto e dança apresentados pelo TPB foram levados a vários países da Europa. Ele termina seus dias pobre e esquecido numa clínica no Rio de Janeiro, onde faleceu vítima de pneumonia, em 1974. O escritor publicou *Poemas Negros* (1936), *Poemas de uma vida simples* (1944), *Seis tempos de poesia* (1958) e *Cantares ao meu povo* (1961). Nesses livros é contemplada a condição do afro-brasileiro e destacam-se os contrastes existentes na sociedade brasileira. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/129/dados1.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

temática da identidade negra no ambiente acadêmico, enquanto aos afro-brasileiros resta apenas no espaço da militância. Portanto, Mendes Fontoura costuma participar de eventos acadêmicos rodeado de pessoas brancas, sendo isso a provável razão do repúdio do professor ao evento com palestrantes negros.

O poeta Ednardo Santos questiona-se sobre o interesse de algumas pessoas brancas quanto à temática do racismo, da discriminação racial e da exclusão do negro: “[...] **Por que certos brancos** (e incluía o professor Mendes) **intelectuais tanto defendem o negro?**” (CUTI, 1996, p. 91). Logo, essa pergunta reflete a dificuldade de acesso do negro ao sistema universitário e, conseqüentemente, do desenvolvimento de pesquisas sobre a temática racial pelos próprios negros.

O segundo tema analisado refere-se às formas de militância entre os ativistas afro-brasileiros. Desse modo, foca-se em Maria Inês, no poeta Vieira, em Ednardo Santos, em Ezequiel Agdebola, no Grupo Negro Universidades e no Grupo Palmarinos. Em relação a Maria Inês, ela é uma mulher negra militante, solteira, 44 anos de idade, governanta de uma família tradicional, com independência financeira, apartamento próprio e possui um relacionamento não oficializado com o professor Mendes Fontoura.

Essa personagem é responsável pela recepção do professor Mendes Fontoura no Lisboa Cultural Clube e por conduzi-lo até o apartamento dela devido à embriaguez. Uma das formas de Maria Inês assumir sua negritude, além da militância, é através de seu cabelo. Ele caracteriza-se como um traço corpóreo que demarca o pertencer ao grupo afro-brasileiro. Assim, os cabelos significam a afirmação ou a negação de um traço da identidade, de tal modo que o fato de Maria Inês não alisá-los expressa a afirmação de sua negritude, além do distanciamento de um ideal de brancura.

Oh, Maria Inês!... Como vai?

É, Ednardo, agora ela está assumindo a identidade da raça. Não alisa mais o cabelo. Ficou melhor, não ficou? adiantou-se o mestre, fingindo um entusiasmo.

Maria Inês riu um pouco sem jeito. (CUTI, 1996, p. 90)

O alisamento do cabelo é um processo no qual as mulheres negras podem mudar a sua aparência para imitar a dos brancos. Durante

os anos de 1960, os negros trabalhavam ativamente para criticar, desafiar e combater o racismo, bem como assinalavam a obsessão dos negros com o cabelo liso, reflexo de uma mentalidade colonizada. Naquele momento, em que os penteados afros, principalmente o *black*, entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista, isso foi considerado uma celebração da condição do (a) negro (a).

“O discurso da militância negra em torno do cabelo é basicamente contestatório e pretende a destruição de imagem dual construída na sociedade ocidental. Nela, o negro encontra-se associado à feiúra, à burrice, à sujeira, etc., em contraposição ao branco, visto como bom, belo e justo. O discurso do movimento negro, portanto, propõe uma inversão simbólica. Na perspectiva do movimento negro, a marca do negro, antes submetido a um processo de manipulação, visando ao embranquecimento, torna-se determinante na construção da identidade negra”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 249)

Além de Maria Inês, nesse ambiente também se encontra o pensador africano Ezequiel Agdebola, da Nigéria, um doutor na área dos estudos africanos. Vale recordar que, em contexto mundial, aquele país possui o maior contingente populacional de negros, além de ter sido local de origem de muitos dos escravos trazidos da África no período colonial brasileiro. O contato com discentes bolsistas ou estudiosos originários do continente africano acontece para trocas interculturais, tanto no âmbito de estudos quanto no de estratégias para a militância.

O poeta Vieira, com o dom da oratória, a exemplo do professor, também almeja uma carreira política como vereador, com vistas a estabelecer uma articulação entre o espaço da militância e o da política, uma vez que Abdias do Nascimento representa um exemplo bem-sucedido desse modo de atuação. Ele milita no Lisboa Cultural Clube, reverencia Zumbi dos Palmares e revela para os frequentadores desse clube um caso de racismo acontecido em outro famoso clube da cidade.

A participação na política é de extrema importância para corrigir os “erros” do passado, como a omissão por direitos e o estabelecimento da soberania de um país marcado pela diversidade. Com representantes políticos identificados com as pautas dos afro-brasileiros estabelece-se uma conexão entre o movimento negro e a criação de leis, por exemplo,

para criminalizar a prática de injúria e/ou de discriminação racial, bem como a elaboração de políticas públicas afirmativas. Logo, a luta do cidadão negro tem sido contínua na conquista de seu espaço de direito na sociedade, por igualdade e justiça em um país regido pela democracia. Florestan Fernandes (1978, p. 71-72, v. 2) apresenta algumas dessas questões através do depoimento de um representante do movimento negro.

“Nós precisamos ter representantes nas Assembleias, porque, senão, não teremos meios para sustentar organizações que trabalhem pelo levantamento econômico e cultural do negro, pois a nossa gente é toda pobre e os que melhoram de vida não querem mais ter relações com os negros”. [...].

Ednardo Santos é o militante negro que lança o livro *Vitória da Noite* no encontro do Lisboa Cultural Clube. Ednardo Santos gosta de bossa nova, segue a religião protestante e desaprova a apresentação do Grupo Palmarinos, com sons percussivos, além de considerar ofensiva a leitura de poemas ao som dos instrumentos de percussão. Em relação ao grupo, Ednardo Santos sente que a leitura de poemas e o som dos atabaques “[...] e chocalhos davam-lhe nos nervos, agrediam a sua formação musical erudita e sua religião protestante, ainda que, esta, um tanto frouxa e, aquela, descontraída pela bossa nova”. (CUTI, 1996, p. 90). Em outro momento, ele realiza a leitura de um poema próprio intitulado **O início trágico da raça...** sobre a história bíblica de Cam⁴⁷.

Em outro trecho do conto lemos:

“Doutor Mendes...
Pode falar, meu filho.

⁴⁷ Após o dilúvio que deu fim ao caos em que se encontrava a humanidade, os filhos de Noé: Cham, Sem e Jafé, foram os responsáveis por repovoar a terra com seus descendentes. Cada um cuidou de repovoar cada continente dos três conhecidos no Velho Mundo. Sem repovoou a Ásia, Jafé a Europa e Cham a África. O fato que justificou a inferioridade dos africanos foi uma passagem bíblica em que Cham, seu filho Canaã e toda sua descendência foram amaldiçoados por Noé. Essa citação localiza-se no artigo, “Uma abordagem conceitual das noções de raça e racismo, identidade e etnia”, de Kabengele Munanga. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

É o seguinte: o senhor sabe que está chegando novembro... E o Grupo Universidades Unidas pretende realizar várias atividades próximas ao Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. O professor começou a ser afetado pela veemência com que o rapaz passara a expressar-se”. (CUTI, 1996, p. 87)

Esse jovem representa uma vertente dos militantes e dos estudiosos sobre a cultura afro-brasileira no ambiente acadêmico. Tal grupo constitui-se como um espaço que busca a efetiva cidadania da juventude negra, o acesso ao ensino superior de qualidade e a representação de negros na universidade. Diferentemente do Grupo Palmarinos, que realiza uma apresentação artística com declamação de poemas ao som de instrumentos percussivos, ou seja, a militância através da arte.

O Grupo Palmarinos utiliza uma parte do tempo destinado ao lançamento do livro de Ednardo Santos, recaindo o foco das atenções sobre o grupo artístico. A cena parece sinalizar a disputa de egos entre Mendes Fontoura, Ednardo Santos, o poeta Vieira e o Grupo Palmarinos, pois cada um desses personagens ou o grupo tem o seu momento de destaque na narrativa – mesmo assim, um deseja sobressair-se ao outro. Logo, essa disputa aponta para os conflitos ocorridos entre os participantes e não participantes do ativismo negro no centro da mesma militância.

O terceiro tema diz respeito à referência a personalidades da cultura negra. Entre eles, destacam-se: Zumbi dos Palmares, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Neuza Souza Santos, Solano Trindade e Carlos Assumpção. Esse dado é interessante por resgatar personagens reais da cultura afro-brasileira, sendo que se traz para o espaço da literatura exemplos de militantes e escritores que têm influenciado a cultura negra na luta antirracista. Logo, essa mescla de personagens reais e ficcionais demonstra a valorização da identificação com a memória afro-brasileira.

Zumbi dos Palmares é o maior expoente da resistência afro-brasileira na época do Brasil Colônia. Ele colaborou para o combate contra a condição dos cativos por meio de núcleos de resistência desde o princípio da colonização, no século XVI. Daquele período, destaca-se o Quilombo dos Palmares, no qual escravos de um engenho pernambucano, rebelados, refugiaram-se na Serra da Barriga, na região conhecida como Palmares, onde organizaram um quilombo no final do

século XVI. Zumbi dos Palmares possui papel de protagonista daquele território, sendo a data da sua morte declarada o Dia Nacional da Consciência Negra. No conto, justamente nessa data, será realizado um evento sobre a cultura negra, na Universidade Federal do Ceará (UFC).

“E nesse sentido, além de uma manifestação que a gente pretende realizar com os africanos bolsistas, vamos fazer um ciclo de palestras. Já convidamos a historiadora negra, Beatriz do Nascimento, a psicóloga, também negra, Neuza Souza Santos e, para o time de alto nível, gostaríamos de contar com a sua presença. Será que é possível?” (CUTI, 1996, p. 87)

Para o evento estudantil, os intelectuais que confirmam presença são Beatriz Nascimento⁴⁸ e Neuza Souza Santos⁴⁹, além de os organizadores estarem: “[...] *fazendo o possível para trazer o deputado*

⁴⁸ Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju-SE, em 12 de julho de 1942. Ela e seus dez irmãos migraram com a família para o Rio de Janeiro na década de 1950. Aos 28 anos, iniciou o curso de graduação em História, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), formando-se em 1971. Concluiu a pós-graduação *lato sensu* em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa Sistemas alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas, em 1981. Seu trabalho mais conhecido e de maior circulação foi o filme *Óri* (1989), com roteiro de sua autoria, dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. O filme, narrado pela própria Maria Beatriz Nascimento, apresenta sua trajetória pessoal como forma de abordar a comunidade negra em sua relação com o tempo, o espaço e a ancestralidade, emblematicamente representados na ideia de quilombo. Maria Beatriz fazia mestrado em comunicação social na UFRJ, sob orientação de Muniz Sodré, quando sua trajetória foi brutalmente interrompida. A militante foi assassinada ao defender uma amiga do companheiro desta última. Faleceu em 28 de janeiro de 1995, no Rio de Janeiro, e deixou uma filha. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/mariabeatriz>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

⁴⁹ Neuza Souza Santos nasceu na Bahia, em 30 de março de 1948. Ela militou contra o preconceito e pela igualdade racial no país desde a década de 1980. Psicanalista de formação, escreveu artigos, crônicas e livros. Entre seus escritos destaca-se o estudo de caso publicado em forma de livro *Tornar-se Negro* (1982). Nesse livro demonstra-se como o negro é subjugado em uma estrutura para ele desfavorável, através de categorias psicanalíticas. Ela faleceu em 20 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=3166&lang=fr>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

federal Abdias do Nascimento”. (CUTI, 1996, p. 87). A articulação do ambiente da militância traz o nome desses três personagens consagrados dentro do ativismo social no Brasil. Dessa maneira, percebe-se a presença de intelectuais negros (tanto do homem quanto da mulher) que contribuem com perspectivas diferentes sobre a experiência do negro, bem como a visão *a partir* do (a) afro-brasileiro (a) como produtor de um conhecimento no âmbito da militância ou da academia.

O nome de Abdias do Nascimento, que foi deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de 1983 e 1987, trouxe certo desconforto a Mendes Fontoura, porque suas aspirações políticas foram inviabilizadas devido a seu acanhamento. Cumpre lembrar que Abdias do Nascimento foi um militante e um acadêmico que, a partir das experiências com a cultura popular negra, levou tais experiências para o estudo no âmbito universitário e para a implementação de políticas públicas, sendo que Mendes Fontoura é um intelectual estritamente acadêmico, sem o devido desenvolvimento de uma carreira de ativista e/ou de político.

Em relação a Solano Trindade, destaca-se que ele é o tema de uma pesquisa acadêmica cuja defesa contará com Mendes Fontoura na banca de avaliação. A figura de Solano Trindade constitui-se em verdadeiro ícone no campo da literatura afro-brasileira. Sua atuação como poeta e agitador cultural destacou-se no momento em que os brasileiros remanescentes de africanos incrementavam as lutas em prol de sua afirmação identitária, inclusive, através de organizações de cunho social e político. Envolvido com o pensamento de esquerda, o autor construiu uma obra em que o fator econômico e as desigualdades sociais são abordados em relação íntima com as questões de raça e cor.

É relevante observar que a poesia desse autor não se volta para a cultura do povo de modo abrangente, mas se dedica de maneira muito especial, e até mesmo militante, à cultura afro-brasileira. O poeta “fala” de dentro dessa cultura, ou seja, o *eu lírico* é um *eu* que se quer e se vê como negro. Assim sendo, a experiência poética desenvolve-se a partir de um ideal de justiça e liberdade, ainda distante de ser conquistado pelo segmento popular e negro. Os poemas de Solano Trindade recorrem à memória e à história dos afrodescendentes, a poetizar fatos de injustiça e a falta de liberdade do negro. No conto, além do destaque dado ao poeta Solano Trindade, parte de um famoso poema de outro poeta negro é citada:

“Senhores,
Eu fui enviado ao mundo para protestar

Mentiras, ouropéis,
 Nada, nada me fará calar...” (CUTI, 1996,
 p. 96)

Essa segunda estrofe do poema “Protesto” de Carlos Assumpção⁵⁰ é mencionada quando Ednardo Santos conversa com o deputado federal Leonardo. O poema carrega em suas palavras um símbolo de força, recontando a história do negro a partir de seu próprio ponto de vista. Os militantes negros mencionados, cada um em seu tempo, contribuíram para a cultura afro-brasileira, seja por meio das artes e/ou dos estudos acadêmicos.

O quarto tema analisado é o lançamento de livros, tanto dos afro-brasileiros quanto de brancos. No encontro que se realiza na agremiação tem-se o lançamento do livro *Vitória da Noite*, além de comentários sobre os livros (acadêmicos e um de poesia) publicados pelo professor Mendes Fontoura. Duas vertentes de escritores são apresentadas: uma pelo escritor negro Ednardo Santos e outra pelo professor Mendes Fontoura.

Esse evento caracteriza-se como um encontro de artistas afro-brasileiros, cujo objetivo é a divulgação de seus trabalhos. Dessa forma, a cultura afro-brasileira ganha um caráter de ativismo com o lançamento do livro e da realização do sarau. Ednardo Santos obteve sucesso com o lançamento do livro (financiado por ele próprio) e a seção de autógrafos, sendo que, para ter maior prestígio com a publicação, convocou o intelectual branco (Mendes Fontoura) para a realização do prefácio do livro, – isso para que o *Vitória da Noite* tivesse a legitimidade e/ou passasse pelo crivo de um pensador acadêmico. Sobre a dificuldade de acesso dos membros da comunidade negra, entre outros grupos marginalizados, às esferas da produção cultural, Regina Dalcastagné (2005, p. 20) destaca:

⁵⁰ Carlos de Assumpção nasceu em Tietê, São Paulo, em 23 de maio de 1927. Ele é autor do poema “Protesto”, com o qual ganhou o primeiro lugar no Concurso de Poesia Falada, de Araraquara, em 1982. Tal poema marcou época e simbolizou a ascensão e as reivindicações da intelectualidade negra do estado de São Paulo. Esse escritor tornou-se referência obrigatória para as novas gerações e foi, ainda, incluído em diversas antologias em inglês, francês e alemão. O poema é considerado o Hino Nacional da luta da Consciência Negra Afro-Brasileira. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/39/dados1.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

“É claro que a exclusão de determinados grupos não é algo exclusivo do campo literário. As classes populares, as mulheres, os negros possuem maiores dificuldades para acesso a todas as esferas de produção discursiva: estão sub-representados no parlamento (e na política como um todo), na mídia, no ambiente acadêmico. O que não é uma coincidência, mas um índice poderoso de sua subalternidade”.

Os afro-brasileiros, bem como outros grupos marginalizados – tais como as mulheres, os homossexuais e os índios –, além de uma sub-representação na narrativa do cânone literário, também possuem dificuldades para lançarem-se escritores. Com a publicação do *Vitória da Noite*, Ednardo Santos torna-se um dos poucos escritores negros a ter um livro lançado. Devido ao sucesso desse livro, ele “Inquietou-se com o dinheiro e cheques no bolso, resultado do lançamento, pois fora uma edição por ele financiada”. (CUTI, 1996, p. 98). Diferentemente de Mendes Fontoura, que lança livros em livrarias e congressos acadêmicos, Ednardo Santos fica restrito ao ambiente da militância.

Em contraposição ao quadro acima, as características mais comuns do escritor da literatura contemporânea podem ser observados a partir do doutor Mendes Fontoura. Ele é branco, professor universitário, tem mais de quarenta anos de idade, é de classe média e reside em uma grande cidade. Além disso, conta com subsídios de instituições públicas e com a participação de editoras para o lançamento de livros e de artigos sobre a temática da negritude. Essas características correspondem à observação feita por Regina Dalcastagnè (2005, p. 15), ao afirmar que: “Os lugares de fala no interior da narrativa também são monopolizados pelos homens brancos, sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos, de classe média...”

O quinto tema refere-se à embriaguez e ao desejo sexual de Mendes Fontoura. O sociólogo já chegou alcoolizado no Lisboa Cultural Clube: “Ele estava há duas pingas e três cervejas”. (CUTI, 1996, p. 85). Na proporção que o lançamento do livro avança, Mendes Fontoura fica cada vez mais embriagado, a ponto de perceber que havia chegado “[...] a hora de ir com a acentuação de sua embriaguez, acompanhado de devaneios eróticos”. (CUTI, 1996, 91). Os devaneios eróticos do protagonista aumentam na mesma proporção da bebedeira, sendo que o álcool indica a origem da desordem e dos problemas ocasionados por aquele personagem.

Quando Maria Inês vai ao banho, Mendes Fontoura tem um devaneio onde imagina ter uma relação sexual com ela (no momento em que estava no carro, ele já tivera o impulso de acariciar suas coxas). O efeito do álcool induz Mendes Fontoura, que já tivera um distúrbio hepático anterior, à dependência, e o alcoolismo é justamente um de seus conflitos internos. O motivo para a ida até a casa de Maria Inês foram os devaneios eróticos tidos ainda no lançamento do livro na associação.

“Ela, com uma calcinha vermelha sob pegnoir [sic] róseo, chegou flutuando num tapete de plumas. Os cabelos longos e esvoaçantes. Aproximou-se e alisou o enorme pênis de Fontoura. Já estando nua, dançou o Cravo Bem Temperado, de Bach, num exuberante estilo indiano”. (CUTI, 1996, p. 95)

Mendes Fontoura não conseguiu relacionar-se sexualmente com Maria Inês, sendo que ele realiza o ato apenas no plano da imaginação. Desse modo, o intelectual com reconhecimento internacional não alcança o sucesso esperado no âmbito do relacionamento afetivo, inclusive, ele perde a oportunidade de uma aproximação com Maria Inês pelo excesso de álcool ingerido. “Sem agradecer, o mestre entrou no elevador com o **Vitória da Noite** no sovaco e a sensação de esperma escorrendo”. (CUTI, 1996, p. 100). Assim, Mendes Fontoura tem desejos reprimidos, os quais se materializam através dos sonhos eróticos, já que no plano real existe a reduzida possibilidade do relacionamento sexual com Maria Inês.

Maria Inês tem um histórico de poucos relacionamentos afetivos⁵¹, sendo Mendes Fontoura ironizado por: “[...] outra Maria Inês que, atrás dos restos de sonho, trajava calcinha vermelha sobre um cinto de castidade”. (CUTI, 1996, p. 100). Do mesmo modo que Maria Inês dificilmente se relaciona como Mendes Fontoura ou qualquer outro personagem na narrativa, o professor universitário também parece

⁵¹ O significado do nome dessa personagem indica a pouca quantidade de parceiros afetivos e/ou relacionamentos sexuais. Maria Inês significa “senhora soberana pura”, “vidente casta” ou “a pura”. Maria Inês. In: *Dicionário de Nomes Próprios*. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/maria-ines/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

desajustado devido à ambiguidade do nome⁵². Existe o conflito pela disputa do relacionamento de Maria Inês, pois ela não assume oficialmente o professor Mendes Fontoura como namorado, dado que o intuito de Ednardo Santos é a do relacionamento afetivo. Desse modo, acredito que não se trata de um triângulo amoroso, apenas indica os pretendentes para um provável relacionamento com Maria Inês.

Para finalizar, o negro zomba do branco devido ao seu desajuste, com a paródia de Maria Inês em uma situação do cotidiano. Em contos analisados anteriormente, o afro-brasileiro é o causador da desordem, através da junção de um número significativo de negros com o intuito de debate e/ou da apropriação dos seus valores culturais. A inversão torna-se visível na ridicularização do professor Mendes Fontoura, sendo que o causador da desordem é uma pessoa branca em “Vitória da Noite”.

É preciso notar, ainda, que o título do conto e do livro cujo lançamento realiza-se é “Vitória da Noite”. Na articulação metafórica desse espaço de narrativa questiona-se: que vitória? Que noite? Enfim, venceu a noite, representada pelo baile que desalojou a festa de lançamento? Venceu a noite em que o poeta Ednardo Santos, afinal, quis dar-se nos braços de Maria Inês? A noite de bebedeira venceu o intelectual pretensioso e impotente? Ou a vitória é da “raça”, metaforicamente, na noite? Na verdade, o plano da intelectualidade é inteiramente descentrado, seja do professor, que não está no ambiente acadêmico e bêbado, ou do poeta, vencido pelo baile.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Negros em Contos* os conflitos internos, as tensões e as contradições dos afro-brasileiros são acompanhados pela percepção recorrente dos negros associados à desordem e/ou à bagunça, quando se unem para discutir questões que envolvem a negritude. O sistema escravagista acabou no Brasil, mas os personagens ainda estão em busca

⁵² Mendes significa “filho de Mendo” ou “filho do sacrifício total”. Mendes é um sobrenome que surgiu na Península Ibérica, sendo classificado pela onomástica como um patronímico, ou seja, originado a partir do nome próprio de um antepassado. Mendes. In: *Dicionário de Nomes Próprios*. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/mendes/>>. Fontoura: fonte de ouro. Fontoura. In: *Dicionário de Nomes Próprios*. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/fontoura/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

da liberdade – seja para militar, para promover um baile na associação negra ou, simplesmente, para terem o direito de transitar livremente pelas ruas.

A presença da polícia militar, em muitos casos, serve para reestabelecer a ordem perturbada pelo negro. Desse modo, a carteira de identidade e/ou o alvará de licença são condições de liberdade, já que esses documentos demonstram a licença dada pela sociedade branca ao negro. Os negros são vigiados a fim de verificar-se se eles estão submetidos à ordem. Caso contrário, revistas policiais e/ou o fechamento de uma entidade negra são decretadas pelos policiais.

O álcool indica a geração de atritos entre as pessoas, sendo que ele serve tanto para sugerir um ambiente marcado pela *finesse*, pela elegância, como para desonrar uma pessoa negra. Ele sugere ainda a ideia de desordem e de alienação, condição a que a comunidade negra parece estar submetida. O desequilíbrio emocional é apontado ao utilizar-se o álcool como um elemento que origina a desordem. Logo, as tensões são intergrupais e relativas ao negro, pois os personagens possuem divergências ideológicas, expressadas por meio de atritos, de brigas e/ou de discussões.

A presença de referências aos afro-brasileiros está presente através de datas comemorativas e nomes de intelectuais reais dessa cultura. A data de 13 de maio e 20 de novembro são mencionadas no conto “Negrinho” com o intuito de afirmação da negritude, sendo que ainda aparece a citação à Zumbi dos Palmares. Os nomes de Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Neuza Souza Santos, Carlos Assumpção e Solano Trindade, bem como o dia da consciência negra aparecem em “Vitória da Noite”.

A militância negra torna-se presente ao discutir a participação ou o desprezo dos afro-brasileiros em relação ao movimento negro. Os ativistas anseiam desconstruir os estereótipos atribuídos ao negro, especialmente relativos aos traços físicos: a cor e o cabelo avantajado. Já as religiões de matrizes afro-brasileiras e os ritmos musicais são destinados a demonstrar que os negros oferecem uma significativa contribuição à cultura brasileira.

Nos contos analisados, demonstram-se os conflitos de personagens pertencentes às classes sociais menos favorecidas, que possuem escassas expectativas de crescimento pessoal e profissional. Neste sentido, o livro de Cuti, um legítimo representante literário dos grupos afro-brasileiros, corrobora e atualiza, pelo discurso ficcional, o que discursos de outra ordem já vinham apontando, ou seja, que o modo

pela qual se deu a abolição da escravatura no país deixou os negros entregues à própria sorte.

O conflito interno dos personagens negros percebe-se na medida em que eles aderem ou desaprovam a militância, pois a proximidade com o movimento negro possibilita a tais personagens entrarem em contato com a sua história, assumirem a sua negritude e/ou acreditarem que esse movimento gera uma melhor condição socioeconômica para os afro-brasileiros. Em contraposição a esse pensamento, há os afro-brasileiros desligados do ativismo, pois desacreditam, desconhecem ou não querem envolver-se com esse tipo de militância.

Pelo cotidiano desses personagens, notam-se os conflitos internos, as tensões e as contradições que os negros enfrentam na cidade de São Paulo. Esses contornos tornam-se evidentes na exposição dos personagens em centros de ativismo social ou em seus ambientes profissionais. O próprio negro brasileiro não se entende com as pessoas da agremiação negra. A desunião de alguns dos personagens dos contos destacados reflete a condição dos negros na sociedade brasileira que, embora pertencentes à mesma agremiação negra, possuem sérias divergências.

Cuti busca romper com as representações que inferiorizam os negros e a sua cultura. Esse escritor associa-se aos movimentos de afirmação do negro, a partir do conhecimento das dificuldades de ascensão educacional e econômica. Tal preocupação ganha pertinência quando traz para o universo da criação literária também personagens reais, que têm militado para a construção positiva dessa identidade.

5. CONCLUSÕES

O movimento negro brasileiro passou por um processo de institucionalização jamais visto em sua história. Nesta dissertação, levantaram-se as evidências flagrantes desse processo, o qual se verifica de forma mais marcante na década de 1990, mas já gestado, desde os anos de 1980, com a abertura democrática do país, que, em certa medida, possibilitou a profissionalização e a especialização dos ativistas, bem como a formalização e a burocratização das entidades. Muitas destas tornaram-se, aos poucos, associações civis formalmente mais complexas, cujo modelo exemplar é o de organização não governamental.

Se o ambiente de contestação social dos anos de 1970 favoreceu o surgimento da mobilização negra, o crescimento e a diferenciação do movimento dependeram, dentre outras coisas, do modo como os ativistas relacionaram-se com o Estado, com outras instituições civis (Igreja, partidos, imprensa e ONGs) e com os demais movimentos, especialmente o feminista e o sindical. Tão importante quanto isso foi o ambiente internacional, que ofereceu incentivos políticos e econômicos para a luta antirracista do país, assim como conferências internacionais promovidas pela ONU.

Um dos elementos que distingue a forma organizativa contemporânea da antiga é o modo pelo qual as entidades têm acesso aos recursos econômicos. Antes, as organizações negras possuíam bases materiais mais frágeis, pois dependiam quase que exclusivamente de donativos dos seus filiados, exigindo esforços para arregimentar o maior número possível de pessoas. A entidade mais expressiva da primeira metade do século XX, a Frente Negra Brasileira, mantinha-se basicamente dos recursos oriundos das mensalidades dos associados e das contribuições de delegações (núcleos que representavam a entidade nas cidades do interior e de outros Estados).

Além das doações dos filiados, as associações negras valiam-se das redes de solidariedade, fomentadas e estabelecidas ao longo da trajetória da militância política. Essas redes eram construídas com pessoas que gozavam de autoridade local ou de posições econômicas mais influentes, como profissionais liberais (médicos, advogados, contadores, professores, engenheiros) ou ainda com aquelas que galgavam algum *status* político. Tanto os simpatizantes como os militantes ilustres da organização são fundamentais para mobilizar recursos materiais utilizados nos trabalhos desenvolvidos pelas entidades. Essa foi, por exemplo, a forma encontrada pela União dos

Homens de Cor, uma organização emergente no pós-guerra, que se utilizava da influência de suas lideranças e do respeito que conquistou para estruturar sua ação coletiva.

Outra estratégia para manter atividades organizacionais era a promoção de eventos, gincanas, desfiles, cursos, com vistas a arrecadar alguma soma em dinheiro para a subsistência dos projetos que realizavam. A venda de jornais ou boletins informativos também foi uma forma de obter fundos, a fim de cobrir os custos básicos das suas atividades políticas e sociais.

As organizações negras existentes na década da redemocratização, em alguma medida, recorreram a essas formas de mobilização de recursos. Isto é, também se valeram das redes pessoais e influências de suas lideranças para a estruturação. Assim, a formação de grupos e de associações dependeu de contatos ou inserção que tinham em sindicatos, centros religiosos, universidades, clubes, igrejas, partidos, dentre outros. Somente no final dos anos de 1980 esse quadro começou a sofrer as transformações que moldariam o perfil do ativismo negro contemporâneo.

A partir dos contos analisados ao longo da dissertação torna-se evidente a preocupação do autor com a temática da identidade negra na sociedade brasileira. Por meio de um histórico de militância do próprio escritor, que o levou a uma sólida formação acadêmica, nota-se que esse intelectual desde o princípio preocupou-se com a temática de formação de associações do movimento negro, já demonstrado em seu primeiro livro de contos, *Quizila*. Esse caráter de contestação reflete o contexto brasileiro, onde as organizações sociais e o surgimento de partidos políticos afloraram no processo de redemocratização do País, após o período da ditadura militar. Os personagens inseridos nos contos apresentam os conflitos internos, as contradições e as tensões inerentes às pessoas que frequentam esses ambientes.

Na sequência, com o lançamento do segundo livro, *Negros em Contos*, percebe-se que o autor continua interessado nessa temática do ativismo, bem como traz para o seio das narrativas personagens considerados marginalizados pela sociedade brasileira. Alguns traços podem ser destacados em relação à escrita de Cuti nesses contos. O primeiro deles remete aos problemas enfrentados pelos afro-brasileiros em uma sociedade dominada pelos brancos. Em segundo lugar, esse escritor apresenta a subjetividade do negro no Brasil, desse modo, por meio de um mosaico de personagens exibidos percebem-se nas narrativas problemas enfrentados pela maioria dos brasileiros, tais

como: desemprego, analfabetismo, desigualdade social, violência, racismo, dificuldades financeiras e exclusão social.

A continuação de uma tradição anterior é evidente na literatura de Cuti, pois escritores como Maria Firmina dos Reis, Castro Alves, Cruz e Sousa, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus (destacados os mais importantes) já vinham desenvolvendo e inserindo questões afro-brasileiras em suas obras a partir da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, esse escritor colabora com os grupos *Cadernos Negros* e Quilombhoje Literatura, os quais continuam a denunciar a discriminação racial, o racismo e a segregação de gênero na sociedade brasileira. Por isso, essa tradição iniciada em tempos passados é perpetuada por esse escritor e reatualizada no contexto de lançamento de cada um de seus livros.

Os contos de Cuti indicam uma autocrítica dos integrantes do movimento negro. Ela implica na análise de seus atos, da sua maneira de ação, dos equívocos cometidos e das possibilidades de elaboração de uma autocorreção. Esse mecanismo é inerente ao processo de autoconhecimento – o ser conhece a si mesmo, identifica seus pontos fortes e/ou fracos e suas potencialidades.

Assim, da mesma forma que é possível pensar na democratização da sociedade, incluindo novas vozes e mesmo presenças na política, na mídia, nas universidades, pode-se imaginar a democratização da literatura. A inclusão no campo literário, talvez ainda mais do que nos outros, é uma questão de legitimidade. Logo, Cuti anseia à visibilidade dos afro-brasileiros excluídos, com o intuito de denunciar um sentido histórico único.

Têm-se, dessa forma, os contos de Cuti como uma forma de expressão discursiva do universo afrodescendente no Brasil contemporâneo, o qual tem se mostrado tão afeito à intolerância. O autor de Ourinhos apresenta os seus personagens com voz e vez para questionar o *status quo*, sem que percam a sua essência, a humanidade que lhes é característica e, em virtude disso, expressem os seus dramas internos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2013.

BARBOSA, Muryatan Santana. *Subaltern Studies: Pós-colonialismo e Desconstrução*. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/muryatan_santana_barbosa.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERND, Zilé. *Poesia negra brasileira: antologia*. Porto Alegre: AGE: IEL: IGEL, 1992.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 108-115, 1997. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2276/1630>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2a ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da USP, 1987.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CAVALCANTE, Francys Carla Arraiz Lindoso. Literatura afro-brasileira: um processo de afirmação identitária e de resistência negra na poesia de Cuti. São Paulo, *Opiniões*, ano 6, n. 10, p. 86-102, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/122432/129555>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca produções Culturais Ltda, 1999.

CUTI [Luiz Silva]. *Literatura Negro-Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

CUTI [Luiz Silva]. *Negros em Contos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1996.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123/1687>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 31, p. 87-110, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/luiz/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/fontoura/>>. Acesso em: 12 jan. 2018

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/maria-ines/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Matosinos: 7Graus. 2008-2017. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/mendes/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. São Paulo: Editora Melhoramentos. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=per%C3%A0spirito>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DICIONÁRIO do Aurélio online. Curitiba: Positivo, 2008-2017. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/quizila>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, vol.12, n. 23. 2002. p. 100-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 5 de mai. 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, jan-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/2137/2707>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 31, p. 11-23, jan./jun. 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Jose%20Ari/Downloads/Dialnet-LiteraturaAfrobrasileira-4846151.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura e Afro-descendência*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. *Navegações*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787/10936>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 4 v.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Melânia Nobrega Pereira de. *Negro no plural: um estudo de caso sobre a construção identitária de negros militantes e não-militantes em Campina Grande/PB* (dissertação). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Mestrado em Pós-Graduação em Antropologia). Recife, 2004.

Disponível em:

<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/877/arquivo4385_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jan. 2018.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Religião e sociedade: religiões de matriz africana, um caso de polícia. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão social e desenvolvimento no século XXI. São Luís: UFMA/CCSO/PPGPP, 2007. p. 01-08. Disponível em:

<<http://docplayer.com.br/16647725-Religiao-e-sociedade-religoes-de-matriz-africana-no-brasil-um-caso-de-policia.html>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. *Raça novas perspectivas antropológicas*. Salvador, 2 ed. rev. 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2e_d_RI.pdf_.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

FILHO, Domício Proença. A trajetória do negro na literatura Brasileira. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850.pdf>>. Acesso em: 1º jan. 2017.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. *Imagens do negro na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FREITAS, Décio. *Escravos e senhores-de-escravos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Univ. de Caxias do Sul, 1977. 137p. (Coleção Chronos).

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

GÓES, Weber Lopes. Genocídio da juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidade. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*. São Paulo, n. 44, p. 23-25, abr. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n44/n44a07.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB* (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34. 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

OLIVEIRA Luiz Henrique Silva de. *A representação do negro nas poesias de Castro Alves e de [Luiz Silva] Cuti: de objeto a sujeito*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em

Letras/Estudos Literários. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EC-AP-74CNWE/a_representacao_do_negro_nas_poeticas_de_castro_alves_e_cu_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro, ação política e as transformações sociais no Brasil contemporâneo. *Política & Sociedade (Online)*, v. 13, p. 105-124, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p105/28902>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PEREIRA, Amílcar Araujo. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)* (tese). Niterói, Universidade Federal Fluminense, (Doutorado em Pós-Graduação em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. “Panorama da Literatura Afro-Brasileira”. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n. 52, p. 223-238, sep./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a15v1852.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Roger Bastide, Professor da Universidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n.22, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/23.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

ROSSO, Donete Simoni. *Do rap aos “Contos Crespos”, de Luiz Silva (Cuti): a voz da resistência em sala de aula*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras. Mestrado profissional em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

Disponível em:

<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/956/1/Donete_%20Rosso.pdf>.

Acesso em: 25 fev. 2018.

SAYERS, Raymond S. *O negro na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

SARTESCHI, Rosângela. Caminhos da Resistência Literária em Seis Poetas Negros Contemporâneos Brasileiros. São Paulo: *Via Atlântica*, n. 27, p. 383-397, jun. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/99824/107108>>.

Acesso em: 4 abr. 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SILVA, Emerson de Paula. O Teatro Negro como fonte de memória e identidade afro-descendente: análise da peça *Transegun*, de Cuti. Florianópolis/SC, *Urdimento*, v.1, n.24, p. 72-91, jul. 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/36546771-Transegun-de-cuti-o-teatro-negro-como-fonte-de-memoria-e-identidade-afro-descendente-analise-da-peca.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SILVA, Mozart Linhares da, TRAPP, Rafael Pettry. Movimento Negro e Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo (1978-2010). *Revista Jovem Pesquisador*, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98. 2010. Disponível em:

<<http://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/viewFile/2252/1624>>. Acesso em: 28 fev. de 2017.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ANEXO A – BIBLIOGRAFIA DE CUTI (LUIZ SILVA)

- Poemas da Carapinha* (1978) - poemas;
Batuque de tocaia (1982) – poemas;
Suspensão (1983) – teatro;
Flash crioulo sobre o sangue e o sonho (1987) – poemas;
Quizila (1987) – contos;
A pelada peluda no Largo da Bola (1988) – (novela juvenil);
Dois nós na noite e outras peças de teatro negro-brasileiro
 (1991) – teatro;
Negros em Contos (1996);
Um desafio submerso: Evocações, de Cruz e Sousa, e seus aspectos de construção poética (1999) – Dissertação de mestrado;
Sanga (2002) – poemas;
Negroesia (2007) - poemas;
Contos Crespos (2008);
Moreninho, negrinho, pretinho (2009) - ensaio;
A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e Lima Barreto (2009) – tese de doutorado;
Poemaryprosa (2009);
Literatura negro-brasileira (2010);
Lima Barreto (2011) - ensaio;
Quem tem medo da palavra negro (2012) - ensaio;
Kizomba de vento e nuvem (2013) – poemas;
Contos escolhidos (2016) – contos;
Negrhúmus líricos (2017) – poemas;
Tenho medo de monólogo & Uma farsa de dois gumes (2017) – teatro.

Ainda, notam-se participações na maioria das edições dos *Cadernos Negros*.

Co-autoria:

- Terramara* (1988) – teatro;
Quilombo de palavras (1992) – Cd – poemas;
E disse o velho militante José Correia Leite (1992) - memórias;
Consciência negra no Brasil: Os Principais Livros (2002) – bibliografia comentada.

Sites:

www.cuti.com.br
www.quilombhoje.com.br
www.letas.ufmg/liteafro
www.lyrikline.org

ANEXO B – Capa do livro – *Negros em Contos*

